



## Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis

Desenvolvimento Territorial dos Caminhos  
Singulares do Estado do Rio de Janeiro

Fevereiro 2004



**GOVERNADORA**

Rosinha Garotinho

**VICE- GOVERNADOR**

Luiz Paulo Fernandez Conde

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA**

Arnaldo Niskier

**SUBSECRETÁRIAS DE CULTURA**

Vânia Bonelli

Cecília Conde

Maria Eugênia Stein

**INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO**

**CULTURAL – INEPAC**

Marcus Monteiro, Diretor Geral

**DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO CULTURAL**

**E NATURAL**

Maria Regina Pontin de Mattos, Diretora

**DEPARTAMENTO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO**

Amauri Lopes Junior, Diretor

**DEPARTAMENTO DE APOIO A PROJETOS DE**

**PRESERVAÇÃO CULTURAL**

Augusto Vargas, Diretor

**PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO**

**ESTADUAL**

Paulo Alcântara Gomes

**DIRETOR SUPERINTENDENTE**

Paulo Maurício Castelo Branco

**DIRETORES**

Celina Vargas do Amaral Peixoto

Evandro Peçanha Alves

**GERENTES**

Juarez de Paula / UDL - NA

Heliana Marinho / UDL - RJ

## **Coordenação Técnica Geral do Projeto / INEPAC**

Arquiteta Dina Lerner

Apoio do Departamento do Patrimônio Cultural e Natural/ INEPAC

## **Supervisão Geral do Projeto**

Dalva Lazaroni

## **Coordenação da Equipe Técnica dos Caminhos do Açúcar**

Arquiteta Iracema Costa Teixeira Franco

### **Arquiteto e Engenheiro assistentes**

Luiz Paulo Moras

Maria Clara C. Carneiro da Silva Peixoto

### **Pesquisa Histórica**

Carolina Ramos

### **Consultor**

Arquiteta Miriam Danowski

### **Colaboradores**

Arquiteto Alvaro Cruz Pessanha

Diretora Sylvia Márcia Paes / Museu de Campos

Professora Simmone Teixeira / UENF

Pedro Franco - estagiário

## **Agradecimentos**

Arquiteta Lia Motta e equipe do Departamento de Identificação e Documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN, pelo apoio ao desenvolvimento dos trabalhos.

Laura Bahia e Luciano Jesus de Souza, pelo apoio à programação visual dos trabalhos.

Fevereiro 2004

## **Coordenação Técnica Geral do Projeto / INEPAC**

Arquiteta Dina Lerner

Apoio do Departamento do Patrimônio Cultural e Natural/ INEPAC

## **Supervisão Geral do Projeto**

Dalva Lazaroni

## **Coordenação da Equipe Técnica dos Caminhos do Açúcar**

Arquiteta Iracema Costa Teixeira Franco

### **Arquiteto e Engenheiro assistentes**

Luiz Paulo Moras

Maria Clara C. Carneiro da Silva Peixoto

### **Pesquisa Histórica**

Carolina Ramos

### **Consultor**

Arquiteta Miriam Danowski

### **Colaboradores**

Arquiteto Alvaro Cruz Pessanha

Diretora Sylvia Márcia Paes / Museu de Campos

Professora Simmone Teixeira / UENF

Pedro Franco - estagiário

## **Agradecimentos**

Arquiteta Lia Motta e equipe do Departamento de Identificação e Documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN, pelo apoio ao desenvolvimento dos trabalhos.

Laura Bahia e Luciano Jesus de Souza, pelo apoio à programação visual dos trabalhos.

Fevereiro 2004

# SUMÁRIO

---

<b>Introdução</b>	<b>3</b>
Roteiro metodológico	6
<b>A Territorialidade Indígena</b>	<b>8</b>
<b>Capitanias e Sesmarias</b>	<b>11</b>
<b>O Açúcar e a Colonização</b>	<b>13</b>
<b>Engenhos e Usinas</b>	<b>22</b>
Lugar da produção	22
Lugar da moradia	30
Lugar da vida religiosa	31
Lugar da vida social	32
Acessibilidade e comunicação	32
<b>O Açúcar no Norte Fluminense</b>	<b>33</b>
Contexto histórico	33
Estrutura fundiária e padrão territorial	41
Aristocracia açúcareira	44
O braço escravo	47
Ocupação e espacialidade	49
Quadro sinóptico dos bens inventariados	64
Mapas índices	66
<b>Conclusões</b>	<b>74</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>77</b>
<b>Referências Cartográficas</b>	<b>80</b>

## INTRODUÇÃO

O “Projeto de Inventário de Bens Culturais Imóveis - Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro”, é resultado de uma parceria entre o SEBRAE-RJ, A UNESCO/Brasil e a Secretaria de Estado de Cultura, através do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC.

Dentre seus objetivos pretende, através da identificação dos vestígios materiais sobreviventes ao processo de ocupação do território fluminense, ou seja, do reconhecimento e registro daqueles elementos – arquiteturas e paisagens - que constituem o “Patrimônio Cultural” edificado pelo homem ao longo dos séculos, resgatar um pouco da história social, econômica e cultural, que contribuiu para formação de nosso Estado.

O “olhar” que orientou este estudo utilizou como referência o entrelaçamento entre o desenvolvimento de algumas atividades econômicas e o espaço geográfico aonde estas se desenvolveram. E ainda, considerando que, por princípio, toda atividade econômica produtiva demanda a existência de um mercado consumidor, construiu a “idéia” dos “Caminhos Singulares”, caminhos estes por onde se movimentavam e se transportavam as nossas riquezas e, ao longo e a partir dos quais se estruturou e se consolidou a ocupação do território.

O roteiro cultural dos Caminhos do Açúcar constituiu-se, juntamente com o ouro, o café e o sal, em tema abordado por este inventário, sendo selecionada como área de estudo, a região Norte-Fluminense que, marcadamente, tem a sua identidade cultural vinculada a história do Açúcar.

- **O açúcar e a colonização**

O açúcar se constituiu no setor mais importante da economia colonial durante os séculos XVI e XVII, época que ficou conhecida como o “ciclo do açúcar”, tendo sido a Zona da Mata Nordestina e o Recôncavo Baiano os pólos prioritários dessa atividade, seguidos por áreas do Maranhão, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Mas pode-se afirmar que a cana de açúcar marcou decisivamente os três primeiros séculos da nossa história – a economia, a sociedade e a cultura. O açúcar brasileiro alterou a dieta alimentar do mundo europeu, passando o produto a ser usado em larga escala, substituindo o mel e transformando os doces em presença constante nas refeições.

Uma verdadeira “cultura do açúcar” se estabeleceu, unindo portugueses, indígenas e africanos, pois de alguma forma todos estavam envolvidos com sua produção e já que o produto freqüentava todas as mesas, independente das classes sociais. A própria natureza da atividade açucareira contribuiu para o sucesso de sua utilização como principal vetor



Engenho de açúcar do nordeste, séc. XVII

Fonte: [www.planeta.terra.com.br](http://www.planeta.terra.com.br)

de colonização das terras descobertas.

O surgimento de vilas e cidades por toda a extensão brasileira foi acelerado a partir da instalação do Governo Central em Salvador, em 1549, fruto da necessidade de coordenação administrativa e militar das capitanias, financiado pela exportação do açúcar para a Europa. O ciclo do açúcar esteve, assim, inteiramente identificado e confundido com o processo de colonização no Brasil.

- **O açúcar no Norte-Fluminense**

No Estado do Rio, o ciclo do açúcar foi tardio em relação ao ciclo do nordeste, sendo a partir de meados do século XVIII e ao longo do XIX o período áureo, após o refluxo do ciclo do ouro. E aconteceu, principalmente, nos atuais municípios de Campos, Macaé, Quissamã e São João da Barra.

Mas, mesmo antes dessa época, o açúcar esteve intrinsecamente identificado com as primeiras iniciativas de colonização na região. Não havia povoação, por menor que fosse, sem um engenho por perto, ainda que rudimentar.

“Inicialmente, ocupava apenas uma clareira na floresta: a paisagem primitiva da zona açucareira constituía-se de áreas extensas cobertas de vegetação espessa, que separavam pequenos espaços onde se agrupavam as construções de tijolo ou adobe e cal, circundada pelos campos cultivados”.<sup>1</sup>

- **Algumas particularidades regionais**

As condições climáticas e geográficas da região norte-fluminense, favorecidas pela planície constantemente enriquecida pelo rio Paraíba do Sul, fecundando a baixada campista de húmus e aluvião, eram perfeitas para a cana: o massapê, de cor cinzento-negra, o mais rico em matéria orgânica e decomposição de cretáceos.

- **Primeiras paisagens**

A baixada campista se constituía, à época do descobrimento, em um território tribal goitacá, uma das poucas nações indígenas, da costa brasileira, não pertencentes ao grupo lingüístico tupi-guarani. Eles se distribuía em três tribos: mopi, jacoritó e guaçu. Hábeis caçadores, corredores e nadadores, apreciavam carne humana e habitavam palafitas em aldeias lacustres. Os sítios arqueológicos ali descobertos e estudados revelam que



Rugendas, desenho do século XIX, reproduzindo a moenda do engenho do açúcar.



Imagem de satélite, Norte Fluminense

Fonte: [www.cdbrasil.cnpem.embrapa.br](http://www.cdbrasil.cnpem.embrapa.br)

---

<sup>1</sup> HOLLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I - A Época Colonial, 1993.

esses índios deviam estar naquela região (Campos, Macaé e Quissamã) desde o ano 600 dC.<sup>2</sup>

Estima-se que eram em número aproximado de 150 mil, possuidores de tecnologia agrícola já capaz de alterar a primitiva paisagem da região.<sup>3</sup>

Como o resto da costa brasileira, o litoral norte-fluminense sofreu desde o descobrimento a ação predadora da extração de pau-brasil, mas a região mais valorizada era a de Cabo Frio, pela contigüidade entre as reservas desta árvore e um porto completamente abrigado e propício ao embarque da mercadoria para a Europa. Além da tranqüilidade da relação pacífica com os índios daquela região.

Entre a restinga litorânea e a Serra do Mar, a paisagem da Baixada Campista, era dominada pela lagoa Feia, "uma das maiores massas líquidas estáticas no Brasil, piscosíssima, debruada de banhados preguiçosos (...)". "A Feia é linda", continua Lamego, descrevendo a seu modo àquela lagoa. À direita, os pantanais do Ururai e do Macabu. à esquerda, um friso tênue, esfuminhado – os areais da Farinha Seca. No extremo sul, os altos de Quissamã". Esta parecia ser a vista que se tinha de Ponta Grossa dos Fidalgos, que não passava àquela altura de um "minúsculo arraial". O próprio imperador, quando a viu pela primeira vez, tanto teria se encantado, como conta Visconde de Taunay, que a chamou Lagoa dos Sonhos.

A existência dos campistas, intimamente unida à das lagoas, esteve, quem sabe, atualizando a importância que lhes atribuía os goitacá, quando "espetaram suas tabas nos seus recessos inatacáveis".

- **Os caminhos de escoamento da produção**

Um dos maiores entraves ao desenvolvimento da empresa açucareira no norte-fluminense foi o escoamento da produção. A geografia da região, com seus terrenos alagadiços, além das condições de insalubridade e os mais que eventuais ataques dos indígenas, piratas e aventureiros, tudo isso dificultou muitíssimo o transporte do açúcar cultivado na região de Campos e Quissamã, para o porto do Rio de Janeiro.

Paradoxal é que as condições que serviram para criar o solo extremamente fértil da região – o alagamento, nas enchentes, dos rios e córregos – tenham se colocado como obstáculo para que esse mesmo solo fosse utilizado em toda a sua potencialidade.

No entanto, superando as dificuldades e abrindo seus caminhos o homem do Norte Fluminense estruturou a ocupação e o desenvolvimento de suas terras.



Restinga e baixada, Parque Nacional de Jurubatiba

Fonte: [www.ibam.gov.br](http://www.ibam.gov.br)



Manguezal de Gargaú, Foz do Paraíba do Sul



Planície

<sup>2</sup> Formação Histórica do Norte Fluminense (documento interno) - SEPDET.

<sup>3</sup> Grande parte das florestas virgens do continente americano, que impressionavam tanto os europeus recém chegados, tinha sido em algum grau já modificada pela agricultura de coivara, isto é, pela adubação com cinza e ramos secos ou queimados, permanecendo no solo após a roçada. DRUMONT. 1997.

## **Roteiro metodológico**

Os trabalhos foram iniciados a partir do levantamento preliminar e da sistematização das informações disponíveis nos arquivos e bibliotecas das instituições de patrimônio cultural, nos setores de planejamento e turismo do Estado, nas instituições de ensino de arquitetura e outras afins.

Buscou-se nestes levantamentos, informações que viessem consolidar a definição dos “Caminhos do Açúcar” e ajudassem a determinar o universo de trabalho, tanto em seu limite físico quanto temporal. A discussão destas questões contou com o apoio da equipe de pesquisa histórica para sua definição:

- **Abrangência temporal**

O período pesquisado teve como marco primordial à introdução do cultivo da cana e produção do açúcar no início da colonização portuguesa, com ênfase na segunda metade do século XIX, época do apogeu da produção açucareira no Rio de Janeiro com as fundações de engenhos centrais e usinas até as primeiras décadas do século XX.

- **Limite espacial**

Com base em material cartográfico da época e informações complementares de documentos coletados, foram determinados os limites espaciais da pesquisa. Primeiramente através de mapeamento dos primeiros caminhos e vilas com seus engenhos e capelas e em seguida pelo mapeamento das usinas de açúcar e das cidades que surgiram com o incremento da produtividade econômica do açúcar. A área de interesse definida corresponde na atual malha de limites político administrativa, aos municípios de Campos dos Goitacazes, Carapebus, Quissamã, Macaé e São João da Barra, estes dois últimos pela importância que tiveram para escoamento da produção através de seus respectivos portos.

Estabelecido o universo de pesquisa, foram iniciados os levantamentos e a sistematização das informações existentes nos acervos do INEPAC e IPHAN sobre os bens imóveis tombados ou já inventariados. Paralelamente, foram selecionados para compor a lista de bens imóveis a serem inventariados os sítios urbanos, paisagens culturais, monumentos, e bens imóveis significativos identificados através de documentação cartográfica com os subsídios da pesquisa documental elaborada pela equipe de historiadores.

O mapeamento preliminar destes imóveis serviu de base para programar os roteiros de investigação de campo. A vastidão dos caminhos

obrigou a que fossem priorizados nesta pesquisa aqueles mais significativos quanto ao número de bens imóveis identificados previamente.

De meados de dezembro a meados de janeiro de 2003 foram percorridas as estradas que interligam a baixada campista, buscando registrar formas arquitetônicas ou urbanísticas peculiares à atividade açucareira bem como a paisagem natural da região, indutora desta ocupação.

O inventário de identificação realizado não se restringiu aos exemplares arquitetônicos de estética apurada, mas, também não pretende esgotar o tema nem quanto à seleção de imóveis que é passível de novas inclusões nem quanto ao aprofundamento das informações.

A investigação histórica e os registros ora realizados concluem uma etapa, mas não finalizam o processo de pesquisa e inventariação da região, que prossegue com o desenvolvimento desta atividade até porque a produção arquitetônica atual constituirá o patrimônio cultural das futuras gerações.

## A TERRITORIALIDADE INDÍGENA

Para as sociedades indígenas, a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso natural, mas igualmente um recurso sócio-cultural, e por isso não pode ser objeto de propriedade individual. Assim, não há noção de propriedade privada da terra nessas comunidades.

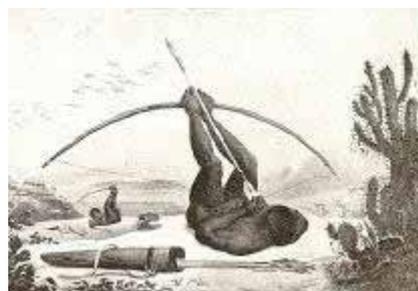
Quando, no passado, não havia grandes pressões sobre a quantidade de terra a ser utilizada para cada sociedade indígena, a manutenção das fronteiras não importava muito. Todos tinham o direito de utilizar os recursos do meio ambiente para caça, pesca, coleta e agricultura.<sup>4</sup> Embora o produto do trabalho pudesse ser individual, ou familiar, o acesso aos recursos era coletivo.

Ainda hoje, o modelo ocidental de propriedade não foi adotado pelas sociedades indígenas. A ênfase nas suas reivindicações junto às autoridades nacionais é o interesse do grupo e não do indivíduo.

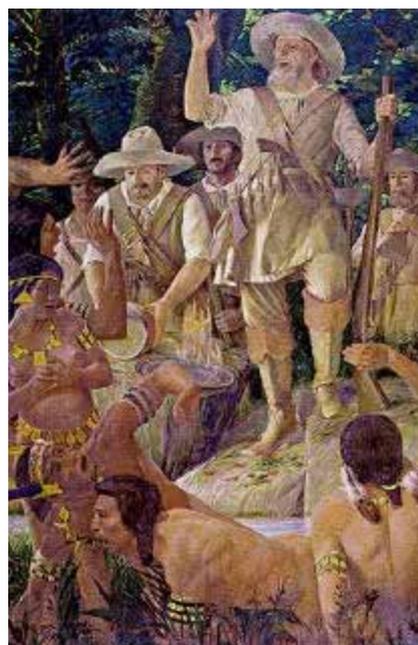
No entanto, limites territoriais não são estranhos às suas tradições, que reconhecem os territórios de caça, de coleta ou de pesca das comunidades, que compõem uma dada sociedade ou sociedades vizinhas. Tais territórios, no entanto, não são rígidos a ponto de não permitir o acesso a outras comunidades, nem tão permanentes que inibam mudanças de local e rearranjos espaciais. Essa flexibilidade é exercida através da ética, das injunções culturais, de situações objetivas como secas, inundações, esgotamento dos recursos naturais de certas áreas, etc.<sup>5</sup>

A relação com o trabalho também não é a que o homem branco ocidental conhece. Os indígenas caçam, pescam, coletam, cultivam, mas o trabalhador não se isola de seus demais papéis e obrigações. Não há a alienação que marca o trabalho industrial – na produção estão sempre presentes elementos da ordem social, ritual, religiosa. E é o trabalhador que controla os meios de produção, e não produz o que lhe é alheio como é a relação do operário com a mercadoria.<sup>6</sup>

Imagine-se, então, como se deu o confronto entre as duas civilizações no período da descoberta e do início da colonização, em que essas comunidades foram escravizadas, afastadas de seus territórios, dizimadas por varíola, gripe, etc, e submetidas aos aldeamentos em que a catequese empreendida pelas ordens religiosas visava adequar aquela mão-de-obra à sua utilização nas lavouras e em outras atividades da economia colonial.



Fonte: [www.planeta.terra.com.br](http://www.planeta.terra.com.br)



Fonte: [www.planeta.terra.com.br](http://www.planeta.terra.com.br)

<sup>4</sup> RAMOS, Alcida Rita. Sociedades Indígenas. Série Princípios. Editora Ática. 1994.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Idem.

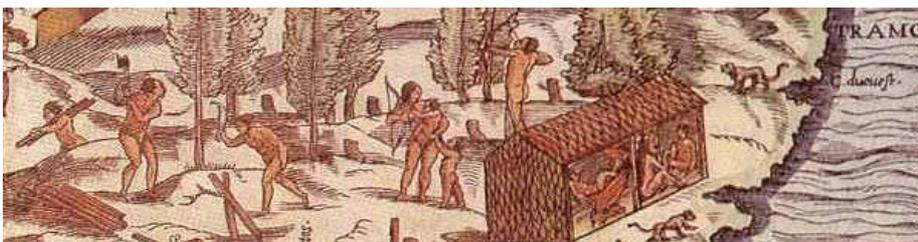
Eram da ordem de dois ou três milhões os indígenas que habitavam o Brasil, quando descoberto. Dispersos ao longo da costa, com ramificações profundas pelo interior, sempre acompanhando o vale dos rios, estavam os Tupi-Guaranis. Dominavam toda a faixa litorânea, com exceção do estuário do Prata, a foz do rio Paraíba, o norte do Espírito Santo, o sul da Bahia e a divisa entre o Ceará e o Maranhão, onde havia intrusões de outros povos, provavelmente Macro-Jê. No conjunto Tupi-Guarani, podia-se distinguir dois blocos: ao sul, os Guaranis e ao norte os Tupinambás. Esses dois blocos estavam divididos em várias nações. Os Guaranis: Carijó, Mbyasá, Tobatí, Guarambaré, Itatí, Tape, Chiriguano. Os Tupinambás: Tupiniquim, Tupinambá propriamente ditos, Caeté, Potiguar.

Evitavam as regiões mais áridas, assim como as grandes altitudes, onde o clima é mais frio, preferindo as matas pluviais tropicais ou subtropicais.<sup>7</sup>

E, da costa atlântica, foram empreendendo um verdadeiro êxodo para o interior do continente, em busca de refúgio para escapar das doenças e da captura pelos brancos europeus.<sup>8</sup>

As aldeias tupinambás eram compostas por um número variável de malocas (de quatro a oito), dispostas irregularmente em torno de um pátio central, abrigando de 500 a 2.000 pessoas. A distância entre os grupos locais variava em função das condições ecológicas e políticas de cada região: havia áreas de grande concentração, como a baía de Guanabara e o Recôncavo Baiano, a ilha de São Luís do Maranhão – e outras menos densas.<sup>9</sup>

A territorialidade construída por esses primeiros brasileiros não foi praticamente considerada pelos colonizadores<sup>10</sup>, que apenas levaram em conta a geografia da costa quando implantaram a primeira estrutura fundiária brasileira, a divisão em capitanias. Isso trouxe aos pioneiros da colonização brasileira problemas sérios, uma vez que algumas tribos eram completamente hostis aos portugueses. Tais conflitos foram, inclusive, estrategicamente utilizados pelos franceses e também por outras nacionalidades de navegadores que freqüentavam nosso litoral, para neutralizar, em muitos momentos a defesa do território.



Fonte: [www.planeta.terra.com.br](http://www.planeta.terra.com.br)

<sup>7</sup> FAUSTO, Carlos. Os índios antes do Brasil. Jorge Zahar Editor. RJ. 2000.

<sup>8</sup> RAMOS, Alcida Rita. Op. Cit.

<sup>9</sup> FAUSTO, Carlos. Op. Cit.

<sup>10</sup> ITERJ - Atlas Fundiário.

A fertilidade das novas terras descobertas ao sul do Equador, antecipada por Pero Vaz de Caminha em sua carta para o rei D.Manuel de Portugal – “nesta terra, em se plantando, tudo dá”, não foi, porém, comprovada, antes de transcorridas as primeiras décadas do século XVI. Até então, era certo dizer que o território brasileiro não passava de uma imensa fazenda de pau-brasil.

A partir do século XVII, praticamente todos os tecidos produzidos em Flandres e Inglaterra passaram a ser coloridos pelo “pau de tinta” brasileiro, substituindo a “caesalpina sappan”, nativa de Sumatra, conhecida na Europa desde a Idade Média. A indústria têxtil ocupava, a essa altura, um lugar central na economia européia e a polpa da árvore era extraída aos milhões, inicialmente do litoral da Bahia e de Pernambuco, por centenas de traficantes espanhóis, ingleses e, principalmente, franceses, para abastecer esse mercado.

O pau-brasil foi o primeiro monopólio estatal do Brasil, cabendo à Coroa, na medida dos seus interesses, terceirizar sua exploração. Só foi aberto à iniciativa privada em 1872, quando as reservas estavam dramaticamente escassas, após a derrubada de 70 milhões de árvores – 3 mil toneladas por ano por três séculos.

Em 1605, a Coroa, temendo o esgotamento, tentou regulamentar sua exploração através do Regimento do Pau Brasil.

As feitorias e pequenos acampamentos provisórios das primeiras décadas da ocupação portuguesa, dos quais se tem poucos registros, visavam prioritariamente à defesa do litoral e a viabilizar o embarque do pau-brasil para a Europa.



Tupinambás



Goytacaz

## **CAPITANIAS E SESMARIAS**

---

A Coroa Portuguesa só assumiu seriamente a necessidade de colonizar as novas terras, a partir da terceira década do século XVI, pressionada pelo agressivo assédio dos franceses, freqüentadores assíduos do nosso litoral, onde se dedicavam à pilhagem do pau-brasil e outros itens muito valorizados no comércio da época. E como não dispunha de capital suficiente para fazer explorar todas as suas colônias, se viu obrigada a transferir à iniciativa particular essa tarefa.

Na verdade, até então, a própria Coroa só estava interessada em descobrir, conquistar e pilhar. Sua experiência nas Índias, entretanto, em cuja conquista havia já gasto fortunas, contribuiu para a decisão de colonizar os novos territórios, com base em um tipo de partilha fundiária que havia funcionado com bastante sucesso nas ilhas dos Açores, da Madeira e Canárias – as capitânicas hereditárias. O regime, que foi implantado no Brasil, a partir de março de 1532, vigorou até meados do século XVIII.

A nobreza lusitana, porém, não se interessou por tais presentes no além-mar. Restou à Coroa a opção de doar as 14 capitânicas (15 lotes) – do litoral até a linha de Tordesilhas – a burocratas, militares e navegadores envolvidos na conquista da Índia.

Os direitos eram hereditários, mas a posse restrita, aos donatários cabendo somente 20% das terras. O restante delas deveria ser doado, em regime de sesmarias, a “homens de muita posse e família”, nunca mais de uma sesmaria para cada um.

Aos donatários haviam sido atribuídas pela Coroa as tarefas de instalar vilas, produzir gêneros alimentícios, medir as terras e defendê-las dos invasores, enfim, deviam arcar com todas as despesas da colonização, legislar e controlar tudo em seus domínios, com exceção da arrecadação dos impostos reais. Aos sesmeiros, que tinham o dever de morar na área recebida, cabiam também grandes responsabilidades, como a medição e demarcação das terras e seu cultivo, além da confirmação da doação transcorrido o prazo, geralmente, de três a cinco anos. Obtida a confirmação, a sesmaria era definitivamente integrada ao seu patrimônio, podendo ser livremente utilizada ou até mesmo alienada.

Os problemas financeiros, as relações em alguns casos bastante litigiosas com os gentios, as dificuldades impostas pela natureza selvagem e desconhecida das novas terras, a não adaptação dos indígenas à lavoura e às demais tarefas necessárias ao assentamento dos colonos e dos missionários, foram só alguns dos empecilhos com que se depararam os donatários em sua tentativa de dominar e explorar mais racionalmente as terras a eles consignadas.

As capitânicas hereditárias no Brasil tinham dimensões muito grandes,



# O AÇÚCAR E A COLONIZAÇÃO

---

O açúcar se constituiu no setor mais importante da economia colonial durante os séculos XVI e XVII, época que ficou conhecida como o “ciclo do açúcar”, tendo sido a Zona da Mata Nordestina e o Recôncavo Baiano os pólos prioritários dessa atividade, seguidos por áreas do Maranhão, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Mas pode-se afirmar que a cana de açúcar marcou decisivamente os três primeiros séculos da nossa história – a economia, a sociedade e a cultura. O açúcar brasileiro alterou a dieta alimentar do mundo europeu, passando o produto a ser usado em larga escala, substituindo o mel e transformando os doces em presença constante nas refeições.

Uma verdadeira “cultura do açúcar” se estabeleceu, unindo portugueses, indígenas e africanos, pois de alguma forma todos estavam envolvidos com sua produção e já que o produto freqüentava todas as mesas, independente das classes sociais. A própria natureza da atividade açucareira contribuiu para o sucesso de sua utilização como principal vetor de colonização das terras descobertas.

- **Século XVI**

A implantação e desenvolvimento da agroindústria açucareira no Brasil foi proporcionada, basicamente, pela posição monopolista de Portugal no mercado europeu, apoiada na parceria com capitais holandeses especializados no comércio intra-europeu, além de funcionar convenientemente como vetor de colonização.

O transporte e a comercialização para a Europa, a parte mais lucrativa, eram tarefas igualmente gigantescas, para as quais Portugal não tinha recursos suficientes. Para tanto, os portugueses se associaram aos holandeses, em troca de financiamento para a instalação dos engenhos. Assim, os “pães de açúcar” eram primeiramente enviados para Portugal, e de lá para a Holanda, onde eram refinados, ficando assim prontos para a comercialização e o consumo.

Internamente, a atividade foi favorecida pela liberdade de produção, obtendo estímulo e proteção oficiais – terras e águas doadas em sesmarias, isenções fiscais<sup>11</sup>.

Os engenhos desse período tinham porte médio (produção entre 3 e 10 mil arrobas), já que só essa escala justificava o tamanho do investimento. Os capitais eram, em geral privados, de origem portuguesa, na maioria, e algumas vezes de flamengos, que se associavam com os donatários das capitanias.

---

<sup>11</sup> Azevedo, Esterzilda Berenstein de. *Arquitetura do Açúcar* - Editora Nobel, SP, 1990.

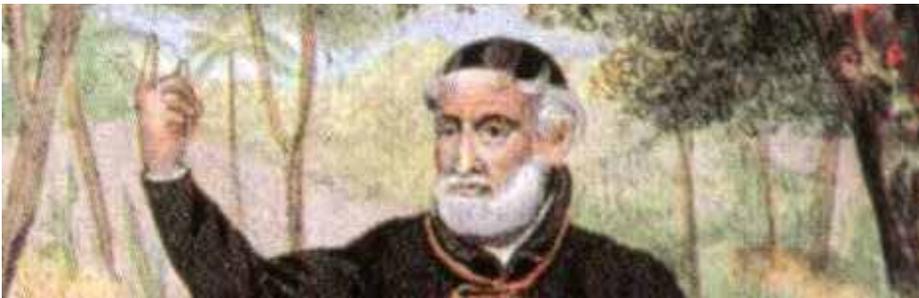
Contribuiu para o sucesso do empreendimento a experiência portuguesa nas ilhas do Atlântico e a indústria de equipamentos para engenho que já existia em Portugal.

O início efetivo da ocupação deu-se com a implantação das primeiras vilas, fortes, portos e armazéns na orla, protagonizada principalmente por capitães-mor e tenentes. São instalados, também, os primeiros engenhos de açúcar, no início bem rudimentares.

Os problemas eram muitos, a começar pela escassez de recursos materiais, os intermitentes ataques de corsários e piratas e, eventualmente, dos indígenas.

Papel fundamental na colonização brasileira foi desempenhado pelas ordens religiosas, com destaque para os jesuítas. A estreita relação entre Estado e Igreja se expressava na complementaridade de suas ações, funcionando esta última como mediadora entre as culturas indígena e portuguesa, não só do ponto de vista religioso, mas também do exercício do poder civil.

As incursões que faziam essas ordens religiosas, partindo das igrejas-matriz estabelecidas no litoral, seguindo geralmente as margens dos rios, subindo as montanhas, foram as principais responsáveis pela primeira ocupação do interior das terras conquistadas. Nesse percurso, os religiosos fundavam colégios, promoviam a catequese e o aldeamento dos indígenas, construíam capelas.



Fonte: [www.planeta.terra.com.br](http://www.planeta.terra.com.br)

A igreja-matriz, geralmente situada em posição privilegiada nessas primeiras vilas (conjunto de freguesias, mais sede urbana) e depois nas cidades, exercia um duplo papel, sediando os ofícios religiosos, e guardando os principais registros da vida civil da freguesia – certidões de nascimento, casamento, óbito. Tinha também uma função de vigilância do território.

A organização territorial assim produzida, formada pela igreja-matriz e as capelas subordinadas (chamadas de curatos, quando localizadas dentro da mesma freguesia), serviu perfeitamente às conveniências do poder civil que, com freqüência, dela se apropriou para a administração dos primeiros povoamentos.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> ITERJ - Op. Cit.

Em torno da igreja-matriz, também era comum a realização de feiras, quermesses, festas diversas, polarizando a vida social. Na proximidade desses prédios, instalaram-se os primeiros pequenos comércios, ranchos, moradias, formando arraiais.

Esse papel da Igreja na produção do espaço arquitetônico e urbanístico do Brasil-colônia foi apenas um aspecto da influência que ela teve na formação da nacionalidade brasileira. A Igreja esteve à frente da educação, da cultura, da catequese e da assistência social – agente fundamental do método católico de colonizar.

O aumento do poder político dos “fregueses” (integrantes da Freguesia) associado ao seu enriquecimento, os credenciava para instalar Casas de Câmara e Cadeia, pelourinhos e, mais tarde, elevar o Arraial à categoria de Vila, dependendo, neste caso, de decisão da Coroa ou seus representantes, atendendo à interesses de defesa ou a interesses políticos.

O surgimento de vilas e cidades por toda a extensão brasileira foi acelerada a partir da instalação do Governo Central em Salvador, em 1549, fruto da necessidade de coordenação administrativa e militar das capitânicas, financiado pela exportação do açúcar para a Europa. O ciclo do açúcar esteve, assim, inteiramente identificado e confundido com o processo de colonização, no Brasil.

Predominam neste século os engenhos tipo “rasteiro”, localizados junto à rios navegáveis ou à beira-mar. Desses restam poucos vestígios, a não ser das capelas. O sistema construtivo continuou sendo principalmente o pau à pique, utilizado nos edifícios da casa-grande, capela, fábrica, casas de moradores e demais oficinas. Em alguns casos, a fábrica estava dividida em dois prédios – casa de moenda e caldeiras e casa de purgar.

- **Século XVII**

Na primeira década do século, perdeu a euforia do século anterior. Daí até 1670, pode-se falar de uma depressão relativa. E, finalmente, os anos que se seguem até as primeiras décadas do século seguinte, apontam para a recuperação do setor.

Esta primeira grande crise do açúcar aconteceu a partir de uma conjugação de fatores. Rompeu-se a associação Portugal X Holanda. Portugal se enfraqueceu e perdeu o monopólio dos produtos coloniais.

E, quando os holandeses foram expulsos do Brasil em 1654, após a ocupação das capitânicas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e R.G.Norte por 30 anos, a situação piorou, já que eles usaram da experiência adquirida e dos métodos aprendidos no Brasil, para desenvolver os engenhos nas suas

colônias, conseguindo um preço final muito barato e difícil de competir.<sup>13</sup>

Na verdade, começou a se instalar um mercado de concorrência, passando a ser competitivas as empresas holandesas, francesas e inglesas nas Antilhas.

Internamente, proliferaram os conflitos, as guerras, pragas, fuga de escravos. No entanto, apesar da depressão, o açúcar se manteve como o principal item na economia durante todo o século.

Em 1670, os produtores brasileiros venderam em Lisboa apenas a metade de sua produção de 65 mil toneladas. Por volta de 1700, as exportações já haviam caído para 26 mil.

A recuperação que se seguiu se deve à maior facilidade de transporte do produto para Portugal e um melhor controle de qualidade do açúcar exportado.

Os engenhos deste período eram, na maioria, “copeiros”. Casa-grande e capela geralmente no ponto mais alto da topografia, ou à meia-encosta. Fábrica e casa de purgar num nível mais baixo, em área plana, próximas a um rio ou braço de mar. Moradas dos trabalhadores, também na parte mais baixa do terreno. Sistema construtivo: ainda o pau-a-pique, recebendo as capelas tratamento mais apurado que as casas-grandes, embora mantenham a simplicidade. As fábricas, entretanto, apresentavam um certo requinte construtivo, muitas edificadas em arcaria de pedra ou tijolo, revelando a prática e o interesse de reinvestir o lucro na produção, já que a economia possibilitava o retorno.

- **Século XVIII**

O resultado geral deste século, ao contrário do anterior, revela depressão, saldo de três períodos distintos. Nas primeiras décadas, crescimento estimulado pela alta geral dos preços, iniciado nos fins do século anterior. Daí até 1770, desarticulação e depressão. A seguir, até a 1ª década do XIX, recuperação.

O pacto colonial, inaugurado no século XVII pelas grandes potências com destaque para a França e Inglaterra, já havia deslocado Portugal de seu papel monopolista na economia da época.<sup>14</sup>

Com o início do ciclo do ouro, o povoamento foi se interiorizando, principalmente na região aurífera, mas também ao longo dos inúmeros caminhos através dos quais os tropeiros levavam as riquezas extraídas nas minas para os portos do litoral. No entanto, ainda era uma ocupação esparsa, registre-se as tentativas da Coroa, nessa época, de incentivar a abertura de

---

<sup>13</sup> AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Arquitetura do Açúcar* - Editora Nobel, SP, 1990.

<sup>14</sup> Idem

novos caminhos por particulares, mediante concessão de sesmarias, títulos e outros privilégios.

A descoberta e início da exploração das minas no Brasil minimizaria a crise portuguesa, mas agravaria ainda mais a crise açucareira, na região principal de sua produção, o nordeste. A associação de senhores de engenho com comerciantes, inclusive através de casamentos entre as famílias, veio realizar, nas épocas de recesso do açúcar, um conveniente intercâmbio de capital e prestígio. Uns tinham o dinheiro, outros o título.<sup>15</sup>

O mercado da mão-de-obra se desorganizou, com a entrada de trabalhadores livres e escravos para as minas.<sup>16</sup> E, com a mudança do eixo econômico, a reboque da mineração, a capital foi transferida para o Rio de Janeiro.

A redinamização da atividade no terceiro período veio no lastro de uma nova conjuntura internacional. As guerras napoleônicas, os bloqueios e contra-bloqueios na Europa, a desarticulação do império espanhol na América. Além disso, as agitações políticas e sociais nas colônias inglesas e francesas nas Antilhas reabriram o mercado europeu ao açúcar brasileiro. Por outro lado, a Revolução Industrial, provocando o alargamento do mercado, a valorização dos produtos coloniais e a ampliação das relações comerciais, permitiu que Portugal voltasse a dominar o comércio colonial.

Internamente, o refluxo da mineração correspondeu à valorização da economia agrícola, inclusive apoiada por uma política oficial de amparo – controle da qualidade do produto, disciplina do preço dos fretes, flexibilização das punições legais à infração das leis, dilatação do prazo das moratórias, impedimento de penhoras sobre bens móveis e imóveis, etc.

Surgiram áreas de agricultura e pecuária, ao longo dos caminhos utilizados pelo ciclo do ouro, para atender ao mercado interno emergente. A mudança da capital para o Rio de Janeiro, em 1763, ampliaria essa demanda que, somada às necessidades crescentes do mercado europeu, iria redinamizar o setor.

A implantação com respeito à geografia e à topografia seguiu a mesma lógica do século anterior – a contigüidade com relação aos recursos hídricos e a hierarquia vertical dos prédios do engenho. O programa arquitetônico é que ficou mais complexo. O uso da pedra e do cal e de técnicas construtivas mais eficazes contribuíram para a sobrevivência de diversos desses edifícios até os dias de hoje. Aqueles feitos com taipa de mão, palha ou telha, geralmente destinados à moradia dos trabalhadores livres e escravos, oficinas, depósitos, estrebarias, não resistiram. Ainda,

---

<sup>15</sup> FARIA, Sheila de Castro. Terra e Trabalho em Campos dos Goitacazes. Niterói, UFF/Dissertação de Mestrado, 1986.

<sup>16</sup> PAES, Sílvia Márcia. A empresa açucareira no período colonial. Pesquisadora da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, Museu de Campos dos Goytacazes.

outros elementos passaram a se incorporar à paisagem do engenho, como os aquedutos (em arcos de pedra) e os viveiros de peixes (tanques largos, cavados na terra junto ao mar, com canal de comunicação e uma ou duas comportas, além de ralos). Alguns engenhos possuíam cais ou ponte de atracação.<sup>17</sup>

A construção da fábrica em um único pavilhão foi possibilitada graças ao domínio da técnica construtiva das tesouras de madeira ligadas por terças. As diferentes etapas da manufatura eram separadas por meias paredes.

O sistema construtivo empregado nos engenhos, junto aos corpos d'água, em áreas já consolidadas pelo cultivo da cana, no caso das fábricas, era a alvenaria mista – pedra e tijolo. Nas zonas mais afastadas do litoral, tanto as fábricas quanto as casas-grandes possuíam estrutura independente, constituída por esteios de madeira e paredes de vedação em adobe ou pau-a-pique.<sup>18</sup>

Nos anos comprometidos com a crise da economia açucareira, a tendência foi de maior investimento nas casas-grandes do que nos edifícios fabris. Mesmo raciocínio explica, na mesma época, a construção de inúmeros solares urbanos por senhores de engenho, nas cidades onde eles passavam longos períodos com sua família.

Quando, no final do século, a economia reagiu, as moradias dos novos senhores de engenho passaram a ter um aspecto mais simples: casas térreas avarandadas, sem capelas isoladas ou edifícios monumentais.

- **Século XIX**

Até meados do século, a manufatura do açúcar respondeu à aceleração do final do século anterior, além de receber o incremento de fatos decisivos como a vinda, em 1808, da Família Real e da Corte Portuguesa para o Brasil, como resultado do bloqueio continental imposto por Napoleão Bonaparte. Os portos brasileiros foram abertos ao comércio do mundo inteiro. No entanto, os artigos importados de Portugal estavam sujeitos à tarifa de 16%, enquanto os procedentes de outros países pagavam 24%. É o início de um período em que a política liberalizante de D.João VI eliminaria antigos entraves às atividades econômicas e culturais da colônia.

Fundamental, igualmente, para o entendimento do que representou este século para a economia açucareira é a observação dos efeitos da gradual liberação da mão-de-obra escrava, até a Abolição da Escravatura em 1888.

---

<sup>17</sup> AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. Op. Cit.

<sup>18</sup> Idem

Em 1850, um verdadeiro arsenal jurídico-legal foi promulgado, a começar pela Lei Euzébio de Queiroz, que extinguiu o tráfico negreiro. Uma outra lei, a Lei de Terras, iria alterar o regime fundiário que vigorava até então, estabelecendo que o único modo de adquirir terras seria através da compra. As terras obtidas até esse decreto poderiam ser regularizadas, seja pela doação de sesmarias, seja pela posse, desde que obedecessem aos princípios de “cultura e moradia” do respectivo sesmeiro ou posseiro. As posses poderiam ser “mansas e pacíficas”, adquiridas por ocupação primária ou havidas do 1º ocupante. A terra virava domínio público, deixando de ser “real”, acessível à qualquer pessoa que tivesse dinheiro para comprá-la. Um mercado de trabalho foi gerado a partir dessa lei, integrado por pessoas de poucos recursos, excluídos da possibilidade de aquisição de terras. Essa mão-de-obra foi em grande parte absorvida pelas lavouras. A Lei de Terras significou também que a terra poderia ser usada como garantia de hipoteca e não mais só o escravo, como era mais comum até então. A terceira lei desse conjunto foi a Lei Hipotecária, que complementava a reforma jurídica necessária às grandes transformações que estavam ocorrendo na economia e na política.<sup>19</sup>

A criação do Registro Paroquial de Terras, em 1854, também pretendia o controle da situação das terras da Colônia. Todas as terras deviam ser registradas, no prazo de 3 anos e meio, nas respectivas freguesias. Os registros estavam submetidos aos vigários.

Quando a supressão do braço escravo e as condições desfavoráveis do mercado internacional, no final do século XIX, provocaram o declínio da economia açucareira, foi o financiamento do Estado que viabilizou a nova modalidade de empresa que surgia, o Engenho Central. O primeiro foi instalado em Quissamã, no atual Estado do Rio de Janeiro.

Os protagonistas dos engenhos centrais pretendiam “a centralização manufatureira do açúcar, com os grandes aparelhos aperfeiçoados e o aparelhamento moderado das terras de lavoura”. Era a saída que se vislumbrava para a indústria açucareira, atingida pela crise que começava a se instalar no setor açucareiro, precipitada pela gradual desmobilização do trabalho servil.

A nova organização da produção, protagonizada pelos Engenhos Centrais e depois pelas Usinas se baseava no trabalho rural em pequena escala, diretamente praticado pelo proprietário, ou por terceiros, mediante parcerias ou arrendamento de áreas agriculturáveis.

É preciso que se diga que a instalação da empresa açucareira no Brasil colonial exigia a aplicação de imenso capital: para a compra de escravos, para o plantio da cana e para a instalação do engenho.

---

<sup>19</sup> ITERJ - Op. Cit.

Para se ter uma idéia das dificuldades dessa produção, é curioso saber que se levava 50 dias para fabricar o que hoje se fabrica em duas horas.

Durante todo o período da Colônia e até o governo de D.João VI, a autoridade pública estivera conferindo aos particulares a propriedade sobre suas terras, chamadas “devolutas”. Em 1850, a lei de Terras regularizou as sesmarias, cujas condições de doação não haviam sido implementadas e, também, as simples posses.

Com a proclamação da República, a Constituição Federal de 1891 iria, entretanto, transferir aos estados da Federação as terras devolutas situadas em seus territórios, exceto as que fossem necessárias à segurança das fronteiras. Aos poucos, porém, essas terras foram passando ao patrimônio particular, sendo hoje insignificantes.

Nas áreas urbanas, utilizou-se também as sesmarias para transferir propriedade aos particulares, mas boa parte das terras era doada à autoridade pública local, então denominada Senado da Câmara, e à entidades de mão morta (corporações religiosas).

Os Senados das Câmaras utilizavam essas terras para obtenção de renda, cobrando sobre elas a locação e a enfiteuse, institutos da época. Com esses recursos faziam face às despesas públicas. Dúvidas surgiram durante o século XVIII acerca da legitimidade dos negócios praticados por essas Câmaras e a Coroa, com o Alvará de 1821, arquivou definitivamente a controvérsia. O resultado prático dessa decisão foi a intensificação do parcelamento das áreas das cidades, em que se multiplicaram os lotes de pequena extensão, através das enfiteuses, pelas quais o domínio direto ficava nas mãos das prefeituras e o domínio útil, nas mãos dos particulares.

O funcionamento da empresa açucareira, gradativamente, passou a não depender mais da contigüidade entre mão-de-obra e fábrica. Nesse sentido, como diz Foucault<sup>20</sup> é possível opor-se sociedade moderna e sociedade feudal. Na sociedade feudal (...), o controle dos indivíduos se faz essencialmente a partir da inserção local, do fato de pertencerem a um determinado lugar. O poder feudal se exerce sobre os homens na medida em que pertencem a uma certa terra. Ao contrário, a sociedade moderna que se forma no século XIX é, no fundo, indiferente ou relativamente indiferente à pertinência espacial dos indivíduos; desde que os homens coloquem à sua disposição seu tempo. São necessárias duas coisas para que se forme a sociedade industrial. Por um lado, é preciso que o tempo dos homens seja colocado no mercado, oferecido aos que o querem comprar, e comprá-lo em troca de um salário; e é preciso, por outro lado, que este tempo dos homens seja transformado em tempo de trabalho".

---

<sup>20</sup> FOUCAULT, Michel. A Verdade e as Formas Jurídicas. Série Letras e Artes. PUC-RJ. 1974.

Neste período de transição, nas usinas, a mão-de-obra ainda se manteve, na maioria dos casos, junto à máquina produtiva, em habitações do tipo vilas operárias, edição mais moderna das antigas senzalas. Até que a infraestrutura viária e os meios de transporte mais rápidos justificassem a moradia dos trabalhadores fora do perímetro da empresa açucareira, representando um barateamento no custo de reprodução dessa mão-de-obra no que se refere ao bolso do patrão.

- **Século XX**

A política açucareira do Estado brasileiro, como se poderia imaginar, não mudaria a partir da abolição da escravatura, nem do fim do regime monárquico, ocorridos no final do século anterior. Tampouco, acionado pela crise aguda em que entrou a indústria canavieira no início do século XX.

A grande mudança aconteceria com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, em 1933, cujos objetivos eram derivar para a produção do álcool uma parte da produção do açúcar, garantir a estabilidade do mercado, estabelecendo preços máximos e mínimos, auxiliar na instalação de destilarias centrais, auxiliar as usinas no aparelhamento de nova tecnologia, atender aos interesses dos produtores através de políticas reguladoras em relação ao mercado interno e externo. Em pouco tempo, o IAA tornou-se um órgão técnico, constituindo-se em um centro de estudos, debates e pesquisa de questões relativas à lavoura e à indústria açucareira, tendo portanto produzido uma farta documentação sobre o tema.

As usinas, o regime de trabalho assalariado, a nova técnica de trabalho no campo, os novos meios de transporte – notadamente a rede ferroviária e a rodoviária – marcaram uma nova época de concentração industrial, consolidando o deslocamento do eixo econômico no sudeste, principalmente no estado de São Paulo.

Com relação ao padrão territorial, aumentou a concentração da propriedade fundiária, com a absorção das pequenas propriedades pelas grandes usinas, exceção feita para Campos, Estado do Rio, onde prevalecem as pequenas unidades de produção.

## ENGENHOS E USINAS

“Inicialmente, ocupava apenas uma clareira na floresta: a paisagem primitiva da zona açucareira constituía-se de áreas extensas cobertas de vegetação espessa, que separavam pequenos espaços onde se agrupavam as construções de tijolo ou adobe e cal, circundada pelos campos cultivados”.<sup>21</sup>

Se era assim, inicialmente, com o tempo, o engenho se transformou em um sistema fechado e complexo, quase auto-suficiente. No momento de maior dinamismo da atividade açucareira, reunia: casa-grande, capela, senzala, fábrica, casa de caldeira, casas de moenda, casa de purgar, armazéns, galpões e ainda (quando próximos) de mar ou rio, cais para atracação dos navios. O engenho, quase um país, era simultaneamente, lugar da produção, da moradia, da religião, da vida social.

As primeiras usinas surgiram na década de 1870, disfarçadas de Engenhos Centrais para conseguir financiamentos oficiais. Quanto a inovações tecnológicas, nenhuma técnica inovadora foi registrada na lavoura canieira, até meados do século XIX. Continuavam predominando o uso da enxada, do arado de pau tipo "pai Adão", a plantação sem cuidado com a seleção de sementes. Quanto aos transportes, ainda eram usados, em terra, o carro de boi, as tropas de burros e cavalos e, por água, as embarcações a vela. Nas técnicas industriais, as primeiras máquinas a vapor foram instaladas na Bahia em 1815.

À semelhança do Engenho, a Usina continha todas as funções para funcionar como uma unidade autônoma, no entanto, já partilham com os núcleos urbanos certas funções.

### Lugar da produção

A manufatura do açúcar é a transformação de um material, de um estado à outro. No entanto, do processo decorrem subprodutos – o bagaço, a cachaça (dada aos animais), a garapa, o açúcar somenos, o melaço, a rapadura (que podia resultar no açúcar mascavo), o mel de furo (que podia ser reciclado ou transformado em aguardente). A aguardente e a rapadura eram utilizadas para o consumo do próprio engenho e para o escambo de escravos africanos.

Mas, mesmo enquanto a cana era a base da economia colonial, certas atividades secundárias complementavam as necessidades da população – escravos e homens livres (pequenos plantadores de cana, feitores, capatazes, comerciantes, moradores das poucas vilas e cidades da



Engenho do Visconde, Campos, 1941

Fonte: Hess, IPHAN/DID/Arquivo Noronha Santos



Usina São João, Campos, 1913

Fonte: Lloyd's Trades Britain Publ. Co



Usina Queimados, Campos, 1913

Fonte: Lloyd's Trades Britain Publ. Co

<sup>21</sup> HOLLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I - A Época Colonial, 1993.

época, artesãos, padres, militares e funcionários públicos).

O gado criado de forma extensiva, com mão-de-obra predominantemente de índios, mulatos, mestiços, negros alforriados e brancos assalariados, servia para mover as moendas e transportar o açúcar, além de fornecer carne para o consumo e o couro para a confecção de roupas, calçados, móveis e outros utensílios.

Fora isso, havia o cultivo de alguns produtos agrícolas, como a mandioca, base da alimentação da população colonial, principalmente dos escravos.

O fumo e o tabaco eram produzidos (mais na Bahia e em Alagoas), sobretudo para serem trocado por negros, na costa africana, onde eram muito valorizados. O algodão (mais plantado no Maranhão) servia para a fabricação de tecidos rústicos, usados nas roupas dos escravos, já que as vestimentas da família dos senhores de engenho vinha da Europa.

Em todo engenho havia sempre, também, uma serraria/marcenaria, onde se fabricava grande parte do mobiliário e dos apetrechos para o processamento da cana e se dava acabamento às madeiras necessárias para construção das edificações.

- **Os atores**

Os senhores de engenho tinham capital e contatos para captar investimentos em seu negócio. Embora desprovidos de títulos de nobreza na metrópole, centralizavam em suas terras a organização da família e do bangüê, e presidiam as cerimônias religiosas, assim como as festas profanas. Ser proprietário de engenho no Brasil, equivalia a ser fidalgo em Portugal.<sup>22</sup>

Os lavradores, na escala social, vinham logo depois da classe mais alta. Geralmente, eram portugueses, com pouco capital e de pouco prestígio para conseguir empréstimos. No entanto, eram eles os que corriam mais risco na empresa açucareira.

Lavradores também podiam ser aqueles que viviam em terras de outros, onde cultivavam milho, feijão, mandioca, além de criar porcos e algumas vacas.

Vigoravam várias modalidades de trabalho por parte dos lavradores livres. Uns cultivavam, com seus próprios recursos, canaviais em áreas arrendadas ao engenho. Outros o faziam mediante recursos cedidos pelo engenho. Contava-se, ainda, com colonos assentados em terras obtidas em sesmaria, nas vizinhanças, que processavam sua cana no engenho, em troca

---

<sup>22</sup> PAES, Sylvia Márcia. Op. Cit.

de parte da produção, já que não tinham condições de instalar o seu próprio. Toda essa clientela era de fundamental importância para o equilíbrio da empresa-engenho, uma vez que o recurso dessas lavouras subsidiárias ou dependentes permitia não interromper a atividade, 24 horas por dia, durante os 8 ou 9 meses das safras. Conforme o grau do comprometimento com o senhor de engenho, dizia-se que produziam cana livre ou cana cativa, independente do fato deles, como pessoas, serem homens livres ou escravos.

A mão-de-obra escrava, no início da colonização da região, era de indígenas, trabalhando nos canaviais.

Quando o negro africano foi incorporado e adaptado à empresa açucareira, durante muito tempo, não houve problema quanto à disponibilidade daquela mão-de-obra, embora seu custo de reprodução fosse extremamente alto. O senhor de engenho tinha que prover moradia, alimentação, saúde e também a vida espiritual dos escravos. E até o treinamento de diversos deles para um trabalho mais especializado, quando fosse o caso. Bem verdade que as “peças” gastas podiam ser substituídas, à qualquer momento por outras novinhas em folha, enquanto o tráfico de negros vigorava (até 1831). Mas um escravo custava cerca de 35 mil réis cada e ainda havia o prejuízo advindo de sua mortalidade que era freqüente.

Acresce o fato de que o escravo era simultaneamente valor de uso e de troca, já que funcionava como moeda, quase que exclusivamente, antes que a terra, com a Lei de 1850, pudesse servir como garantia nas hipotecas. E, como até um certo momento, a terra obtinha-se com facilidade, era pelo número de escravos empregados que se podia avaliar a produtividade do engenho colonial.<sup>23</sup>

Além dos direta ou indiretamente envolvidos com a manufatura do açúcar, uma quantidade bastante considerável de pessoas estavam ligadas às atividades do engenho, por seus ofícios. Entre os livres, estavam o feitor-mor, o mestre e o contra-mestre, o banqueiro e seu ajudante, envolvidos com o fabrico do açúcar. O purgador, na direção do moinho. Para levar o açúcar encaixotado até o trapiche para venda e embarque: o caixeiro, o médico-cirurgião, o capelão, o secretário, o carpinteiro, o lavadeiro, marinheiros, o procurador (para questões judiciais), barqueiros, canoeiros, calafates, carpinas, oleiros, pedreiros, carreiros, vaqueiros, pescadores. E também o ferreiro, que era fundamental para o reparo das mós e das caldeiras, para

---

<sup>23</sup> Engenhos de 50 escravos são reputados medíocres no final do século XVII, mas considerava-se o mínimo de 40 escravos indispensáveis para que o engenho pudesse moer “redondamente” durante as 24 horas do dia. Grandes engenhos, registrados na Capitania do Rio de Janeiro, mantinham algumas centenas de escravos, como a ordem de São Bento com 432 e os seqüestrados aos jesuítas 1.400. Esses casos devem ser considerados antes exceções, pois, segundo parece, teriam predominado os pequenos engenhos com reduzido número de escravos e movidos pela força animal. BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Diálogos da Grandeza do Brasil, 1618.

fabricar pregos utilizados nas barcas e caixas, e muitas outras funções.

Em regime de trabalho servil: mulatos e mulatas, escravos e escravas nos afazeres domésticos e na lavoura.

Quando o engenho vira usina ou novas fábricas são concebidas e instaladas já para atender à uma nova organização da produção, o protagonista não é mais o senhor de engenho, um homem ligado à terra, um homem do campo. O usineiro é um homem de cidade, um industrial, um empresário que representa o ideal burguês.

O braço escravo agora é o lavrador, o produtor da matéria-prima. São raros os usineiros que dispõem de instalações para armazenagem. Assim, é o lavrador que corre todos os riscos: secas, enchentes, doenças no gado, incêndios nos canaviais.

Protegido pela lei, entra em cena, no final do primeiro triênio do século XX, o maior dos "atravessadores", penalizando tanto quem planta, quanto quem processa a cana: os especuladores, os protagonistas do capital financeiro emergente, que faz seu "debut" na crise de 1929.

- **Áreas de cultivo**

No entorno das edificações principais do engenho – casa-grande, senzala, capela e casa-de-engenho –, ficavam as áreas de cultura da cana, feitas pelos escravos do engenho, pelos lavradores livres ou pelos “obrigados à moenda”<sup>24</sup>. Do total das terras, a cana ocupava apenas uma parcela, em alguns casos, 1/5, 1/7. Do restante, parte era destinada à lavoura de gêneros utilizados para a alimentação diária dos moradores e dos eventuais hóspedes, complementada com a caça e a pesca ali, também, praticadas.

Os canaviais eram distribuídos em quinhões, os “partidos”, separados uns dos outros por terras alheias, obtidas por compra legítima ou por posse. Plantava-se ainda as “terras de sobejo”, acrescentadas irregularmente às propriedades do engenho, e incluídas nas medições.

O tipo de solo preferido para o plantio da cana era o massapê, de cor cinzento-negra, o mais fértil e rico em matéria orgânica e decomposição de cretáceos, mais comum no litoral brasileiro. Embora tenha sido plantada em morros, ela se adapta melhor às planícies de temperaturas mais uniformes, úmidas no inverno e secas no verão, mas com chuvas abundantes no período das águas.

Além das atividades diretamente vinculadas à empresa do açúcar, outras faziam parte dessa espacialidade, compreendendo por exemplo os lugares e os equipamentos envolvidos com a alimentação diária dos



Cortadores de cana em Quissamã

Fonte: Lloyd's Trades Britain Publ. Co

---

<sup>24</sup> Era muito comum a vinculação dos “lavradores obrigados à moenda” à propriedade do engenho, garantida inclusive pelo selo dos tabeliães e pela sentença de juízes.

moradores e dos eventuais hóspedes, através das plantações, das criações, da caça e da pesca ali praticadas.

- **Fontes de energia**

A utilização da força hidráulica, através da roda d'água, do tipo vertical, para a movimentação dos moinhos, foi a energia motriz mais recorrente nos primeiros engenhos, simultânea à força humana e à tração animal. A escolha de um ou outro tipo de energia dependia de fatores econômicos e geográficos.

O uso do braço escravo ocorria de modo esparsos, pois é sabido o baixo rendimento e a lentidão das moendas assim acionadas. No entanto, foi usado em ampla escala na maioria das demais atividades dentro do engenho – preparo da terra, colheita, transporte de cana, outras tarefas de produção dentro da fábrica.

No engenho de animais, almanjarras ou trapiches, eram utilizados cavalos, mulas ou bois, sendo estes últimos os preferidos. Nas terras onde não havia disponibilidade de recursos hídricos, esse tipo de energia motriz era realmente a melhor solução.

A superioridade dos engenhos d'água, que depois passaram a ser conhecidos como engenhos reais, era incontestável. Antes de tudo, por conta da produtividade, avaliada como o dobro da produtividade de um engenho de tração animal.

Um açude ou tanque era construído nos pontos onde o rio fazia sua queda natural. A água era conduzida por diferença de nível, através de regos e calhas de madeira, sobre mourões ou condutores de alvenaria elevados por arcos – aquedutos. Além de movimentar a roda d'água, a água também abastecia a casa de caldeiras.

O engenho, geralmente, ficava a poucos metros do reservatório. As primeiras políticas de ocupação e defesa territorial privilegiaram a margem dos rios ou as áreas junto ao mar, principalmente por causa da facilidade de transporte da produção e dos insumos. Nesse caso, os engenhos d'água eram os mais convenientes. Mais adiante, com a interiorização do povoamento, e a localização de engenhos em terras distantes desses recursos hídricos e mais altas, os trapiches passaram a aumentar sua participação no total, embora sua performance fosse bem menor. Esse fato, também, ampliou as chances de produção de açúcar por parte de lavradores com menos recursos.

A máquina a vapor foi introduzida na empresa açucareira a partir de 1815, primeiramente na Bahia, quando essa tecnologia já estava bem desenvolvida na Europa, e duas décadas após sua utilização nas Antilhas.



Debret, Engenho de açúcar com moenda movida à tração humana

O emprego da energia a vapor liberou a localização do engenho da contigüidade em relação às quedas d'água, pastagens, matos, etc, mas exigiu uma mão-e-obra mais especializada e um maior capital de investimento. E, ainda, não resultou imediatamente num aumento de produção, já que as primeiras máquinas eram dimensionadas para substituir uma almanjarra e não uma roda d'água.

O vapor era usado, não só para movimentar as moendas, mas também para produzir calor no cozimento do caldo. Como meio de transporte, foi usado, pela primeira vez no Brasil, em 1819, na Bahia. As primeiras máquinas eram importadas da Europa.

Com o passar dos anos, o vapor iria alterar fundamentalmente as relações de produção até então dominantes no fabrico do açúcar. Nas três etapas: na moagem – independizando o engenho dos recursos naturais como força hidráulica e pastagens; no cozimento – pela introdução do vácuo, agilizando a evaporação e a cristalização do açúcar; na purga – pela introdução das centrífugas, eliminando o demorado clareamento por decantação.

O vapor, um dos catalizadores da transformação do engenho em usina, permitiu a mecanização de quase todas as operações de transporte dentro da fábrica, unificando numa caldeira central toda a energia necessária para acionar as várias etapas do processo.

Devido à versatilidade de seus espaços, muitos engenhos experimentaram diferentes formas de energia ao longo do tempo, o que não resultou em mudanças substanciais nos edifícios. Na medida em que foram introduzidas novas relações de produção, com os engenhos centrais e com as usinas, é que surge um novo edifício fabril, com nova inserção e novas relações espaciais, e com diversas técnicas construtivas, empregando por exemplo o aço e o zinco.

- **Combustíveis**

Para obtenção do calor, empregado na etapa do cozimento, do século XVI ao final do XVIII, o único combustível foi a lenha.

É assim que enormes extensões da Mata Atlântica foram destruídas para abrir espaço para os canaviais. O trabalho da derrubada se completava com o da queimada para limpar completamente o terreno. Com o fogo também se preparava a colheita e mais adiante era empregado também para a limpeza do canavial, após o corte, como “preparo”, para que as raízes remanescentes brotassem com vitalidade. Calcula-se que, para cada quilo de açúcar, queimou-se cerca de 15 quilos de lenha.<sup>25</sup>



Alimentação dos fornos, Engenho Central, Quissamã

Fonte: Lloyd's Trades Britain Publ. Co

---

<sup>25</sup> HOLLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. Op. Cit.

No início do século XVII, no entanto, senhores de engenhos já pediam providências à Coroa acerca de queimadas e derrubadas desnecessárias, que poderiam acarretar a paralisação dos engenhos diante da escassez de lenha.

A Provisão Real de 1681 determinava que os engenhos se instalassem à distância de meia légua um do outro, tendo em vista o abastecimento de lenha. No século XVIII, boa parte dos engenhos não tinham matas próximas e pagavam caro pela lenha que vinha de longe.

Apenas em 1840, o bagaço da cana passou a ser usado como combustível alternativo para movimentar as caldeiras, dando uma chance de sustentabilidade àquela indústria, com a cana sendo quase totalmente aproveitada.

- **Equipamentos**

As fornalhas não sofreram grandes modificações do século XVI ao final do XVIII, e o combustível se manteve a lenha. Eram alimentadas pelo lado de fora do edifício, tamanha a irradiação de calor e a poluição que provocavam, já que não possuíam chaminé para a exaustão da fumaça. Exigiam também o emprego de vários escravos.<sup>26</sup>

A modernização dessas fornalhas só acontece no Brasil na virada do século XVIII para o XIX, quase 100 anos depois das Antilhas.

A nova fornalha – forno inglês, trem inglês ou trem da Jamaica – requeria menos combustível e era duas vezes mais eficaz no cozimento do caldo. Além disso, permitia o uso do bagaço de cana como combustível.

O Nordeste aderiu mais rapidamente que o Sul à nova fornalha e ao novo combustível.

As mudanças na arquitetura e na paisagem provocadas pela introdução das novas fornalhas foram a criação da “bagaceira” – pátio onde se secava o bagaço antes da queima – e das casas de bagaço.

E já que irradiavam menos calor, puderam passar da antiga posição periférica, com alimentação pelo exterior, para dentro da cozinha. É a partir daí – início do século XIX – que sua chaminé passa a ser elemento constante e característico na paisagem dos engenhos, sinalizando quando a fábrica começava a moer ou quando entrava em fogo morto.

O emprego da energia a vapor no cozimento só se generalizou no Brasil com o surgimento dos engenhos centrais e das usinas, no último quartel do século XIX.

O sistema de purga, que consistia na cristalização do açúcar e seu clareamento, ou seja, na eliminação do melaço residual do interior do açúcar



Maquinário de usina movida à vapor, 1913

Fonte: Lloyd's Trades Britain Publ. Co



Maquinário de usina movida à vapor, 1913

Fonte: Lloyd's Trades Britain Publ. Co

<sup>26</sup> AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. Op. Cit.

cristalizado, não se modificou substancialmente do século XVI ao XVIII.

Devido à grande morosidade no processo de clareamento por decantação, a casa de purgar tinha, muitas vezes, área maior que a casa das moendas e fornalhas.

Só no século XIX acontece uma modificação substancial, com a introdução do vácuo e da centrifugação. Ambas as técnicas só foram empregadas nos engenhos centrais e nas usinas.

- **Relações produtivas**

Não existiram, na verdade, mudanças significativas no processo de manufatura do açúcar durante os primeiros três séculos.

Em alguns engenhos, cada uma das etapas – moagem, cozimento e purga – era feita num edifício diferente. Mas, na maioria, só em dois: a fábrica (casa de moenda e casa de caldeira) e casa de purgar (onde o açúcar era clareado e encaixotado).

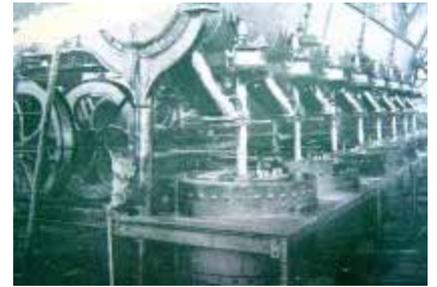
Tratava-se de processo contínuo – fluxo ininterrupto da cana (matéria prima) até o açúcar (produto acabado), através de uma série de etapas, sendo o trabalho realizado geralmente 24h por dia. Mesmo porque a interrupção da atividade significava dificuldades técnicas e custos elevados de limpeza.

A movimentação predominante era a horizontal, sendo a gravidade pouco utilizada no transporte dos líquidos e granéis.

O engenho foi pioneiro no emprego do “processo contínuo” que viria, mais tarde, a ser largamente usado na indústria siderúrgica, química, de cimento, vidro, etc.

Embora tenha sido, inicialmente uma indústria avançada para a época, o engenho foi perdendo essa posição com o tempo, apesar das pequenas melhorias introduzidas nos equipamentos. As causas: o desenvolvimento do processo produtivo sempre atrelado ao baixo nível da tecnologia colonial, à lentidão com que tecnologias mais avançadas eram assimiladas por parte dos senhores de engenho, as poucas opções energéticas e ao sistema escravagista.

Só a partir do século XIX é que as grandes mudanças aconteceram, acarretando um processo produtivo mais integrado. O bagaço de cana empregado como combustível, o uso de novos aditivos químicos: a cal substituiu a decoada de cinza de madeira como defecante, o óleo de mamona substituiu o sebo na redução da fervura. A importação da moenda de três rolos horizontais, a introdução da fornalha tipo Trem da Jamaica. A lenta substituição da mão-de-obra escrava por trabalhadores assalariados, na maioria de origem européia.



Maquinário de usina movida à vapor, 1913

Fonte: Lloyd's Trades Britain Publ. Co

## Lugar da moradia

A escolha do local para a implantação das construções e de diferentes materiais nos edifícios componentes dos engenhos de açúcar, revelavam a hierarquia social e o sistema de valores dessa sociedade em formação, fundada sobre a família patriarcal.

Enquanto a casa grande era construída com material nobre – pedra e cal – e situada na parte mais alta do terreno, as senzalas, construídas com materiais precários – terra, madeira, cipó – ocupavam a parte mais baixa dos terrenos. Por esta razão, poucas dessas habitações chegaram até nossos dias.

A casa grande era o centro de irradiação de toda a vida econômica e social da propriedade. Tais construções podiam ser verdadeiros palacetes, mas nem sempre eram suntuosas, dada a grande diversidade do status financeiro dos donos de engenho. Eram funcionais, mas de conforto ambiental precário e, por longo tempo, as alcovas ( cômodos internos sem janelas) permaneceram no programa das casas. Só a partir da segunda metade do século XIX, sob a influência dos higienistas, com suas idéias sobre os benefícios do ar em movimento é que as casas passaram a ter oitões livres e quartos com aeração.

Quanto à sua arquitetura, a tentativa foi de adaptação à geografia do sítio, à paisagem natural, aos materiais disponíveis e às exigências decorrentes do clima tropical da Colônia. Além disso, adequação também à maneira de viver, hábitos e costumes locais - como o (imperialismo) português aqui se manifestava – às relações sociais e às necessidades do patriarcalismo rural e escravocrata.

Com isso tudo, dialogavam as grossas paredes de taipa ou de pedra e cal, coberta de palha ou telha-vã, o alpendre na frente e nos lados, os generosos telhados protegendo do sol forte e das chuvas tropicais.

A cultura do açúcar produziu formas peculiares de dormir, de descansar, de comer, de defecar, de banhar-se e de parir.<sup>27</sup> E à arquitetura coube atender essas funções.

Além disso, viabilizar o espaço construído para comportar a família ampliada (afilhados, compadres, agregados de todo tipo), à reclusão das moças solteiras, ao confinamento das mulheres nas cozinhas, ao seu deslocamento sempre acompanhado por diversas escravas.

Os pátios internos e, mais tarde, as varandas periféricas garantiam a privacidade, fazendo a transição entre o espaço externo e os cômodos da casa. Os quartos de dormir – as alcovas –, nenhum contato tinham com o



Mato da Pipa é uma das mais antigas sedes de fazenda, em torno da qual se desenvolveu a vila de Quissamã, 2003



Casa da Fazenda Quissamã

Fonte: Prefeitura Municipal de Quissamã

---

<sup>27</sup> FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Editora José Olympio, 1975.

exterior, já que não possuíam janelas.<sup>28</sup>

Os equipamentos de assistência médica, igualmente, era um apoio fundamental à vida no engenho. Inicialmente, sob forma de boticas, fazendo parte das casas grandes e, mais tarde, como verdadeiros hospitais, já no tempo das usinas.

Outras casas, em número variável, serviam de residência ao capelão, ao mestre de açúcar (que comandava a “casa das fornalhas”), aos feitores e aos poucos trabalhadores assalariados. E finalmente, nas senzalas, toscas construções, geralmente em construções lineares, amontoavam-se os escravos, às centenas, em cômodos mal iluminados, mal ventilados. Em termos construtivos, e não só, as senzalas se aparentavam com as estrebarias.

## Lugar da vida religiosa

Coube à Igreja a formação da nacionalidade, aspecto mais nobre da colonização. Quase tudo o que se fazia em matéria de educação, cultura, catequese e assistência social, corria por conta de sua hierarquia, de seu clero secular, das ordens religiosas e das corporações de leigos – irmandades e ordens terceiras.<sup>29</sup> Na escola do engenho, era um padre-mestre que ensinava aos meninos.

A capela completava o quadrilátero das edificações, que eram o coração do engenho, além da casa-grande, da senzala e da fábrica.

Podia estar isolada, contígua ou integrando o corpo da casa grande, próxima ao engenho e na vizinhança da senzala. A Igreja lucrava na intimidade com a família patriarcal, através do prestígio e da autoridade política.<sup>30</sup> E também favorecia a manutenção e ao exercício do poder da aristocracia açucareira, uma vez que por muito tempo a educação esteve nas mãos de religiosos, numa conveniente associação ao poder temporal desempenhado pelo senhor de engenho.

Na capela, eram rezadas as missas que congregavam todas as pessoas da comunidade aos domingos e dias santos, além das datas como batizados, casamentos, funerais e sepultamento.

Não era incomum as capelas superarem as casas-grandes, nos acabamentos e no luxo.<sup>31</sup> A planta da capela traduzia as conexões e os isolamentos necessários à circulação e permanência dos diversos segmentos da comunidade do engenho. Sacristias e coros interligados, privativos das mulheres e dos filhos da família nuclear, uma nave para a família estendida, e o copiar, para os escravos, que também ocupavam a área aberta.



Capela da fazenda Machadinha em Quissamã, 2003

<sup>28</sup> RAPOPORT, Amos. *Vivienda y Cultura*. Barcelona. Editorial Gustavo Gilli, 1972.

<sup>29</sup> HOLLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Op Cit.

<sup>30</sup> PAES, Sylvania Márcia. Op. Cit.

<sup>31</sup> GOMES, Geraldo. *Entrevista ao Jornal do Commercio de Recife*, 1998.

## Lugar da vida social

Em torno da casa-grande e da capela girava a vida social do Engenho.

Na casa-grande, a aristocracia açucareira não economizava em “glamour” e tentava seguir as últimas tendências da moda e dos costumes das cortes européias em suas festas, bailes e recepções. E se esmerava na arte de “receber”, função valorizada pela arquitetura desses edifícios.

Na capela, os ofícios ou as festividades reuniam todos os protagonistas do Engenho, graças a uma arquitetura que proporcionava um “contato sem contágio”.

## Acessibilidade e comunicação

A maior ou menor facilidade de acesso ao engenho, a implantação mais favorável à sua produtividade e à comercialização da produção eram fatores importantes para se medir o poder do proprietário.

“Na paisagem açucareira, não podia faltar ainda o mar ou um rio, via de comunicação vital, tanto para o escoamento da produção do engenho, quanto para viabilizar a chegada da madeira necessária às fornalhas, além dos mais variados gêneros utilizados ou consumidos no dia-a-dia do período colonial”.<sup>32</sup>

Outros fatores permitem uma leitura não tão objetiva, se bem que igualmente indicativa do prestígio dessa aristocracia rural. Tais como a sofisticação dos jardins, cada qual com espécimes mais exóticos, trazidos das partes mais remotas do planeta. As palmeiras imperiais, por exemplo, eram usadas como sinalização da imponência da casa-grande, se oferecendo à visibilidade desde grandes distâncias.

O prestígio dizia respeito, também, ao grau de intimidade do proprietário com a Corte, a frequência com que tais figuras visitavam a casa, o acesso às notícias, mais ou menos atualizadas sobre o que se passava ali e nas outras cortes européias.



Ferrovias particulares para transporte de cana das fazendas para o Engenho Central, Quissamã, 1913

Fonte: Lloyd's Trades Britain Publ. Co



Antigo cais, onde desembarcou D. Pedro II e sua comitiva em 1847, São João da Barra

Fonte: www.sjb.rj.br

---

<sup>32</sup> HOLLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. Op Cit.

# O AÇÚCAR NO NORTE FLUMINENSE

No Estado do Rio, o ciclo do açúcar foi tardio em relação ao ciclo do nordeste, sendo a partir de meados do século XVIII e ao longo do XIX o período áureo, após o refluxo do ciclo do ouro. E aconteceu principalmente nos atuais municípios de Campos, Macaé, Quissamã e São João da Barra.

Mas, mesmo antes dessa época, o açúcar esteve intrinsecamente identificado com as primeiras iniciativas de colonização na região. Não havia povoação, por menor que fosse, sem um engenho por perto, ainda que rudimentar.

## Contexto histórico

- **Século XVI**

Embora o período tenha se apresentado extremamente propício à implantação e desenvolvimento da empresa açucareira no Brasil, tendo como pólo principal o Nordeste, a capitania de São Tomé mostrou-se inexpressiva em relação à tal atividade. Conforme consta, por volta de 1548, existiam apenas três engenhos nesta capitania, sendo dois à beira-mar e um ao lado do rio Managé (depois Camaguama e atual Itabapoana), no povoamento fundado em 1538 por Pero de Góis, que havia recebido a capitania em donataria, em 1534 – a Vila da Rainha.

Enquanto a parceria da Coroa Portuguesa com os capitais holandeses sustentava a atividade açucareira no Nordeste brasileiro e sua comercialização na Europa, a capitania de São Tomé sofria com a instabilidade provocada pelas incursões de corsários, notadamente franceses, baseados na França Antártica, colônia por eles fundada em 1555, na Guanabara. Só 20 anos depois seriam expulsos definitivamente por Antonio Salema, então governador da Vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, fundada em 1565.

E, no norte-fluminense, os problemas ainda foram acrescidos pelos constantes ataques dos índios goitacá, habitantes da região.

Muitas das primeiras tentativas de colonização da capitania associavam aldeamento indígena (liderado por alguma ordem religiosa), rudimentar engenho de açúcar, paiol, pequenas lavouras (geralmente de cana e mandioca), curral e capela.

E, mesmo um pouco mais tarde, os aldeamentos construídos na região foram de vital importância já que, para expandir a fronteira agrícola, novas áreas devem ser desbravadas. A catequese se colocou como alternativa “civilizada” à violência do extermínio ou da expulsão dos índios habitantes desses sítios.



Canhão Manuelino encontrado na localidade de Cacimbas em 1840, pertencia a Capitania da Paraíba do Sul

Fonte: Acervo Inepac, 1986



Mó do Engenho de Vila da Rainha em exposição no Museu do Açúcar, em Recife

A Coroa Portuguesa incentivava os aldeamentos pois, através deles, era possível não só a “domesticação” daquela mão-de-obra para as lavouras, como também a penetração dos colonizadores em terras até então inacessíveis.

- **Século XVII**

Apesar dos altos e baixos, o saldo geral do século foi favorável à empresa açucareira no Brasil. Por dez anos, perdeu a euforia do século anterior. A partir daí, 60 anos de depressão relativa. Os anos seguintes acenaram com recuperação.

A ruptura da parceria comercial entre Portugal e Holanda, fazendo com que Portugal perdesse o monopólio dos produtos coloniais no mercado europeu, que passou a ser compartilhado com Holanda, Inglaterra e França, foi o pano de fundo do cenário deste século.

A atividade açucareira foi muito impulsionada pelas ordens religiosas, que a partir de meados do século anterior haviam obtido permissão para entrar no país – jesuítas em 1549 e beneditinos em 1584 – e passaram a participar decisivamente do projeto colonizador. Em terras do norte fluminense – reconhecidas como das mais férteis para o cultivo do açúcar –, os jesuítas comandavam os engenhos do Colégio (Campos) e Sant’Ana (Macaé).

Os registros do início do século dão conta da existência de 34 engenhos e engenhocas, em toda a capitania. A maioria dos engenhos foi implantada no Rio de Janeiro, favorecidos pelas condições climáticas e geográficas e, agora, livres das ameaças dos franceses.

Incluía-se na paisagem açucareira desta época, os entrepostos – os trapiches. Até 1612, eram apenas espaços reservados nas praias junto aos portos, onde o açúcar esperava pelo embarque, secando ao sol. Depois, tornaram-se galpões junto aos cais, onde as caixas armazenadas ficavam à salvo do sol, da chuva e dos saques. Nesses entrepostos, através de concessões dadas a particulares, se cobrava uma taxa de embarque, após a pesagem da mercadoria.

Também contribuiu para o desenvolvimento da atividade, a maior facilidade no transporte do açúcar para Portugal. Em 1671, foi baixado um decreto liberando a entrada de navios estrangeiros em portos brasileiros. Em 1688, um alvará submetendo os navios mercantes à formação em comboios, como medida defensiva contra os corsários. A capacidade dos navios também aumentou. Até 1640, levavam em torno de 360 caixas de açúcar. Os novos chegavam a levar 600 caixas.

Entretanto, a atividade econômica predominante durante este século,



Mosteiro de São Bento, Campos, 2003



Casa e Capela do Colégio Jesuíta de Campos, 1994



Casa e Capela do Colégio Jesuíta de Campos, 2003

no norte fluminense, permaneceu a pecuária, desenvolvida a partir das primeiras cabeças trazidas dos Açores e de Cabo Verde pelos Sete Capitães, que haviam recebido a capitania em donataria em 1627.

A instabilidade provocada pela redivisão das terras de São Tomé, em 1648, por iniciativa do governador do Rio de Janeiro, Gen. Salvador de Sá e Benevides, que desencadeou disputas acirradas, tornou mais conveniente a pecuária, atividade móvel, do que empreendimentos que pressupunham uma situação fundiária mais estável, como os engenhos.

Quando, a partir de 1660, investimentos na indústria açucareira foram feitos na capitania, visando suprir a demanda frustrada a partir da expulsão dos holandeses do Nordeste (1654), cuja produção decaiu, o norte-fluminense, além do Rio de Janeiro, foi beneficiado.

Indício do início do processo de incorporação dessa região na economia do açúcar foi a reivindicação à Coroa, feita pelo Marquês do Lavradio, em 1650, em nome dos fabricantes dali, de que tivessem os mesmos privilégios que os fabricantes do Rio, “já que tinham maior produção que o Rio de Janeiro e seu Recôncavo juntos”.<sup>33</sup>

A situação fundiária, no entanto ainda era complicada, já que, a partir de 1674, se iniciara o período denominado “Tirania dos Assecas”. O filho do governador Salvador de Sá, o primeiro Visconde Asseca, obteve a doação da capitania e começou a cobrar impostos exorbitantes dos lavradores e outros arrendatários das terras. Brigavam todos: herdeiros e donatários, donatários e frades, jesuítas e beneditinos, moradores e frades, rendeiros e Câmara.

### • Século XVIII

O século XVIII, ao contrário do anterior, contabilizou para a atividade açucareira no Brasil um resultado de depressão, apesar das características distintas de seus três períodos. Nas primeiras décadas, perdurou o crescimento iniciado no final do século XVII, seguido de recesso até 1770. A partir daí, até a 1ª década do XIX, o setor se recuperou.

Na capitania do Paraíba do Sul, o século, a partir de seus meados, marcou o início do ciclo do açúcar, envolvendo as terras dos atuais municípios de Campos, Macaé, Quissamã e São João da Barra, principalmente entre o rio Paraíba do Sul e a Lagoa Feia.

Ao fim de quase 100 anos de “Tirania dos Assecas”, as terras da capitania voltaram à Coroa, em 1752, quando a situação fundiária se estabilizou e propiciou atividades econômicas mais duradouras.

Com a ampliação do povoamento no sudeste, desencadeado pelo ciclo do ouro, a partir da segunda década do século, aumentou o mercado



Marco em pedra para delimitação de terras em Barra do Furado, Quissamã



Muralhas em cantaria de pedra da antiga fortaleza de Santo Antônio do Morro Frio (atual Forte Marechal Hermes) Macaé

Fonte: Acervo INEPAC



Igreja de Santo Amaro, Campos



Convento da Lapa, hoje asilo, Campos

<sup>33</sup> LAMEGO, Alberto. Terra Goitacá, à luz de documentos inéditos. Niterói. Diário Oficial. 1942.

consumidor para o açúcar da baixada campista que, até então, abastecia principalmente o Rio de Janeiro. Também este mercado se ampliou, a partir de 1763, quando o Rio passou a sediar a capital do Vice-Reino.

A vitalidade econômica do Rio já havia sido anunciada pela Carta-Régia que, em 1711, determinava que o escoamento da produção da Colônia se fizesse através de seu porto. O porto de Santos, ficava assim submetido ao do Rio, onde diversas intervenções urbanísticas foram sendo feitas para adaptar a cidade às suas novas funções.

Importante propulsor da atividade foi, também, a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, já que disponibilizou para a empresa açucareira fluminense enorme quantidade de terras, antes comprometidas com a pecuária.

Quando houve o refluxo da mineração, ocorreu uma valorização da economia agrícola, com apoio de uma política oficial de amparo – controle da qualidade do produto, disciplina do preço dos fretes, flexibilização das punições legais à infração das leis, dilatação do prazo das moratórias, impedimento de penhoras sobre bens móveis e imóveis, etc.

Surgiram áreas de agricultura e pecuária, ao longo dos caminhos utilizados pelo ciclo do ouro, para atender ao mercado interno emergente. Raros eram os grandes engenhos na região, a maioria sendo de pouca capacidade produtiva. Exceção deve ser feita para o da Fazenda do Colégio, antiga propriedade dos jesuítas.

- **Século XIX**

A primeira metade deste século manteve o norte-fluminense na vanguarda da produção açucareira, processo iniciado em meados do século anterior, e ainda mais alavancado com a vinda da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, consolidando no sudeste o eixo da economia colonial. Em 1822, com a Independência, o Rio virou sede do Governo Imperial e vai se tornando, cada vez mais, um mercado consumidor bastante atraente para o açúcar da região da baixada campista.

O número de engenhos que, em meados do século anterior, não passava dos 50, foi se multiplicando. Em 1737, eram 34; 50 em 1750, 55 em 1769, 113 em 1778, 278 em 1783, 400 em 1819, 700 em 1828.<sup>34</sup>

Os senhores de engenho, com o capital acumulado através da próspera economia açucareira, aperfeiçoaram seus instrumentos de produção. As moendas de madeira, que estragavam rapidamente e desperdiçavam grande quantidade de caldo de cana, foram substituídas por moendas de ferro.



Igreja de Santana em Macaé



Casa de Câmara e Cadeia em São João da Barra



Solar dos Airizes, Campos.

---

<sup>34</sup> SILVA, Osório Peixoto. Op. Cit.

As primeiras máquinas a vapor, que haviam chegado à Bahia em 1815, na região foram introduzidas a partir de 1827, em substituição aos engenhos movidos por energia hidráulica ou animal, mas isso não resultou imediatamente em aumento da produção ou da produtividade, modificando mais, em um primeiro momento, as relações de produção.

Neste contexto, somente fazendeiros que dispunham de recursos excedentes puderam mecanizar seus engenhos, o que eliminou pequenos e médios produtores. A partir de meados do século XIX, então, o número de engenhos diminuiu, ao mesmo tempo em que aumentou a produção açucareira, sinalizando para uma concentração de terras e de capital.<sup>35</sup>

O auge da produção açucareira na região abrangia a planície que se estende entre a Lagoa Feia, o rio Paraíba e o rio Macaé, tendo como centro irradiador o núcleo urbano de Campos.

Observa-se que os baixios litorâneos, regiões mais alagadas, desde Macaé até a barra do Itabapoana, estavam excluídos dessa mancha, uma vez que se consolidaram como áreas preferenciais de pastagem, da mesma forma que, a norte e noroeste, os contrafortes da Serra do Mar.

No entanto, os ingredientes da crise que iria se abater sobre o setor daí por diante, já podiam ser entrevistos. A desorganização da mão-de-obra, a reboque da corrida do ouro, com o desvio de significativa quantidade de escravos dos engenhos para as minas, seria agravada pelas conquistas dos movimentos abolicionistas, com o fim do trabalho servil em 1888.

A posição de destaque do setor açucareiro do norte-fluminense neste período áureo pode ser avaliada pela liderança que a aristocracia do açúcar teve no movimento que resultou na introdução dos engenhos centrais no Brasil e pelo fato de o primeiro Engenho Central autorizado a funcionar pelo Império foi o de Quissamã, em 1877, dois anos após o decreto 2.687, que estabelecia a política açucareira a vigorar daí por diante.

Com a “centralização manufatureira do açúcar, com os grandes aparelhos aperfeiçoados e o aparelhamento moderado das terras de lavoura”, pretendia-se driblar a crise anunciada.

Entre as razões apontadas pelo Barão de Barcelos para a crise estavam o alheamento da nova geração de fazendeiros, à supressão da mão de obra escrava, o aumento da concorrência, o esgotamento da fertilidade do solo pelo plantio prolongado e o desconhecimento técnico das novas tecnologias.

A nova organização da produção, protagonizada pelos engenhos centrais, que começaram a operar na região a partir das últimas décadas do século XIX, se baseava no trabalho rural em pequena escala, diretamente



Antigo Solar do Barão de Carapebus do Engenho Santo Antônio, atual Asilo do Carmo em Campos. 2003.



Antigo Solar do Visconde de Araújo, atual Câmara Municipal de Macaé. 2003.



Fazenda Floresta em Quissamã. 2003



Usina São João em Campos. 2003

<sup>35</sup> FERREIRA, Ana Lucia Nunes. O município de Macaé: fortunas agrárias na transição do trabalho escravo para o livre. Niterói, UFF/ Dissertação de Mestrado, 2001.

praticado pelo proprietário, ou por terceiros, mediante parcerias ou arrendamento de áreas agricultáveis. O parcelamento da propriedade era explicitamente recomendada pelo governo, assim como a incorporação de imigrantes às atividades ligadas ao cultivo da cana.

O Engenho Central de Quissamã, cujos principais sócios eram membros da família Carneiro da Silva, aglomerava sete engenhos que até então funcionavam isoladamente – Quissamã, Mandiquera, Machadinha, São Miguel, Monte Cedro, Santa Francisca e Melo.

Dois anos depois, também no município de Campos, foi inaugurada a primeira usina de açúcar do Brasil: Usina do Limão, situada na fazenda e engenho de mesmo nome, pertencente a João José Nunes de Carvalho.

O apoio financeiro do Governo Imperial, porém, foi fundamental para que os Engenhos Centrais pudessem cumprir sua função, e isso foi feito através de garantia de juros sobre o capital empregado. No entanto, o privilégio ficou com as companhias que demonstraram estar associadas às propriedades agrícolas de sua região e, assim, têm a segurança de receber a quantidade necessária de cana a ser processada.

O fornecedor da cana também contava com o financiamento do Governo, através de um fundo especial, repassado como empréstimo pelo Engenho Central aos plantadores, tendo assim garantida a subsistência nos períodos de entressafra.

No final do século XIX, surgiram na região diversas usinas e engenhos centrais, como o Engenho Central de Barcelos (criado em 1878, em São João da Barra), a Usina de Queimado (criada em 1880), a Usina de Sapucaia (criada em 1884), a Usina de São José (criada em 1883), dentre outros.

Estes estabelecimentos passaram a deter o monopólio da produção do açúcar, eliminando pequenos e médios engenhos, o que resultou em uma ainda maior concentração de terras e capitais. Continuaram existindo, entretanto, pequenos produtores de cana, que se tornaram fornecedores do produto para essas usinas e engenhos centrais. A manutenção de pequenos lavradores e fornecedores de cana interessava a estas indústrias de açúcar, na medida em que estas que não arcavam com os “riscos” do empreendimento agrícola, como pragas e adversidades climáticas.

As relações de trabalho também sofreram importantes transformações no final do século XIX. Com a abolição da escravidão, a colônia de parceria consistiu em uma solução comum para a crise da mão-de-obra, ou seja, os antigos arrendatários de grandes propriedades que pagavam o aluguel da terra em moeda, passaram a pagá-lo em produto – a menção – sendo a cana-de-açúcar o principal produto fornecido. Outra forma de trabalho consistia no diarista assalariado, utilizada tanto no meio rural quanto no meio urbano.



Engenho Central de Quissamã

Fonte: Lloyd's Trades Britain Publ. Co



Engenho Central de Quissamã



Engenho Central de Barcelos em São João da Barra

Fonte: Lloyd's Trades Britain Publ. Co

Logo, porém, a idéia dos grandes engenhos centrais começou a perder terreno para as usinas, unidades produtivas menores e mais ágeis. Enquanto a produção anual média num engenho central era de 150 mil sacos de 60 kg, a de uma usina ficava entre 25 e 40 mil sacos. O argumento fundamental a favor das usinas era a facilidade do transporte, já que uma pequena usina podia funcionar só com a cana das propriedades circunvizinhas, enquanto que um engenho central dependia de estradas de ferro, o que implicava em mais investimento e, conseqüentemente, uma menor margem de lucro, pelo menos a curto e médio prazo. E é realmente este o perfil empresarial que prevaleceu – usinas de médio e pequeno porte.

Os Engenhos Centrais e as Usinas marcaram também o início da concentração industrial açucareira, fundada na divisão de trabalho entre as atividades agrícolas e as fabris.

A diferença entre a usina e o engenho central não consistiu em sua base técnica, mas na sua organização e etapas de produção. No entanto, as duas unidades pouco se diferenciavam na realidade. Muitos engenhos centrais funcionavam como usinas, produzindo sua própria cana e contratando fornecedores. Neste sentido, a denominação de engenho central consistiu, primordialmente, em uma forma de obter subsídios estatais.

Nas vésperas da abolição da escravatura, o norte do Brasil, que já não tinha mercado para seus produtos, os enviava ao Rio de Janeiro, onde se acumulavam, forçando a queda dos preços. Nessa época, a área de cultivo da cana no Estado abrangia cerca de 200 mil hectares, em grande parte incluindo terras onde dificilmente outra cultura vingaria.

Com a Proclamação da República, em 1889, começaram a escassear os pedidos para concessão e os privilégios reduziram-se à isenções alfandegárias, enquadramento na tabela de zonas econômicas canavieiras, direito de desapropriação de terras, isenção de impostos de transmissão de propriedade, transporte gratuito (10 anos) por estradas de ferro da maquinaria.

Em 1896, o Governo Republicano ainda tentou apurar a situação, estabelecendo amplo controle sobre as usinas do país mas, no ano seguinte, cessa tal fiscalização, limitando-se a política açucareira a um abatimento nas taxas de direitos aduaneiros.

- **Século XX, em diante**

No início do século XX, a economia açucareira sofreu uma nova crise, com a baixa de preços do produto aliada à diminuição da concessão dos subsídios estatais – voltados, sobretudo, para o setor cafeeiro. Desta forma, diversas usinas e engenhos centrais, surgidas nas décadas de 1870 e 1880, foram fechadas ou compradas por firmas e empresas.



Sociedade musical Nova Aurora. Macaé



Lyra dos Conspiradores, sociedade musical em Macaé



Praça Veríssimo de Melo, em Macaé



Canal Campos-Macaé

A crise na economia açucareira acarretou também o acirramento das formas de exploração do trabalho. Colonos e diaristas assalariados - fornecedores de cana e trabalhadores das usinas e engenhos centrais - passaram a ter que pagar por seus instrumentos de trabalho, além de serem obrigados a adquirir gêneros de primeira necessidade nos armazéns destes estabelecimentos fabris. Contra estas condições de trabalho surgiram, no início do século XX, tentativas de formação de sindicatos de trabalhadores agrícolas.

Na década de 1980, quando, no auge do Próalcool, o governo garantia a compra de toda produção, a comercialização não dependendo da iniciativa privada, os empresários investiram pesado na construção de destilarias autônomas.

A retração da atividade na passagem do século XX ao XXI – moagem e plantio – foi decorrente de uma sucessão de fatos: o preço internacional, a queda no consumo de álcool, a capacitação técnico-gerencial dos setores produtivos e industriais, a redução da precipitação pluviométrica, com a conseqüente redução da produtividade e quebra de previsões de safra e redução do estímulo econômico. Com isso, a performance do Estado passou a ser insignificante, com uma produção equivalente a apenas, 1,42% da produção nacional – as usinas do Estado produzem hoje 1,67% do açúcar e 0,89% do álcool fabricado no Brasil. É evidente a redução no número de usinas, de fornecedores e de trabalhadores envolvidos com a atividade.

A produção do açúcar, no entanto, tendo representado papel fundamental na ocupação e desenvolvimento da região norte-fluminense, constitui-se ainda em um importante elemento na formação e no desempenho da economia e identidade regionais.



Estação Experimental Pesagro em Campos



Fazenda Prosperidade em Quissamã



Vila Evelina, Quissamã

## Estrutura fundiária e padrão territorial

Em 1534, Pero de Góis recebeu a capitania de São Tomé em donataria.<sup>36</sup> Após seguidos fracassos das iniciativas de povoamento, em parte pelos problemas com os índios da região, em parte pelas difíceis condições daquelas áreas alagadiças, mas sobretudo pela carência de recursos, em 1627, esta capitania foi doada, em forma de sesmarias, a sete homens – Miguel Aires Maldonado, Gonçalves Correia, Duarte Correia, Antônio Pinto, João de Castilho, Manuel Correia e Miguel Riscado – que ficaram conhecidos como os Sete Capitães. Estes receberam terras por terem prestado serviço à Coroa Portuguesa, lutando contra os franceses e índios inimigos.

Mas nem todos esses capitães se estabeleceram na região, já que alguns possuíam terras e fazendas na Guanabara e em Cabo Frio. A área foi ocupada, então, por arrendatários desses sesmeiros, como Gaspar de Souza Monteiro e o Capitão Thomé José de Barcellos Velha.

Os Sete Capitães trouxeram para o norte-fluminense as primeiras cabeças de gado, trazidas dos Açores e Cabo Verde e foram eles e seus arrendatários que construíram os primeiros currais na capitania de São Tomé. O curral de Campo Limpo (ao norte da Lagoa Feia) foi o primeiro a ser instalado, seguido do da Ponta de São Tomé e o do Sítio de São Miguel.

Seguiu-se o acordo conduzido pelo governador do Rio de Janeiro – general Salvador Correia de Sá e Benevides, redistribuindo aquelas terras entre os capitães e seus herdeiros, ele próprio, padres da Companhia de Jesus, o capitão Pedro de Souza Pereira e frades do Mosteiro de São Bento, após ameaça de restituir as sesmarias à Coroa, por estarem mal demarcadas.<sup>37</sup>

Com a nova divisão das terras, a pecuária se tornou a atividade econômica predominante na região até meados do século XVIII, embora já existisse pequena quantidade de engenhos e engenhocas de cana-de-açúcar.

Entre as fazendas destinadas à criação de gado na época, destacam-se: a fazenda de José de Barcelos, no “Furado”; as fazendas de Martim Corrêa Vasqueanes, na Casa Grande, Frencheiras, Restinga, Trincheira, Laranjeiras, Jagaroaba e Sabos; as fazendas dos jesuítas em Santana e Colégio.<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> A doação foi feita através do Alvará de 10 de março de 1534 e da Carta de Doação de 28 de janeiro de 1536, ambos assinados pelo monarca D. João III. O nome se deve ao Cabo localizado em sua costa. Segundo Julio Feydit, este cabo foi batizado de São Tomé em dezembro de 1501, em memória do Apóstolo São Thomé. FEYDIT, Julio. Subsídios para a História dos Campos dos Goitacazes. Rio de Janeiro, Ed. Esquilo, 1979.

<sup>37</sup> O acordo, realizado em 1648, dividia a área em 12 quinhões: 4,5 para os capitães e seus herdeiros, 3 para o general Salvador Correia de Sá, 3 para padres da Companhia de Jesus, 1 para o capitão Pedro de Souza Pereira e 0,5 para frades do Mosteiro de São Bento.

<sup>38</sup> SILVA, Osório Peixoto. Os momentos decisivos da História de Campos dos Goitacazes. Rio de Janeiro. Serviço de Comunicação Social. Petrobrás. 1984.

Passaram a ser constantes as disputas entre os sesmeiros e os ocupantes de fato da região, aumentando ainda mais a partir de 1674, quando Martin Correia de Sá (filho de Salvador Correia de Sá, Visconde de Asseca) obteve a doação da Capitania da Paraíba do Sul (antiga São Tomé). O Visconde passou a exigir pesados tributos sobre as terras ocupadas por posse e arrendamento, gerando protestos dos ocupantes, dos proprietários e das ordens religiosas. A “Tirania dos Assecas” durou quase 100 anos.

Em 1713, a capitania voltou para o domínio da Coroa, devido a um conflito entre os Asseca e os beneditinos. Em 1725, a área retornou para os primeiros, que confiscaram terras e fazendas. Cinco anos depois, houve um motim contra o Visconde de Asseca, fazendo com que a região voltasse a pertencer à Coroa em 1733, o que se reverteu em 1739, quando os Asseca retomaram o poder na região.

Em 1748, eclodiu um levante armado contra os Asseca, liderado por uma mulher de 73 anos: Benta Pereira de Souza.<sup>39</sup> O levante, organizado em sua casa, acarretou a ocupação da região por tropas do reino. A capitania ficou sitiada até 1752, quando o rei de Portugal decidiu comprá-la, tendo a população arcado com parte da soma fixada.<sup>40</sup>

Mas os vitoriosos foram os grandes produtores locais, que não pagariam mais impostos aos donatários, além de conquistarem mais poder na região<sup>41</sup> (41). A própria Benta Pereira e seus filhos – os Manhães Barreto, também participantes do levante – eram grandes proprietários, com fazendas que se estendiam da Lagoa Feia às Serras de Ururai.<sup>42</sup>

O fim do domínio dos Asseca, ocorreu no momento em que a pecuária como atividade predominante foi sendo substituída pelo cultivo de cana-de-açúcar. Em 1701, uma Carta-Régia já havia proibido a criação de gado numa faixa de 10 léguas da costa. Observa-se, também, que a maior segurança no domínio da terra contribuiu para o desenvolvimento de uma atividade agrícola<sup>43</sup>, muito mais conveniente aos objetivos de colonização, já que fixava o homem à terra.

Além disso, a decadência da produtividade do açúcar na região do recôncavo da Guanabara, face ao desgaste de suas terras, liberou investimentos para outros locais. Acrescente-se a vinda da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro e o “apogeu do ouro” em Minas Gerais, que transformaram essas duas regiões em fortes mercados consumidores de

---

<sup>39</sup> Este levante originou a seguinte legenda na região: “Aqui, até as mulheres lutam pelo direito”. LARA, Silva. Campos da Violência. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1998.

<sup>40</sup> Apesar de perderem o domínio da região, os Assecas mantiveram suas terras e produções – a Casa dos Asseca -, sob forma de morgadio, até 1848, quando seus bens são vendidos. FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento; fortunas e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

<sup>41</sup> FARIA, Sheila de Castro. Terra e Trabalho em Campos dos Goitacazes. Niterói, UFF/ Dissertação de Mestrado, 1986.

<sup>42</sup> SILVA, Osório Peixoto. Os momentos decisivos da História de Campos dos Goitacazes. Rio de Janeiro. Serviço de Comunicação Social. Petrobrás. 1984.

<sup>43</sup> FARIA, Sheila de Castro. Op. Cit.

açúcar. Outro fator que contribuiu para a expansão dos canaviais consistiu na expulsão da Companhia de Jesus da colônia, visto que os jesuítas ocupavam terras vastíssimas destinadas à criação de gado.

Na medida em que o açúcar foi dominando o vale do Paraíba, o gado foi “empurrado” para a serra, no norte da capitania, ocupando o atual município de São Fidélis. Já a região de São João da Barra manteve predominantemente a criação bovina até o início do século XIX, quando passou a se dedicar com mais vigor à cana-de-açúcar.<sup>44</sup>

A região começou a ser procurada por novos moradores e a pecuária sozinha não dava conta do desenvolvimento da região. Recorreu-se inevitavelmente à agricultura, com ênfase para a cana, tirando partido da fantástica fertilidade do solo.

Mesmo durante o predomínio da pecuária, as terras do Vale do Baixo Paraíba abrigaram, simultaneamente, uma pequena agricultura subsidiária, operada por foreiros e rendeiros, estabelecidos no interior das grandes propriedades.

Isso favoreceu, quando da introdução do açúcar, que esta atividade acontecesse na forma de pequenos engenhos, muito próximos, numa distribuição territorial realizada à revelia de disposições legais que estabeleciam distâncias mínimas de um bangüê ao outro. A uniformidade da terra – baixa, plana e úmida – e sua alta qualidade – massapê fértil e raro, que não podia ser desperdiçado – explicam essa lógica de concentração.

Com o surgimento dos grandes engenhos se iniciou o processo de incorporação das pequenas propriedades para a formação da grande propriedade rural. Nesse sentido, cabe apontar, a adesão tardia dessa região ao padrão territorial representado pelo latifúndio, condição de possibilidade da economia colonial brasileira, ao lado da monocultura e da mão de obra escrava, ou seja o regime de “plantation”.

Isto porque a produção açucareira na região destinava-se, primordialmente, ao mercado interno e baseava-se em lavouras de pequenas e médias proporções.<sup>45</sup>

Alguns autores, no entanto, reconhecem a predominância da pequena produção – tamanho conveniente para o atendimento do mercado interno – mas não da pequena propriedade: “O que normalmente acontecia era que a grande propriedade dividia-se em pequenas terras alugadas, na qual se constituíam engenhos e engenhocas”.<sup>46</sup>

O fato é que, de meados do século XVIII – com o fim do domínio dos Asseca – até o início do século XIX, multiplicaram-se as pequenas

---

<sup>44</sup> OSCAR, João de. *Escravidão e engenhos: Campos, São João da Barra, Macaé, São Fidélis, Teresópolis*, Ed. Achiamé. 1985.

<sup>45</sup> FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura; acumulação e riqueza na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

<sup>46</sup> FARIA, Sheila de Castro. *Op. Cit*

produções, muitas em pequenos pedaços de terra.

Nessa região, entretanto, nunca chegou a ser tão significativo quanto no Nordeste, o número de grandes engenhos, porque a maior parte das terras canavieiras caiu nas mãos das ordens religiosas, ora por compra, ora por doação. É o caso do Mosteiro de São Bento, que se tornou proprietário de terras que vão do rio Paraíba até o mar, através dos municípios de Campos e São João da Barra. Como não as podia, no entanto, explorar diretamente, passou a aforar ou arrendar essas terras, em pequenas frações ou maiores, conforme as posses dos pretendentes.

Tal prática se acelerou com o caráter litigioso que assumiram as relações entre a Igreja e o Estado, que obrigou a conversão dos bens religiosos em títulos da Dívida Pública, e colocou crescentes restrições ao poder das corporações de “mão morta”. Já que iam mesmo perder esses bens, as ordens religiosas preferiam fracionar suas terras em benefício de posseiros, concedendo títulos de propriedade ou até simulando venda.

Mais do que qualquer outra instituição, pode-se dizer que, o Mosteiro contribuiu radicalmente para a formação da pequena propriedade nos municípios de Macaé (principalmente Quissamã), Campos e São João da Barra, já que 80% dos remissores e compradores eram pequenos lavradores.

Ainda, hoje, à diferença das outras regiões brasileiras, o estado do Rio, particularmente o norte fluminense, apresenta uma estrutura fundiária composta por minifúndios e pequenos produtores. É o que aponta a Associação Fluminense dos Plantadores de Cana em recente levantamento. Dos atuais 5.672 fornecedores ou plantadores de cana, 84% são pequenos proprietários rurais.

## **Aristocracia açucareira**

Durante o apogeu da produção açucareira na região, sobretudo ao longo do século XIX, o prestígio político e social dos senhores de engenho era enorme. Os suntuosos solares, fazendas, engenhos e usinas remanescentes, e os que só sobrevivem graças aos registros históricos, remetem hoje à prosperidade de um período em que os senhores de engenho, ostentando seus títulos de nobreza, tentavam reproduzir o cenário das mais exuberantes cortes européias. Aliás, é de onde provinham a maioria de suas roupas, objetos pessoais e também os móveis, luminárias e adereços que ornamentavam suas moradias. Do outro lado, a precariedade das senzalas, o heroísmo dos quilombos, as lutas dos sindicatos agrícolas e a força das festas religiosas, o contraponto cultural dos verdadeiros produtores de toda aquela riqueza: os negros africanos escravizados.

No período áureo do açúcar na região, inúmeras obras de infraestrutura foram feitas, como pontes, canais, bondes, estradas de ferro. Data



Fazenda Machadinho, Quissamã

também deste momento a introdução dos correios e telégrafos, telefone e luz elétrica. Muitos títulos de nobreza foram distribuídos, em troca de contribuições para essas obras, classificadas como “préstimos à Coroa”, a exemplo do barão da Lagoa Dourada<sup>47</sup> – dono de fazenda na freguesia de São Sebastião – e do primeiro visconde de Araruama – dono de fazendas e suntuosos solares na região de Quissamã. Para se ter uma idéia do papel e influência de que gozava essa região na época, cabe lembrar que, em 1883, Campos tornou-se a primeira cidade da América Latina a se beneficiar com a iluminação pública elétrica.

O próprio imperador D. Pedro II, que fez várias visitas à Macaé e Campos, chegou a chamar a região de “a sala de visitas do Império”.

Todavia, o glamour que envolvia a vida dessa aristocracia rural, pode ter contribuído para a crise no setor no final da década de 1880, segundo opinião de um desses reis do açúcar, o Barão de Barcelos.

Ele responsabilizou os fazendeiros por terem conduzido mal a educação dos filhos e não tê-los preparado para os suceder. Muitos haviam sido direcionados para carreiras como Medicina, Direito, Engenharia, e outras igualmente nobres, sem nenhuma afinidade e, até mesmo, um certo desprezo pelo trabalho no campo.

Nessa época de vacas magras, muitos barões e senhores de engenho empobreceram. Seu prestígio, no entanto, ainda resistiu por algum tempo à falta de lastro, e inclusive muitos títulos de nobreza foram concedidos à fazendeiros, no final do século XIX, como uma espécie de compensação pelas grandes perdas materiais sofridas, diante da perda do braço escravo<sup>48</sup>, importante moeda de troca na economia colonial, antes que a terra se transformasse definitivamente em bem de capital.

Frente a esta falência da “aristocracia açucareira” norte-fluminense, muitos senhores de engenho tiveram que vender seus bens para quitar dívidas ou procurar novas formas de associação. Foi neste contexto que surgiram as primeiras usinas e engenhos centrais da região, com a entrada do capital industrial na produção do açúcar. A associação entre grandes fazendeiros ou entre estes e os “capitalistas” – linguagem utilizada na época para se referir a negociantes e/ou empresários – possibilitaram a remodelação dos engenhos de açúcar, com a compra de turbinas, caldeiras a vácuo, moendas cilíndricas, cristalizadores de centrifugação, etc.<sup>49</sup>

Muitos casamentos entre filhos de fazendeiros e de ricos comerciantes locais aconteceram ao longo desses anos na região campista,



Fazenda Mandiquêra, Quissamã

---

<sup>47</sup> O Barão da Lagoa Dourada chegou a cometer suicídio face à sua péssima condição financeira. Vários outros senhores de engenho, no entanto, perderam suas fortunas na época, a exemplo do Barão de São José.

<sup>48</sup> FERREIRA, Ana Lucia Nunes. O município de Macaé: fortunas agrárias na transição do trabalho escravo para o livre. Niterói, UFF/ Dissertação de Mestrado, 2001.

<sup>49</sup> FARIA, Sheila de Castro. Op. Cit.

um verdadeiro “mercado matrimonial”.<sup>50</sup>

O fato é que se estabeleceu um vínculo estreito entre esses dois setores da economia, não consistindo apenas no fato do negociante trocar produtos com os fazendeiros, mas, sobretudo, devido aos financiamentos que os negociantes aplicavam na lavoura. Estes financiamentos se davam através de empréstimos aos fazendeiros, ou do próprio investimento feito pelo negociante em bens rurais.<sup>51</sup> Acontecia também o aluguel de escravos de propriedade dos comerciantes por parte dos senhores de engenho que, desta maneira, não tinham que arcar com a manutenção dessa força de trabalho nos períodos de entressafra. O interesse de muitos comerciantes em adquirir terras e dedicar-se ao seu cultivo pode ser explicado pelo “desprestígio social” conferido às atividades mercantis, mesmo sendo essas as mais lucrativas. Ambos – o fazendeiro e o negociante – tinham interesse nessa relação, pois enquanto um buscava crédito para suas lavouras, o outro desejava o status social conferido a um senhor de engenho.<sup>52</sup>

Coube a essa aristocracia açucareira, na pessoa de um de seus mais destacados membros, João José Carneiro da Silva, o Barão de Monte Cedro, a iniciativa de idealizar e construir o primeiro Engenho Central da América do Sul, com o objetivo de racionalizar a produção e o processamento da cana-de-açúcar.

Entre os integrantes da aristocracia açucareira do norte-fluminense, podemos citar:

*Barão de Barcelos* – um dos homens mais esclarecidos sobre economia rural brasileira. Foi defensor, nos últimos anos do Império da separação da agricultura em relação à indústria, “de modo que o lavrador planta o algodoeiro, a cana de açúcar e o cafeeiro, pertencendo à indústria manufatureira atuar sobre as matéria primas fornecidas por esses vegetais e preparar o fio tecível, extrair o açúcar e bonificar o café”.

*Barão da Lagoa Dourada* – em 1864 concluiu a construção de seu “palácio” em Campos, onde hoje funciona o Liceu das Humanidades.

*Barão de Muriaé* – proprietário do Solar da Baronesa, hoje pertencente à Academia Brasileira de Letras.

*Joaquim Thomaz de Faria* – em 1847, construiu, com recursos próprios, a Igreja da Boa Morte, além de ter aberto estradas no interior.

*Visconde de Araruama* – membro, junto com José Carneiro da Silva e Bento Gonçalves da Silva, da comissão organizada para administrar a obra do Canal Macaé-Campos.



Detalhe do portão da fazenda Mandiquêra, Quissamã

---

<sup>50</sup> Idem

<sup>51</sup> FRAGOSO, João. Op.Cit.

<sup>52</sup> FARIA, Sheila de Castro. Op. Cit.

## O braço escravo

Foi, com certeza, a agroindústria, representada pelo ciclo do açúcar, que exigiu a vinda para o Brasil dos escravos africanos, “máquinas de trabalho afeitas à toda sorte de esforço, cuja excelência já havia sido confirmada na colonização portuguesa das ilhas do Atlântico”.<sup>53</sup> Diante das exigências do trabalho nos canaviais e nos engenhos, a inadaptabilidade da mão-de-obra indígena ao trabalho escravo ficou confirmada. Às demandas da crescente indústria açucareira podem ser atribuídos os 2 ou 3 mil africanos encontrados no Brasil por volta de 1600.<sup>54</sup>

A dinamização da economia açucareira no norte-fluminense no século XIX acarretou, por sua vez, o crescimento do número de escravos na região. Neste período, mais da metade da população em Campos dos Goytacazes era composta por escravos, utilizados como mão-de-obra nos grandes engenhos de açúcar, nas lavouras em geral e em todo tipo de tarefa doméstica.<sup>55</sup>

Por volta de 1840, havia em Campos 30.595 negros para 21.123 brancos, e em 1850, 37.747 para 31.475.

A mão-de-obra escrava estava concentrada na área rural, onde as maiores fazendas eram as de Manuel Pinto Neto Cruz, o Barão de Muriaé; a dos beneditinos, na Freguesia de São Bento; a do Colégio (antes pertencente aos jesuítas) e a do Visconde, na freguesia de São Gonçalo (que havia sido de propriedade de Salvador Corrêa de Sá).

Ocorreu também a vinda de muitos traficantes para a região e a dinamização do tráfico de cativos em seus portos. Estes traficantes enriqueceram muito com o comércio de escravos, adquirindo fazendas e grande prestígio local. Podemos citar como exemplo André Gonçalves da Graça, dono de extensa fazenda, em Manguinhos, e de imponente sobrado senhorial, onde hoje está situado o Fórum de São João da Barra.

Os portos da região também tiveram importante papel no comércio clandestino de escravos, que se intensificou com a proibição do tráfico negreiro, em 1850. Portos desertos em Manguinhos, menos suscetíveis à fiscalização do Império e da Inglaterra, receberam grande número de escravos neste período. Esta atividade fez com que autoridades da Corte e do governo da Província do Rio de Janeiro exigisse maior controle das autoridades locais, concorrendo para a suspensão definitiva desse comércio, em 1857.<sup>56</sup>

Com a extinção do tráfico negreiro, a instituição escravista foi

---

<sup>53</sup> HOLLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I – A Época Colonial. 1993

<sup>54</sup> GANDAVO, Pero de Magalhães. Anuário do Brasil, 1924. Tratado da Terra do Brasil e História da Província Santa Cruz.

<sup>55</sup> LARA, Silva. Op.Cit.

<sup>56</sup> OSCAR, João de. Apontamentos para São João da Barra. Teresópolis. Ed. Mini Gráfica. 1976.

profundamente abalada, intensificando os movimentos de resistência negra. Desta forma, aumentou o número de escravos em fuga, multiplicando-se os suicídios e queima de canaviais <sup>57</sup>. Além disso, formaram-se diversos quilombos na região, ao longo do século XIX, revelando a insatisfação destes cativos com a instituição servil ou com o tratamento dado pelos senhores. Entre os quilombos formados, podemos citar: o quilombo Macaé, formado em 1876 com escravos fugidos da Fazenda de Manuel da Cruz Senna; o quilombo de Carucango, formado por 200 escravos e situado na divisa de Macaé com Trajano de Moraes e Conceição de Macabu; o quilombo do Morro do Côco, formado em 1886; o quilombo de Loanda, formado em 1880 e constituído por 53 escravos <sup>58</sup>.

Intensificaram-se, também, manifestações abolicionistas na região, organizadas, sobretudo, por setores médios e urbanos. Em 1856, foi criada a Sociedade Campista Promotora do Trabalho Livre, formada por ricos fazendeiros como o barão de Carapebus, o barão de Itabapoana e Júlio Ribeiro de Castro. Embora não fosse propriamente uma entidade abolicionista, a organização, valorizando o uso de mão-de-obra livre e qualificada, já apontava para as importantes transformações que ocorreriam nas relações de produção.<sup>59</sup> Em 1867, foi fundada a primeira sociedade assumidamente abolicionista na região, a Ypiranga, liderada pelo médico Miguel Antônio Herédia de Sá. No entanto, foi na década de 1880 que movimentos contra a instituição servil ganharam maior projeção, tendo como líder Luiz Carlos de Lacerda.

Antigo membro da Sociedade Campista Libertadora (entidade abolicionista criada em 1881), Lacerda fundou, em 1884 na planície campista, o Jornal Vinte Cinco de Março, que criticava veementemente a escravidão e incentivava as fugas e a formação de quilombos <sup>60</sup>. Luiz Carlos de Lacerda chegou mesmo a ser preso, acusado de esconder negros fugidos na sede de seu jornal, o que conferiu projeção nacional ao líder abolicionista, com Joaquim Nabuco e José do Patrocínio saindo em sua defesa <sup>61</sup>.

Os senhores de engenho e mesmo muitos escravos reagiram a esta campanha abolicionista, afirmando que o caos social e econômico se instauraria no país caso a escravidão fosse abolida. Além disso, foram criados jornais de caráter escravocrata e conservador, como o jornal O Constitucional, fundado em 1881, iniciativa da família Carneiro da Silva, dona de grandes lavouras de açúcar em Quissamã <sup>62</sup>.

---

<sup>57</sup> LIMA, Lana Lage da Gama. A rebeldia negra em Campos na última década da escravidão. Niterói, UFF/ Dissertação de Mestrado, 1977.

<sup>58</sup> AMANTINO, Márcia Sueli. O mundo dos fugitivos – Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Rio de Janeiro, UFRJ/Tese de Mestrado, 1996.

<sup>59</sup> OSCAR, João de. Escravidão e engenhos: Campos, São João da Barra, Macaé, São Fidélis. Teresópolis, Ed. Achiamé. 1985.

<sup>60</sup> LIMA, Lana Lage da Gama. Op.Cit.

<sup>61</sup> OSCAR, João de. Op.Cit.

<sup>62</sup> Idem

Esta reação dos fazendeiros revelou como a economia açucareira norte-fluminense dependia no trabalho escravo.

## Ocupação e espacialidade

- **Os núcleos urbanos**

“Os primeiros aglomerados humanos do Brasil-colônia, que conhecemos sob o nome impróprio de *ciudades*, se reduziam à uma fortificação e algumas poucas casas, cercadas por canaviais, aos quais em seguida vinha acrescentar-se a moenda e o engenho de açúcar, propriamente dito”.<sup>63</sup>

A verdade é que essas primeiras cidades faziam parte da territorialidade rural, já que era no campo que se desenvolvia a principal atividade econômica.

É o que diz Sérgio Buarque de Holanda, na sua análise do município colonial brasileiro:<sup>64</sup> “A diferença fundamental é que a sua base não é a cidade – como o foi na Europa – mas a propriedade rural. Ou seja, a divisão do território em capitânicas, ou foros, não foi o embrião do federalismo, já que o poder continuou nas mãos da Coroa portuguesa. A vida municipal só teria, então, se iniciado quando os foreiros se transformaram em proprietários das terras”.

As cidades da região açucareira eram, de certo modo, um prolongamento do engenho.<sup>65</sup> É como se o derramamento do bangüê formasse os espaços urbanos das cidades. Situavam-se em sítios estratégicos, favorecendo o escoamento da produção açucareira, a chegada dos insumos, dos equipamentos e da mão-de-obra para os engenhos. Tais cidades surgiram à beira dos rios e dos caminhos carroçáveis, como pouso dos carregadores e dos animais, que transportavam o açúcar. Originaram-se também a partir dos portos, e mais tarde, junto às linhas férreas.

Nas cidades, os senhores de engenho exerciam sua influência sobre as câmaras municipais, na proporção do seu prestígio junto à Coroa. E assim que o comércio do açúcar começou a ficar lucrativo, as cidades passaram a centralizar as operações entre os senhores de engenho e os comerciantes, estabelecendo a ligação dos engenhos com os portos.

É esta, aliás, uma particularidade da organização espacial decorrente da colonização portuguesa no Brasil: sua característica multipolar. Na

---

<sup>63</sup> HOLLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. Op.Cit.

<sup>64</sup> Idem

<sup>65</sup> DIEGUES, 1980. Citado em “A empresa açucareira no período colonial”, por Sylvia Márcia Paes. Pesquisadora da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, Museu Campos dos Goytacazes.

verdade, as cidades mais importantes se comunicavam diretamente com a metrópole, tendo pouca relação entre si. Uma espécie de arquipélago cultural.<sup>66</sup>

Observa-se que faz sentido a imagem, através da qual a Inglaterra enxergava a Colônia-Brasil – um conjunto de ilhas – pois nada era mais verdade que a existência de várias cidades-portos, distantes umas das outras, dependentes dos engenhos e quintas.<sup>67</sup>

Assim, o município brasileiro permaneceu, durante todo o período colonial, em estágio primitivo, rural e ineficiente como unidade de governo local. Os poucos centros urbanos existentes na época serviam, em geral, de sede para as administrações provinciais.

#### - Vila da Rainha

A primeira das iniciativas de povoamento da capitania de São Tomé, no entanto, é atribuída a Pero de Góis, seu donatário, que apesar dos pouquíssimos recursos, conseguiu fundar, em 1538, uma pequena povoação às margens do rio Itabapoana. Denominou-a Vila da Rainha, e implantou o primeiro engenho de açúcar da região, com mudas de cana trazidas da Capitania de São Vicente.

Não passava, inicialmente, de um ancoradouro com trapiche, algumas casas e uma capelinha em homenagem à Santa Catarina. Catarina era também a esposa austríaca de D.João III. No entanto, quando Pero de Góis voltou de Portugal, em 1542, onde estivera em busca de novos recursos, encontrou a vila abandonada pelos colonos e completamente destruída pelos nativos. Não desanimando, conseguiu 60 escravos, um oficial de engenho e vários colonos, e tentou reorganizar a vila. Desta vez, uma represália sangrenta dos índios, indignados pelo assassinato de um chefe de tribo e aprisionamento de outros tantos gentios por um aventureiro vindo da capitania do Espírito Santo, botou tudo a perder. As plantações foram incendiadas, os colonos massacrados e o próprio donatário ferido.

Em 1546, Pero de Góis acabou abandonando o empreendimento. Não é possível confirmar a localização precisa da Vila da Rainha com os dados existentes que, segundo citações, teria existido entre os rios Paraíba do Sul e Itabapoana.



Enseada do Retiro, São Francisco do Itabapoana, 2003



Ponta do Retiro, São Francisco do Itabapoana, 2003

<sup>66</sup> HARGUINDEGUY, Eduardo. A Evolução da Arquitetura Civil no Brasil – FAU/UFRJ, 1997.

<sup>67</sup> PAES, Sylvia Márcia. Op.Cit.

## - Atafona

Dada como a mais antiga povoação da planície campista, que ainda permanece, o povoado de Atafona foi implantado à direita da foz do rio Paraíba do Sul, em 1622. Pescadores de Cabo Frio liderados por Lourenço do Espírito Santo ali se estabeleceram junto ao local onde atualmente se localiza a Igreja de Nossa Senhora da Penha. Contam que a mulher daquele pescador se afogou no pontal, o que motivou sua mudança para o interior fazendo nova residência onde edificou ao lado uma capela de barro e madeira em louvor a São João Batista.

Um fenômeno da natureza, no entanto, teria alterado drasticamente a paisagem litorânea da região. É o que relata Lamego:

*"A misteriosa origem das restingas desvendou-se-nos com um fenômeno maremático, ocorrido em Gargaú, em 1926, que salteando a pequena vila de improviso, privou-a de sua praia. Ao soprar de uma violenta suestada foram os vagalhões trazendo as massas silicosas. E do Pontal da Convivência – na foz do Paraíba – veio estirando-se para o norte uma lingüeta de areia, de cem metros de largo por dois de alto, paralela à costa primitiva. De permeio, afundou-se uma laguna idêntica em largura, retilínea por quatro quilômetros de extensão. Quer isto dizer que o oceano recuou duzentos metros no curto espaço de semanas! E a lagoa rasa, entulhando-se aos poucos pela ação dos alísios sobre a duna móvel, é uma futura restinga".*

Diz o geógrafo e historiador que outras evidências haviam, naquele momento – 30 anos depois – a respeito do fenômeno, que foi o "solevamento contínuo do platô continental de São Tomé". As primitivas casas de praia de Gruçaí, a quase 1km do mar; o farolete de Atafona, a 200m dele, por exemplo.

Ao longo dos anos seguintes a população ocupou aquela área de recuo. Hoje o mar está retornando e ameaçando o Pontal. As casas e até prédios de alguns andares estão virando escombros sob as força do mar e do vento constantes.

## - São João da Barra

A povoação de São João da Paraíba do Sul foi erguida pelos bandeirantes, como "pouso de tropas", à margem direita do rio Paraíba do Sul, numa das diversas expedições que fizeram à região, após terem rechaçado os goitacás que haviam voltado a dominar a área depois que Pero de Góis desistira de colonizar suas terras e as abandonara. Já havia no local pescadores e uma capela em homenagem à São João Batista.



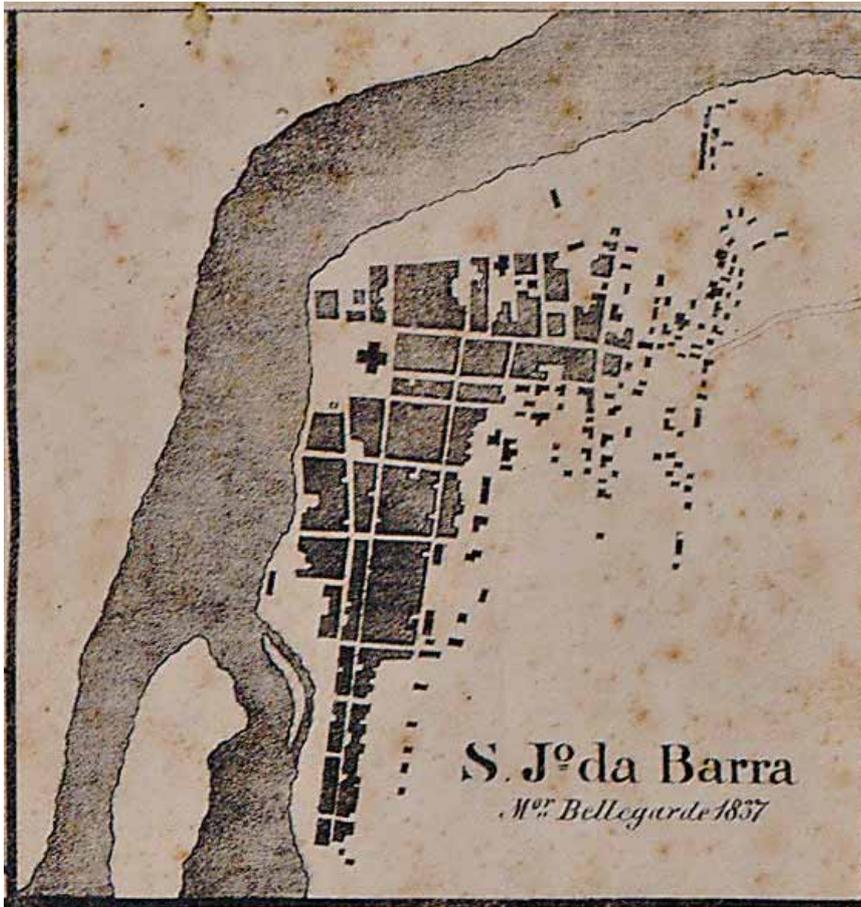
Ruínas do Pontal em Atafona, São João da Barra, 2003



Vista aérea da Ilha da Convivência na foz do Paraíba do Sul, São João da Barra

Fonte: Acervo INEPAC

A riqueza do seu solo atraía colonos, principalmente portugueses, e em 1644, conquistou a categoria de Freguesia. Há divergências sobre a data de sua elevação à Vila – uns falam em 1671 e outros em 1674, primeiramente, com o nome de São João da Praia. Em 1753, a Vila foi anexada à Capitania do Espírito Santo e só foi reintegrada a já então Província do Rio de Janeiro em 1832. Transformou-se em cidade em junho de 1850 com a denominação de São João da Barra.



Planta do centro de São João da Barra, sem escala, 1837

Fonte: Bellegarde, Acervo Biblioteca Nacional

Predominou aí a criação bovina até o início do século XIX, quando a cana-de-açúcar assumiu o papel preponderante. Sua produção, no entanto, se manteve inferior à de Campos e Macaé, tendo sido seu papel preponderante o de servir de porto para toda a Região.

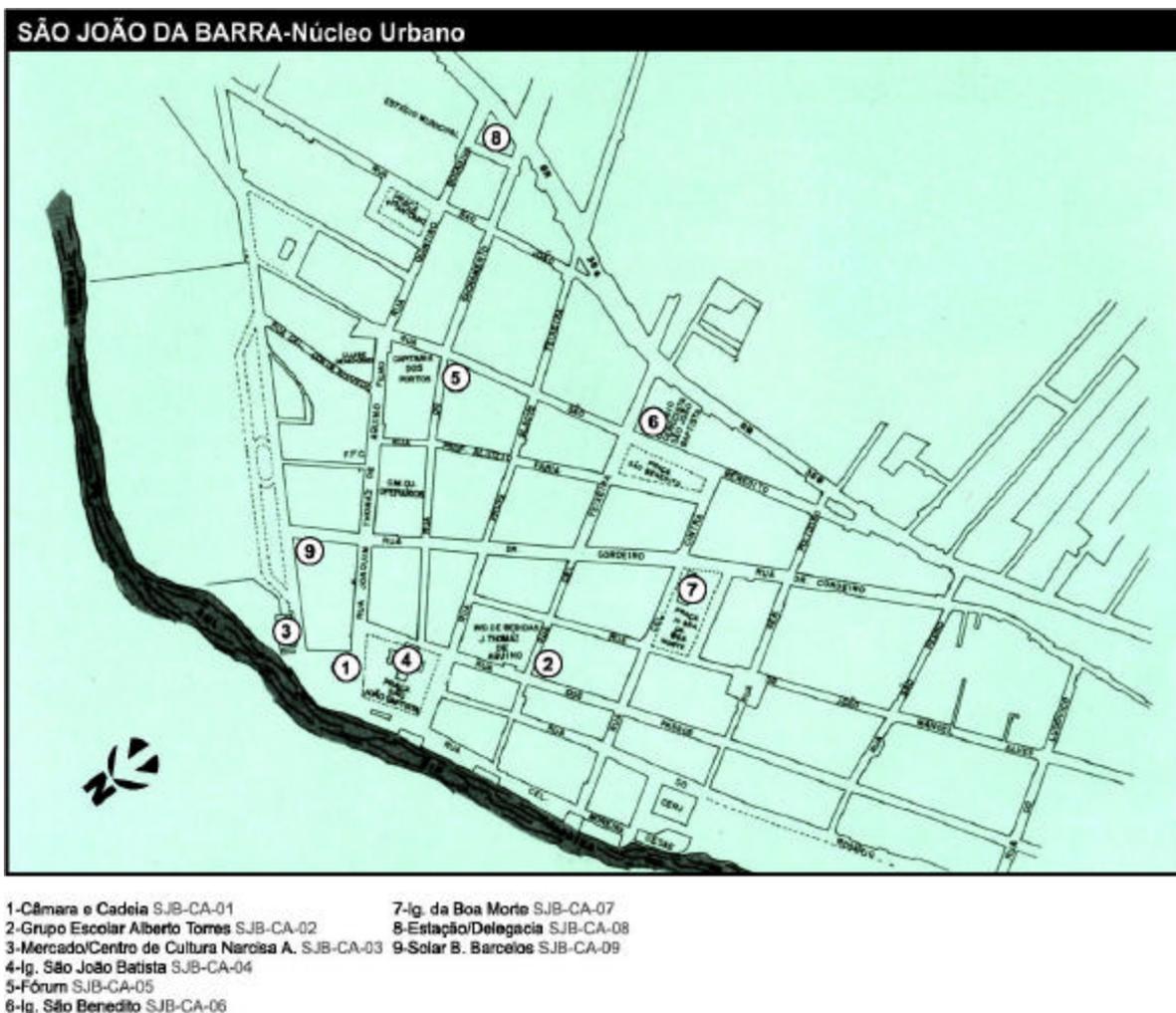
O ramal ferroviário ligando a cidade de São João da Barra a Campos dos Goitacazes foi inaugurado em 11 de abril de 1896. Este ramal da Estrada de Ferro Leopoldina Railway funcionou até 1961, quando foi extinto. Os registros históricos dão conta de ter sido este o primeiro porto importante do norte do Estado, por onde, até meados do século XIX, era escoada boa parte da produção de açúcar da capitania. Na época do Império, já estava saturado por causa do intenso movimento.

A cidade cresceu, mas o núcleo urbano ainda guarda, hoje, o mesmo traçado de meados do século XIX. Muitas construções são remanescentes desta época. Encontra-se limitada pelo rio Paraíba do Sul que, descendo em curva, circunda dois lados da cidade. Ao sul, a antiga estrada de ferro delimitava sua área urbana. Hoje, a BR-356 substitui a ferrovia, mantendo a acessibilidade ao núcleo antigo e aos novos loteamentos, que indicam sua expansão. As ruas da cidade são largas e estão pavimentadas. Seus prédios são de dois e três pavimentos, predominando o uso residencial, seguido de comércio e serviços. Quatro praças, além da orla do rio, proporcionam lazer contemplativo à população.



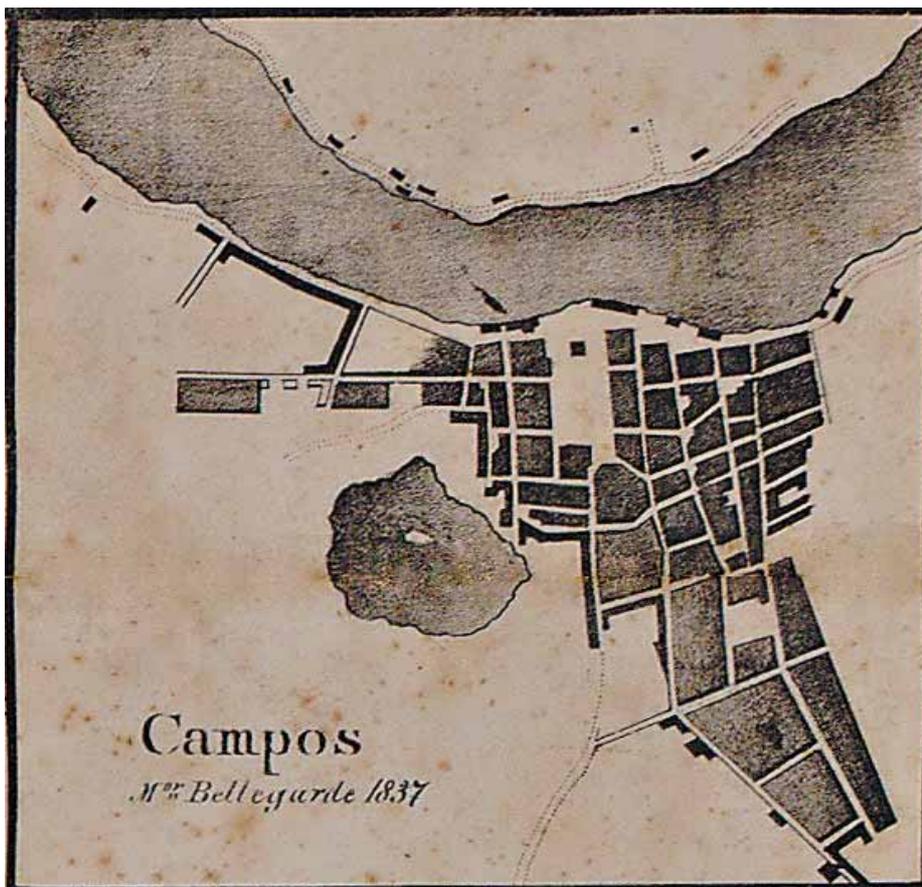
Vista aérea de São João da Barra

Fonte: www.sjb.rj.br



## - Campos dos Goytacazes

O povoado que florescia às margens do Paraíba do Sul se transformou em Vila de São Salvador de Campos por Ato datado de 2 de setembro de 1673. Por força do Decreto de 1º de junho de 1753, a Vila de São Salvador de Campos foi incorporada à capitania do Espírito Santo, retornando à província do Rio de Janeiro pela lei de 31 de agosto de 1832<sup>68</sup>. Em 1835, torna-se cidade com a denominação de Campos dos Goitacazes.



Planta do Centro de São João da Barra sem escala. 1837.  
Fonte: Bellegarde, Acervo Biblioteca Nacional.

Segundo Couto Reys, em 1785, a região dos Campos dos Goytacazes era formada por duas vilas, a saber: São Salvador e São João da Barra. Complementavam a estrutura administrativa as seguintes freguesias: Santo Antonio de Guarulhos, São Gonçalo, Nossa Senhora do Desterro do Capivari, Nossa Senhora das Neves (Glicério) e Santa Rita de Macahé. Em 1880, Campos abrangia 10 freguesias<sup>69</sup>.

A Freguesia de São Gonçalo detinha terras antes pertencentes à sesmaria dos jesuítas. É nesta localidade que estava concentrado o maior número de engenhos do município, destacando-se a Fazenda do Colégio, a Fazenda do Visconde, a Fazenda Velha e a Usina do Limão.

<sup>68</sup> CIDE, Coleção Perfis Municipais, 1990.

<sup>69</sup> LIMA, Lana Lage da Gama. Op.Cit.

A Freguesia de São Sebastião também se destinava à produção de açúcar. Já na Freguesia de Santo Antônio de Guarulhos, havia o cultivo de açúcar, mandioca e café, além da extração de madeira. Nesta localidade estavam situados os engenhos de Sapucaia, Santa Rosa, Sant'Anna, São José, Taipabas e Cargueja.

Nossa Senhora da Penha do Morro do Côco foi desmembrada de Guarulhos em 1861. Destacava-se por ser o lugar no município em que a pequena propriedade se encontrava mais difundida, produzindo café e gêneros de subsistência. Já na Freguesia de Santa Rita da Lagoa de Cima, havia a Fazenda do Cupim e diversas pequenas propriedades. São Benedito da Lagoa de Cima foi desmembrado de Santa Rita em 1868, consistindo em outra freguesia. Nossa Senhora das Dores do Macabu desmembrou-se de Santa Rita em 1857 e dedicou-se ao cultivo do açúcar, café e fumo.

A freguesia de Nossa Senhora da Natividade da Carangola foi desmembrada de Guarulhos em 1853, produzindo, predominantemente, o café. Bom Jesus de Itabapoana também teve como principal produto o café, desenvolvendo ainda a pecuária e a extração de madeira.

A freguesia de São Salvador, onde hoje está localizado a cidade de Campos, produzia, sobretudo, açúcar e aguardente. Nesta região, destacavam-se os Engenhos Centrais de Cupim, Queimados, Conceição e Figueira, além de grandes fazendas como a do Beco, Grande, Cacumanga e Santa Cruz.

A centralidade que Campos exerceu durante o ciclo do açúcar é claramente demonstrada pelas diversas intervenções de ordenamento territorial e embelezamento urbano de que a cidade foi objeto, a começar pelo plano feito pelo engenheiro francês Amélio Pralon – Plano de Enformoseamento – implementado a partir de 1840.<sup>70</sup>

Outro plano, desta vez, focando o saneamento, teve lugar em 1902, feito por Saturnino de Brito, separando as águas dos rios e córregos dos esgotos. Além desses, registre-se o desenvolvido no ano de 1944, por Coimbra Bueno, com a participação do arquiteto e urbanista francês Alfredo Agache. Nesta época, foi definido o alinhamento das ruas da cidade desenhado em plantas na escala de 1:1000.

É interessante notar que o Plano Pralon de Campos foi contemporâneo de outros planos urbanísticos que, naquele momento, tentavam dar uma organização a diversas cidades européias. O Rio de Janeiro, embora capital do Império, só viria a ter um similar em 1870. O Plano Pralon deu à cidade uma estrutura baseada em eixos diagonais que facilitaram sua expansão.

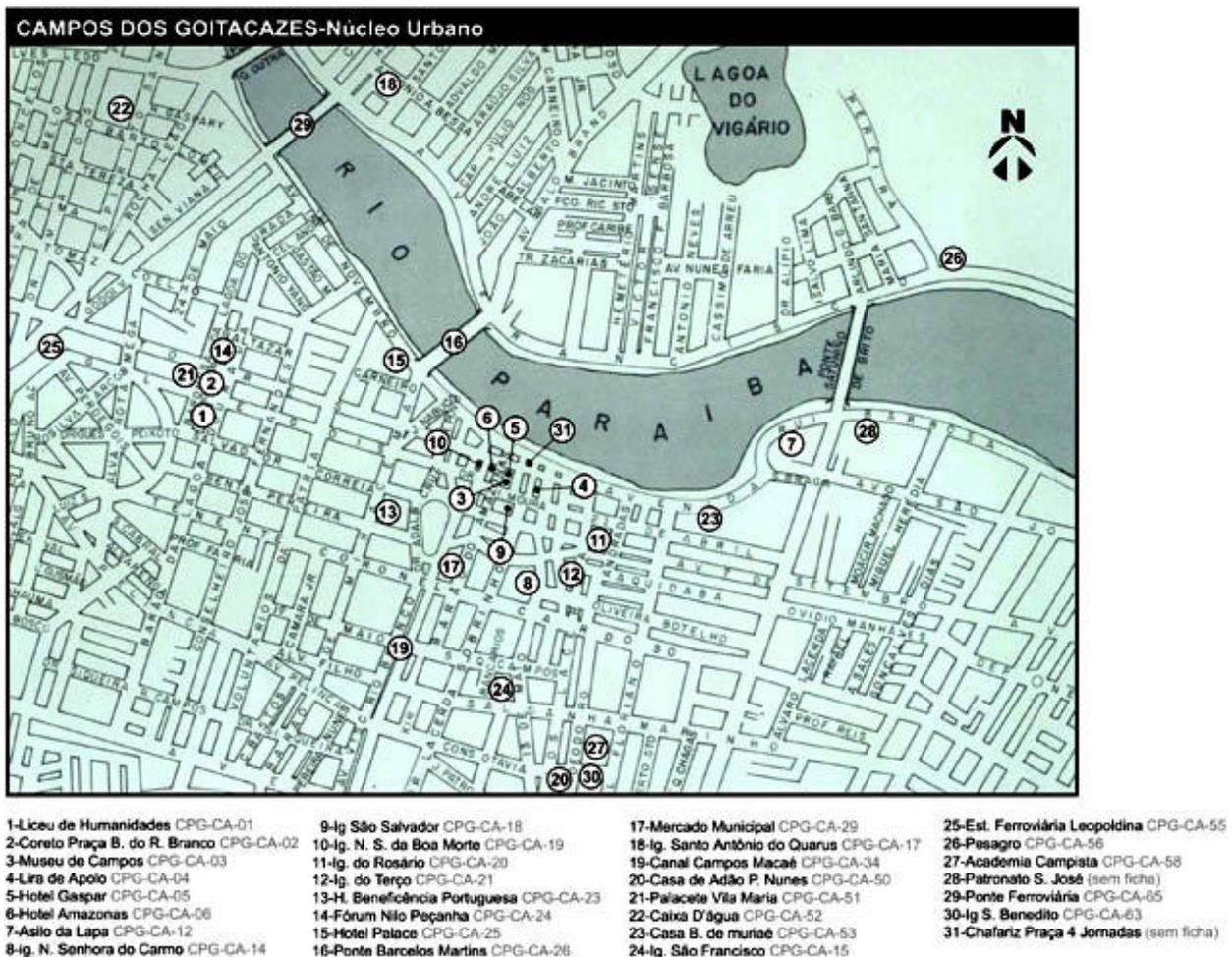
---

<sup>70</sup> PAES, Sylvania Márcia. Plano Pralon “Aformoseamento da cidade” – 1º Colóquio dos Institutos Históricos Municipais do Estado do Rio de Janeiro. Novembro de 2000.

O pioneirismo de Campos e seu papel de liderança se expressou, também, nos investimentos em infraestrutura, dentro do próprio tecido urbano da cidade – como luz elétrica, telefonia, bonde, pontes e obras de contenção no rio Paraíba do Sul -, e na sua conexão com áreas de cultivo mais afastadas, através de ligações viárias (canal, ferrovias e depois rodovias) para escoamento da produção e transporte de insumos, mão de obra e possibilidade de abastecimento em geral.

Esta primeira e substancial infraestrutura de Campos foi financiada pela aristocracia açucareira que, principalmente, ao longo do século XIX, até pela associação necessária com o capital comercial, passou a construir ali seus solares, primeiro temporários e depois local de residência permanente, já que sua presença física nos engenhos passa a ser dispensável. Este é o momento em que foram lançadas as bases capitalistas na produção do açúcar, e agricultura e indústria se separaram.

Assinale-se, também, que Campos foi a primeira cidade da América Latina a ter iluminação pública e a terceira cidade do mundo a ter luz elétrica. O imperador, em pessoa, esteve presente na inauguração.



Entre as evidências do dinamismo cultural que a cidade apresentava a partir do ciclo do açúcar, estão a Livraria “O Livro Verde” – exibida pelos campistas de hoje como a mais antiga do Brasil -, o Liceu de Humanidades – que havia sido o Solar do Barão da Lagoa Dourada - a Lira do Apolo, cinemas, teatros e bibliotecas.

Na cidade, a elite diferenciava-se do restante da população pela aparência de suas residências, os sobrados, construídos em áreas centrais. Antigos solares, antes em regiões rurais, mais tarde foram envolvidos pelo tecido urbano, como o Solar do Barão de Carapebus, antiga sede da Fazenda Grande do Beco, atual Asilo do Carmo; e o Solar do Barão da Lagoa Dourada, hoje o Liceu de Humanidades, ambos construídos na primeira metade do século XIX.

Hoje, a cidade de Campos ainda é um importante centro regional de comércio e serviços com ampla área de influência, porém desde a instalação da Petrobrás no município de Macaé vem perdendo a hegemonia.

#### - Quissamã

Em 1694, o capitão Luiz de Barcelos Machado (da linhagem familiar do Capitão Miguel Aires de Maldonado), construiu a primeira capela de N.S.do Desterro na fazenda - inicialmente dedicada a criação de gado -, localizada junto à sua sede, próxima à foz do rio Furado, o que dinamizou o povoamento do lugar. Não restam, porém, quaisquer vestígios das antigas construções.

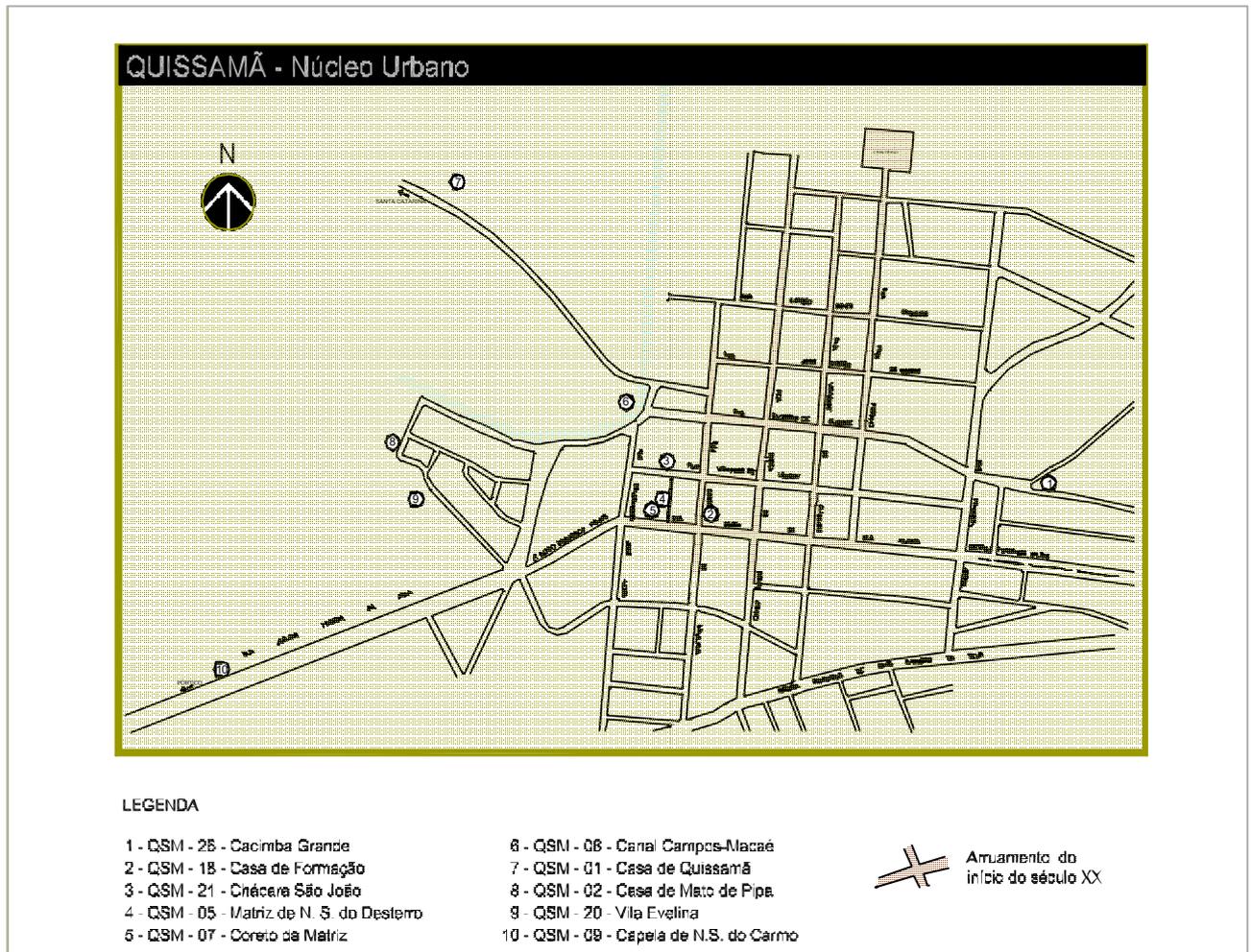
Também não se tem registro dos prédios edificadas em Capivari, junto à lagoa Feia, para onde a sede da Fazenda se mudou. Ali, uma outra capela substituindo a primeira, foi construída em 1732 e a casa-grande em 1749. Quanto à sede da Fazenda, nada se sabe a seu respeito, a não ser que era assobradada e que, precocemente, se arruinou, devido aos maus alicerces.

A sede da Fazenda de Capivari se transferiu para Quissamã – passando a freguesia em 1775, quando fica conhecida como Freguesia de N. S<sup>a</sup> do Desterro de Quissamã –, a capela da Fazenda Mato de Pipa (construída no final do século XVIII) serviu, provisoriamente, de igreja-matriz, enquanto estava sendo edificada uma nova, a mando do Brigadeiro José Caetano de Barcelos Coutinho, que acabou sendo terminada por seu sobrinho, o 1º Visconde de Araruama, em 1815.

A Freguesia de N.S. do Desterro de Quissamã estava ligada à Vila de Campos dos Goitacazes e em 1813 passou a incorporar a Vila de Macaé quando esta foi criada. Pertenceu ao município de Macaé até 1989 quando o distrito de Quissamã foi emancipado.

A área que hoje corresponde ao município de Quissamã se destacou,

pela concentração significativa de fazendas, engenhos e lavouras de cana-de-açúcar, o que pode ser avaliado pelo fato de ter dado origem ao 1º Engenho Central da América do Sul, em 1877, e pelas suntuosas residências desta época. Com a crise do setor estabelecida a partir de 1929 a cidade passa por um longo período de estagnação econômica, interrompida pela atividade de extração mineral. Hoje são os royalties do petróleo extraído da Bacia de Campos sua principal receita.



## - Macaé

Por ordem de Felipe II de Espanha, que substituiu Dom Henrique, de Portugal, quando da instauração da União Ibérica (1580/1640), foi erguido o povoamento de Macahé, a partir de 1615, em frente à ilha de Santana, pelo governador geral Gaspar de Souza. O objetivo primordial era a defesa contra aventureiros franceses que, baseados nas ilhas de Santana, com frequência roubavam as embarcações e as mercadorias transportadas, através da Estrada Litorânea, para o Rio de Janeiro.

Ao que parece, a povoação começou com um aldeamento de índios

(entre 100 e 200 nativos), chefiados pelo filho de Ararigbóia, Amador Bueno. A colonização oficial, no entanto, foi empreendida em 1634 pelos jesuítas, em cuja sesmária foram construídos dois núcleos de povoamento. Aquela que mais tarde se chamou Fazenda de Macaé ou Fazenda dos Jesuítas, foi construída na base do morro de Santana, entre este e o rio, reunindo um engenho de açúcar, com lavoura de cana e mandioca, um colégio e a capela.

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, Macaé passou por um período de estagnação, mas a redistribuição das terras dos inacianos logo incentivou a vinda de colonos de outras regiões, surgindo novas fazendas, engenhos e povoados. Formou-se uma burguesia ligada ao tráfico negreiro e à exportação de madeira e açúcar. O maior desenvolvimento da localidade, porém, aconteceu no início do século XIX, dada à intensa atividade do porto de Imbetiba.

Em 1813, D. João VI aceitou o pedido de transformação do Arraial em Vila, com o nome de Vila de São João de Macahé (apesar de ser Santana a santa de devoção da localidade, havia que se homenagear o Príncipe Regente), com freguesias desmembrados de Campos e Cabo Frio. Macabu e Quissamã estavam entre eles, antes de se tornarem independentes. A criação da vila, no entanto, só foi possível porque os próprios macaenses se comprometeram a construir as instalações para os órgãos públicos, como Casa de Câmara e Audiência, cadeia, pelourinho, etc.

Em 1814, o desembargador ouvidor Geral da Corte do Rio de Janeiro veio dar a posse à primeira Câmara Municipal da Vila. A elevação da Vila à categoria de Cidade se deu no auge do ciclo da cana, no ano de 1846, e demandou, como era requisito na época, que fosse feita uma série de melhoramentos na área urbana.

Nesse sentido, foi concebido o plano de autoria do engenheiro Henrique Luiz de Niemeyer Belegarde, demarcando a área urbana e planejando praças e ruas, para evitar que fossem tortas e irregulares.

Com entrada em operação do Canal Macaé-Campos, em 1872, ligando o rio Paraíba do Sul ao rio Macaé, o porto de Imbetiba ganhou grande importância, na mesma medida em que a ia perdendo o porto de São João da Barra, saturado pelo intenso movimento, nesse período do Brasil Imperial. Chegou a ser o sexto em volume de exportação<sup>71</sup>, e um movimento da sociedade macaense terminou por conseguir que o 1º Governo da República aí instalasse uma Alfândega (1896). O porto de Imbetiba foi também o predileto no desembarque de escravos africanos para o norte da região e para Minas Gerais.

Em 1875, foi inaugurada a ferrovia Campos-Macaé (ramal Barão de Mauá. Quase imediatamente reduziu-se a navegação no Canal. No porto de

---

<sup>71</sup> VARGAS, Silvana Cristina Bandoli. Op Cit.

Imbetiba, no entanto, a movimentação continuou grande, até a implantação do trecho ferroviário entre Macaé e Rio Bonito (prolongamento do ramal de Cantagalo), pela Leopoldina Railways, em 1888. Como esta última localidade já estava ligada à Niterói, a conexão entre o norte fluminense e a capital do Império estava feita.

Apesar de Macaé ter sua tradição econômica identificada com a economia açucareira, esta foi superada pelo café, nas transações comerciais da segunda metade do século XIX. A influência política dos barões do açúcar, no entanto, garantia a importância maior dada àquela atividade. A cana de açúcar era produzida em grandes propriedades escravistas, concentradas na Freguesia de Quissamã – que, na época fazia parte de Macaé – enquanto o café era cultivado em pequenas propriedades que utilizam, sobretudo, a mão-de-obra familiar.

A descoberta de petróleo e gás natural no início dos anos 70 e a instalação das bases operacionais da Petrobrás na cidade, dinamizou o crescimento do setor de serviços e aumentou significativamente o crescimento populacional, fazendo com que Macaé hoje compartilhe com o município de Campos o papel de pólo regional.



## - Carapebus

A freguesia, fundada em 1842, se emancipou de Macaé em 1995.

- **Arquitetura do açúcar**

- **Algumas particularidades regionais**

As condições climáticas e geográficas da região norte-fluminense, favorecidas pela planície constantemente enriquecida pelo rio Paraíba do Sul, fecundando a baixada campista de húmus e aluvião, eram perfeitas para a cana: o massapê, de cor cinzento-negra, o mais rico em matéria orgânica e decomposição de cretáceos. Tal era a fertilidade deste solo, que foi impossível aos primeiros colonizadores obedecer à distância mínima obrigatória entre os bangüês, por isso mais concentrados espacialmente nesta região do que em outras áreas de produção açucareira.

A euforia do açúcar chegou a acarretar, em 1793, uma grande escassez de alimentos em toda a capitania do Rio de Janeiro, cuja demanda crescia velozmente com o aumento da população. Na verdade, os sintomas desse desabastecimento só desapareceriam por volta de segunda ou terceira década do século XIX, quando os engenhos entraram em fase de mecanização e liberaram mão-de-obra para o cultivo de alimentos entre as safras.

Os mais primitivos engenhos na região, movidos por tração animal ou humana, eram destinados à fabricação da cachaça, mas produziam também o açúcar e a rapadura, usando um processo de moagem da cana.

O emprego da energia a vapor na região data de 1827<sup>72</sup>, e teve lugar no Engenho de Barra Seca, em São João da Barra.

No final do século XIX, muitas usinas, já utilizassem a energia a vapor e não dispensavam a proximidade aos rios, cujas águas utilizavam para alimentar os geradores. É o caso da usinas Barcelos, e São João. Outras se valeram, para tal, de poços e nascentes encontradas na vizinhança das fábricas, a exemplo da Usina Santo Antônio em Campos.

Quanto ao combustível, até o século XIX, foi basicamente a lenha. Na Baixada Campista a lenha utilizada nas fornalhas vinha de São Fidélis, pelo rio Paraíba do Sul. Igualmente, vinha a madeira da região de Itaperuna, trazida pelo rio Muriaé.

Só a partir de 1827, simultaneamente à introdução da energia a vapor é que os engenhos passaram a usar o bagaço de cana como combustível, já conhecido antes, mas tido como ineficaz por “produzir fogo fraco”. Assim, mesmo, esse combustível conviveu durante muito tempo com a lenha.

As transformações sociais e econômicas que tiveram como cenário a vinda da Corte Portuguesa, em 1808, para o Rio de Janeiro convertido em capital do Império com o final da Monarquia, em 1822, resultaram também no

---

<sup>72</sup> OSCAR, João. Op. Cit.

aperfeiçoamento dos instrumentos de produção: moendas de madeira de vida útil bem curta e razão do desperdício de grande quantidade de caldo de cana, que foram então substituídas por moendas de ferro. Tais aperfeiçoamentos se aceleraram a partir da introdução da energia a vapor na região. As próprias máquinas a vapor começaram a ser construídas em Campos.

Quanto à moradia, as casas dos primeiros engenhos da região não eram mais que as antigas casas dos bangüês, melhoradas. Com o desenvolvimento da empresa açucareira, a partir de meados do século XVIII, os solares da região, que polarizavam todas as atividades do engenho, a começar pela vida social, foram se aprimorando, mais em conforto do que em luxo.

Os critérios de implantação das casas-grandes era o mesmo que vigorava nas demais áreas açucareiras do Brasil. Ocupavam sempre que possível os lugares mais altos – só superadas, conforme o caso, pelas capelas. Eram construídas em material nobre, ao contrário das senzalas, por isso edificações bem mais perecíveis, que ocupavam as terras mais baixas.

A partir do século XIX, o capital açucareiro já estando entrelaçado com o capital comercial, a aristocracia rural fluminense passou a construir, no centro urbano de Campos, solares, de início para residência temporária, depois como residência permanente dos senhores de engenho e suas famílias, já que pelas novas relações de produção estabelecidas, não precisam mais estar ao lado de suas fábricas embora nos engenhos que se transformaram em usinas, muitas dessas casas grandes tenham sido mantidas.

Em Quissamã, até as últimas décadas do século XIX, tais casas faziam parte do programa de engenho que incluía fábrica, senzalas, capela, etc, como se observa a seguir:<sup>73</sup>

<b>Engenhos</b>	<b>Casas de Fazenda</b>
Machadinha (1750/89)	Machadinha (1867)
Quissamã (1795/1805)	Quissamã (1826)
Melo (1835)	Melo (1833)
Mandiquera (1847)	Mandiquera (1875)
São Miguel (1858)	São Miguel (1858 – demolida)
Monte Cedro (1863)	Monte Cedro (1863 - demolida)
Sta Francisca (1865)	Sta Francisca (1852)

<sup>73</sup> CALVENTE, Eurico. Arquitetura e Tradição Familiar: um encontro das transformações de Plantas de Fazendas construídas no século XIX em Quissamã. 2001.

Com a implantação do Engenho Central de Quissamã, em 1877 - o primeiro no gênero em todo o Brasil que reúne numa grande empresa açucareira as mais importantes unidades produtivas da região - as casas e os solares, construídos nos anos que se seguem, não contam mais com as fábricas. Seus programas prevêm apenas residência principal e alojamento dos empregados domésticos.

Exemplificam esta tipologia: Boa Esperança (1878), São José (1880), São Manuel e Sta Raquel (1886), Palmeiras (1886), Floresta (1893), Prosperidade (1908), Morro do Pilar (1905), Glória (1908), São Miguel e Trindade (1909), São Domingos (1920), São Miguel (reforma - 1924).

#### - **Bens remanescentes**

Para realizar o inventário dos bens imóveis na área de estudo identificada com a cultura açucareira, foram percorridas as estradas que cortam a região buscando aqueles que já possuíam registro histórico, e ao mesmo tempo seguindo as pistas deixadas pelas palmeiras imperiais.

As estradas de ferro também foram utilizadas para orientar o levantamento de campo, já que foram esses caminhos juntamente com o canal Campos-Macaé que estruturaram o espaço e estabeleceram os fluxos relativos ao desenvolvimento da atividade açucareira.

O quadro sinóptico, a seguir, engloba o universo inventariado e está acompanhado de duas versões de mapas índice, onde foram utilizadas bases com diferentes representações gráficas, de forma a facilitar a visualização das informações levantadas, ambas localizando os imóveis identificados fora da área urbana.

Para localização dos bens de interesse nos centros históricos dos municípios selecionados, foram elaboradas plantas, em escala maior, incluídas no ítem anterior denominado *Núcleos Urbanos*. As fichas de todos os imóveis inventariados estão separadas por município e constam de um segundo volume.









- **Os caminhos**

Um dos maiores entraves ao desenvolvimento da empresa açucareira no norte-fluminense foi o escoamento da produção. A geografia da região, com seus terrenos alagadiços, além das condições de insalubridade e os mais que eventuais ataques dos indígenas, piratas e aventureiros. Tudo isso dificultou muitíssimo o transporte do açúcar cultivado na região de Campos e Quissamã, para o porto do Rio de Janeiro.

Paradoxal é que as condições que serviram para criar o solo extremamente fértil da região – o alagamento, nas enchentes, dos rios e córregos – tenham se colocado como obstáculo para a acessibilidade.

Este foi o grande desafio que o homem da baixada teve que vencer. A árdua tarefa de ligar estas terras ao mundo, e criando condições para o transporte de lenha, de cana e de seus produtos.

Superando as dificuldades o homem do Norte Fluminense estruturou a ocupação e o desenvolvimento de suas terras através da abertura dos **Caminhos do Açúcar**.

- **Primeiros caminhos**

Os primeiros caminhos utilizados foram o mar e os rios navegáveis, especialmente os rios Paraíba do Sul e Muriaé. Ao longo de seus cursos se estabeleceram os primeiros povoamentos da região com destaque para Campos e São João da Barra. Estas duas vilas tinham transporte constante pelo rio onde mercadoria e passageiros alcançavam o porto em São João da Barra.

Mas não era nada fácil levar o açúcar até o rio, o baixo nível de água da barra do Paraíba do Sul impedia a entrada de navios de grande porte. Dessa forma, a produção era *transportada* em pranchas e sumacas até o porto de São João da Barra, onde o açúcar era colocado em navios que seguiam para o porto de Macaé e, posteriormente, para o porto do Rio de Janeiro.

Nem mesmo as condições do porto de São João da Barra eram propícias. Relata Lamego: “A foz do Paraíba (...) não é francamente navegável. Seu fundo nunca excedeu a 13 palmos na preamar das marés extraordinárias, pois que geralmente nunca avança a mais de 6 a 7 pés de água. (...) Em meados do 17 ° século, no *tempo* do descobrimento, tinha esta barra apenas um friso de goberas, que o povo ia desentupindo em épocas de enchentes; porque a exportação primitiva era levada à Barra-Seca, e pela valeta à Barra do Açuzinho, em Iguaçu, onde em pequenos barcos, a tomavam de canoas que estacionavam por dentro da dita barra, nos alagados chamados Brejos de Dentro, e conduziam para fora o carregamento aos barcos que por eles esperavam 3 a 4 dias”.

O autor fala, também, de Barra do Furado, ao sul do cabo São Tomé, “intermitentemente aberta”, que seria uma alternativa, mas que apresentava problemas ainda maiores: “Esta não admite gênero algum de embarcação, por ser estreita e a costa direita solta e sem abrigo”.

Por terra o primeiro caminho *carroçável* que se teve conhecimento foi a estrada litorânea por onde o açúcar era transportado em carros-de-boi. O percurso mais utilizado, saindo da Vila de Campos, conduzia a São Tomé (este trecho coincide com a atual Estrada do Açúcar). Daí a mercadoria seguia pela Estrada Litorânea até Macaé onde era embarcada no porto de Imbetiba, principalmente em direção ao Rio de Janeiro. Segundo Lamego, “todo o açúcar de Campos, e daí toda a sua economia, todo o progresso e toda a sua cultura, viajaram sobre a mesa do carro de bois”.

Acima da Vila de Campos, as águas do *Paraíba* do Sul também transportavam a lenha retirada das reservas de São Fidélis, já que na Baixada Campista não havia florestas nativas e se necessitava desse “combustível” para os engenhos. Igualmente, vinha a madeira da região de Itaperuna, trazida pelo rio Muriaé.

Foram feitas, então, obras para melhorar a navegabilidade do rio Paraíba do Sul. O porto de São João da Barra aperfeiçoou-se na construção naval, introduzindo a navegação a vapor na segunda metade do século XIX. Em 1852, o primeiro vapor de rodas desce até São João da Barra e, mais tarde, essa navegação se estenderia a São Fidélis e pelo Muriaé até Cardoso Moreira.<sup>74</sup>

Apesar do grande incremento ocorrido nos estaleiros de São João da Barra, as dificuldades ainda eram muitas e conduziram à construção do Canal Macaé-Campos em 1844, inaugurado somente em 1861.

Idealizado pelo inglês John Henry Freese, tinha por objetivo ligar o rio Paraíba do Sul ao rio Macaé, atravessando a região das restingas e alagadiços, assim como utilizando parte do leito das lagoas de Jurubatiba, Carapebus, Paulista e Feia.

Na falta de máquinas sofisticadas sua construção dependeu, quase que exclusivamente, da mão-de-obra escrava. Considerada “faraônica” para a época, o canal de 109 km de extensão, levou 28 anos para ficar pronto, depois de diversas paralisações, por problemas técnicos e jurídicos. Começou a operar em 1872, com viagens regulares do vapor “Visconde”, que rebocava uma prancha com passageiros. A viagem levava quase dois dias. Além do preço pelo transporte dos passageiros, era cobrada uma taxa para o transporte de sacas de gêneros alimentícios.<sup>75</sup>

---

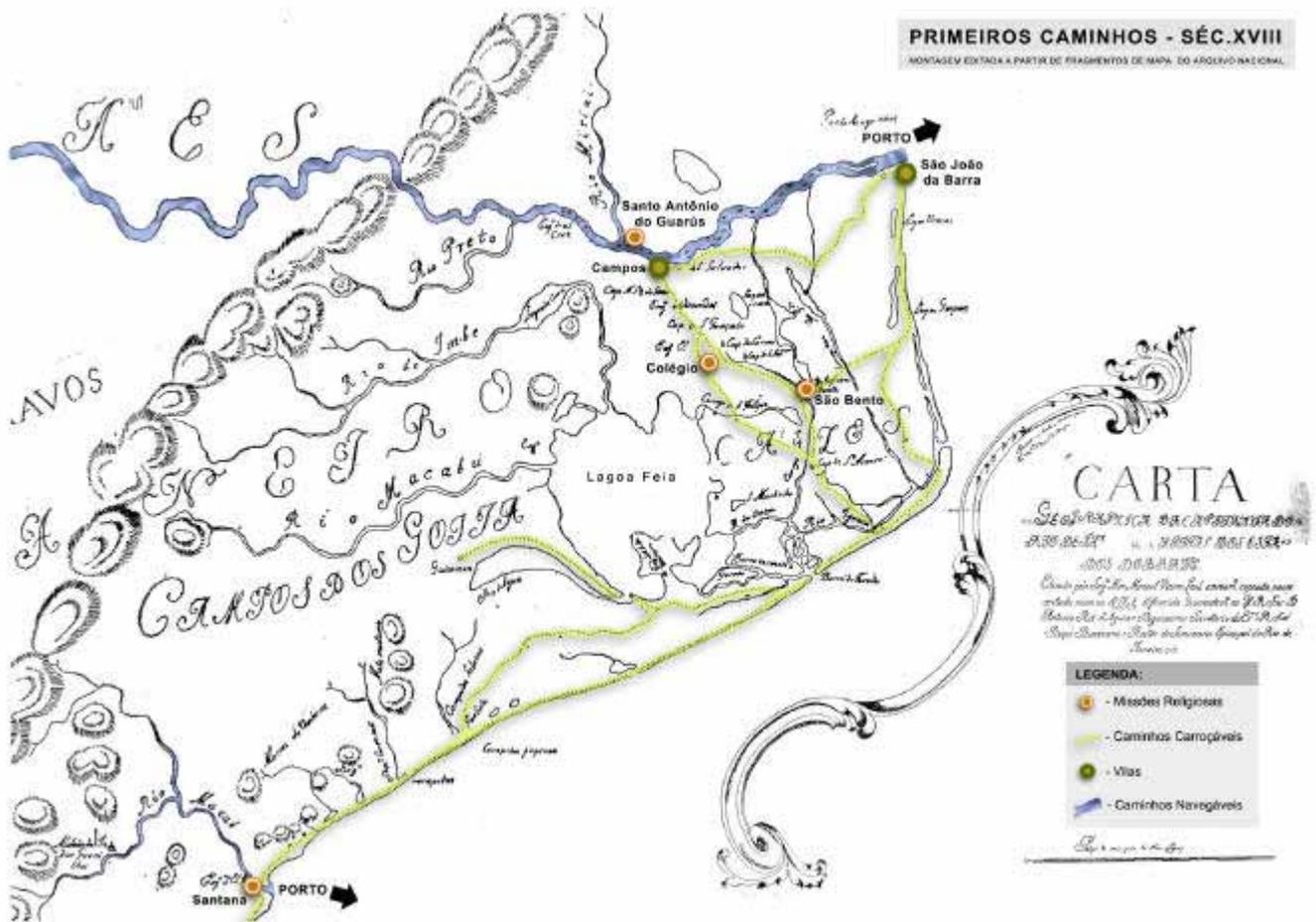
<sup>74</sup> BARROS, Clara Emília Monteiro de. Aldeamento de São Fidélis. RJ, Iphan, 1995.

<sup>75</sup> VARGAS, Silvana Cristina Bandoli. Op Cit.

Com a finalização desta obra, o escoamento da produção açucareira melhorou consideravelmente. A partir de então, o açúcar produzido na baixada campista chegava, através do canal, ao porto de Imbetiba, em Macaé, para desembarcar no Rio de Janeiro. Esse porto ganhou grande importância, na mesma medida em que a ia perdendo o porto de São João da Barra, saturado pelo intenso movimento, nesse período do Brasil Imperial. Chegou a ser o sexto em volume de exportação<sup>76</sup>, e um movimento da sociedade macaense terminou por conseguir que o 1º Governo da República aí instalasse uma Alfândega (1896).

O porto de Imbetiba foi também o predileto no desembarque de escravos africanos para o norte da região e para Minas Gerais.

Outros canais, de porte bem mais modesto, foram abertos na região. Foram iniciativas plenamente justificadas, já que se tratava de uma planície de lagoas. Entre eles, os canais da Onça, do Nogueira, do Jagoaroba, de Cacimbas. Somente este último continua ativo, se bem que parcialmente útil. Lamego atribui o fracasso dessas tentativas à inexistência, na época, de um Plano Geral de Enxaguamento, que os pensasse como uma rede e não isoladamente.



<sup>76</sup> LOBO JÚNIOR, Dácio Tavares (et al) – Macaé, Síntese Geo-histórica, 100 Artes Publicações / PMM. Rio de Janeiro, 1990.

## - Ferrovias

É preciso destacar a importância da implantação da rede ferroviária para a transformação e desenvolvimento da atividade agroindustrial açucareira. Foi a partir da rede criada que se estruturou toda a ocupação no século XIX.

Registre-se o movimentado entroncamento na cidade de Campos, imprimindo-lhe o caráter de núcleo central. A primeira iniciativa oficial, ramal Barão de Mauá foi dada ao tráfego pelo imperador, em 1875, ligando Campos a Macaé e grande foi o impacto que representou para a região. Quase imediatamente reduziu-se a navegação no Canal de mesmo nome, cuja vida útil foi, dessa maneira, bastante curta, passando a ter como única função a de sanear os brejos da região, infestada de mosquitos da febre palustre. Já havia sido implantado em 1871 o ramal Campos/Santo Amaro, acompanhando o traçado da Estrada do Açúcar e em 1873 por iniciativa particular a ligação entre Campos e São Gonçalo.

No porto de Imbetiba, a movimentação continuou grande, até que ele fosse atingido mortalmente pela implantação do trecho ferroviário entre Macaé e Rio Bonito (prolongamento do ramal de Cantagalo), pela Leopoldina Railways, em 1888. Como esta última localidade já estava ligada à Niterói, a conexão entre o norte fluminense e a capital do Império estava feita.

Em 1894/95, o ramal de Campista, com os trechos de Campos a São João da Barra e de São João da Barra a Atafona. Barcelos foi ligado a São José, em 1908 (ramal São José) e inaugurado o ramal Itabapoana (Campos – Itabapoana), entre 1910 e 1920.

Em 1902, a Alfândega foi extinta. O porto, incapaz de concorrer com a tecnologia e a eficiência do transporte ferroviário, acabou sendo comprado pela Leopoldina, que passou a ter o monopólio do transporte, e definiu, sem concorrência, o preço dos fretes.

O transporte ferroviário teve uma importância fundamental na estruturação espacial e no desenvolvimento da indústria do açúcar. No início do século XX, trezentos quilômetros da Estrada de Ferro Leopoldina interligavam a Região. Campos dispunha de 28 estações, 18 paradas e 10 postos de telégrafos. A rede oficial era complementada por mais de quatrocentos quilômetros de linhas agrícolas particulares das usinas perfazendo setecentos quilômetros de caminhos de ferro na zona açucareira da planície.<sup>77</sup>

---

<sup>77</sup> LAMEGO, Alberto. O Homem e o Brejo.



## - Rodovias

Até quase meados do século XX, o sistema ferroviário reinou soberano no transporte de cargas e de passageiros nessa região.

Em 1940, a ferrovia Campos-Niterói perdeu importância com a construção da rodovia RJ-106, entre Campos e o Rio de Janeiro, se estabelecendo como principal eixo de ligação e escoamento da produção entre o norte-fluminense e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Entre 1937 e 1944, foi construída a ponte sobre o rio Macaé, ligando essa rodovia à cidade de Macaé.

Em 1973, teve início a construção da BR-101, alternativa a RJ-106, provocando a desativação do ramal ferroviário Campos-Macaé-Niterói (da Leopoldina Railways).

Em 1977, com a chegada da Petrobrás, iniciou-se a exploração de petróleo na Bacia de Campos e foi reinstalado o porto de Imbetiba, só para atender à esta atividade. Em 1980, uma nova ponte sobre o rio Macaé substituirá a anterior.

Em 1974/75, foi feita a fusão da Guanabara com o Rio de Janeiro, e construída a Ponte Rio-Niterói, consolidando a conexão rodoviária do centro metropolitano com o norte-fluminense.

Além desses eixos principais de transporte de passageiros e mercadorias, a região do açúcar no norte fluminense é servida, hoje, prioritariamente pelas seguintes rodovias ou trechos delas: RJ-108, RJ-216, RJ-236, RJ-224, BR-356, RJ-158, RJ-228 e RJ-196.

## CONCLUSÃO

---

É inegável a importância do papel desempenhado pela economia do açúcar no processo de colonização no Brasil. Mas, não só no aspecto econômico, já que, atravessando todas as atividades e envolvendo todos os atores sociais – colonizadores e colonizados –, desde as primeiras iniciativas de povoamento, contribuiu decisivamente para a própria formação da nacionalidade.

Deixou também sua marca na organização do território, tanto rural como urbano, através da lógica espacial de implantação dos engenhos e usinas, sua arquitetura e suas inter-relações com os núcleos urbanos e portos para escoamento e comercialização da produção.

No norte-fluminense, particularmente durante o período em que a atividade açucareira foi a principal base da economia regional – entre meados do século XIX e início do XX – as exigências de desenvolvimento deste setor e sua capacidade de investimento, reforçada pela aliança com o capital comercial, propiciou um fabuloso surto desenvolvimentista, que dotou a região e, sobretudo, a cidade de Campos, dos mais modernos itens de serviços e infraestrutura. Luz elétrica, bonde, telefone, telégrafo, planos de embelezamento e estruturação urbana, planos de saneamento e drenagem, equipamentos culturais e religiosos, datam desta época.

Grandes obras de engenharia – o canal Campos-Macaé e a rede ferroviária implantada a partir de 1875, ligando às áreas de produção do açúcar, ao porto de Imbetiba e ao Rio de Janeiro, completavam as condições necessárias para o desenvolvimento daquela região e ao destaque de Campos como pólo regional.

Em Quissamã, o histórico da situação fundiária com as propriedades se mantendo no interior de uma mesma família e seus descendentes, explica ser a região de maior concentração de Casas de Fazenda representativas do período de pujança açucareira no norte-fluminense, em sua maioria ostentando ímpar requinte arquitetônico

A sofisticação decorrente das riquezas do ciclo do açúcar em Quissamã, não é perceptível, no entanto, apenas na beleza da arquitetura das Casas Grandes e das Capelas, muitas projetadas e construídas por profissionais europeus, como também no mobiliário de época, objetos decorativos, na culinária, nas vestimentas usadas pela aristocracia.

Os jardins também chamam atenção pela farta utilização de árvores exóticas - fruta-pão, baobá - vindas de lugares longínquos no paisagismo cuidadoso e no acesso ao casarão, onde a entrada principal é valorizada com o plantio de um renque de palmeiras imperiais. Visíveis a longa distância, as palmeiras imperiais passaram a ser um marco de referência na identificação desses prédios históricos - e permaneceram, em muitos casos, nas novas

usinas, agora para conduzir à fábrica de açúcar.

Já ao norte da Lagoa Feia, território campista, as intermitentes disputas de terra, após quase 100 anos de "Tirania dos Assecas", permitiram um maior acesso à propriedade rural por titulares diferentes, criando uma estrutura fundiária particular onde coexistem lado a lado grandes latifúndios e um grande número de propriedades menores. A localização da cidade de Campos e a infra-estrutura instalada propiciaram o desenvolvimento de atividades de comércio e serviços.

No entanto, esses não foram processos independentes. A urbanização de Campos dialogava diretamente com a configuração do espaço rural – engenhos e usinas. Refletia a mudança ocorrida, ao longo desses séculos, na lógica, inclusive espacial, que articulava o campo e a cidade.

O espaço de moradia constituído pela casa-grande, que compunha, junto com a capela, as senzalas e a fábrica, o quadrilátero essencial do engenho, começa a migrar para os centros urbanos, com a introdução dos engenhos-centrais e das usinas. Inicialmente, substituído por residências na forma de “chalés”, com mais características de casas de chácara do que de fazenda. Depois como os suntuosos “Solares”, moradias de programas mais complexos.

Junto às fábricas, nas usinas, permanecem as edificações para os trabalhadores envolvidos com a produção do açúcar, com uma hierarquia que diferenciava a qualidade de materiais utilizados em suas construções, bem como de localização, dependendo de suas atribuições ou origens - estrangeiros trazidos para dar assistência técnica ao maquinário, operários, etc.

Fazem parte, também, do programa arquitetônico, equipamentos de assistência médica, alguns verdadeiros hospitais e de lazer, como cinemas.

Com a redução gradativa da responsabilidade do senhor de engenho ou usineiro em relação à reposição da força de trabalho, já que esta adquire cada vez mais a natureza capitalista de mercadoria, também essa contigüidade desaparece e a presença de vilas operárias, com itens de programa assistencialista no interior das unidades produtivas, vai deixando de ocorrer.

Fazem parte inseparável da paisagem açucareira, as chaminés dos engenhos e das usinas, com sua fumaça anunciando a atividade das moendas e das caldeiras. E também as torres das casas de fazenda, de onde os canaviais eram constantemente vigiados.

Não se pode deixar de ressaltar o papel das ordens religiosas que, no início da colonização, definiram a primeira espacialidade e promoveram e mediaram as relações com os índios e entre senhores e escravos. A religiosidade enraizada neste povo pode ser avaliada pelo registro de 519



Chaminé da usina Sapucaia, Campos



Torre de fazenda, Campos, sem data

Fonte: IPHAN/DID/Arquivo Noronha Santos

igrejas e capelas em Campos dos Goitacazes, em 1990. (capelas)

O tecido urbano em franca expansão na cidade de Campos; a mancha correspondente às áreas de plantio da cana nos baixios em torno da Lagoa Feia; um amplo sistema ferroviário, consolidando o traçado dos caminhos hidroviários e carroçáveis, por onde era feito anteriormente o escoamento do açúcar; a concentração das casas de fazenda e a reunião das unidades produtivas no Engenho Central, em Quissamã - assim se apresentava a configuração espacial da economia do açúcar norte-fluminense, no seu período áureo.



O solar e o renque de palmeiras imperiais da Fazenda Mandiquera, Quissamã

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

---

- ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura*. São Paulo, V. Wissenbach Editor, 1998.
- ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- AMANTINO, Márcia Sueli. *O mundo dos fugitivos : Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX*. Rio de Janeiro, UFRJ/Tese de Mestrado, 1996.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo, Melhoramentos, 1928.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Guia do patrimônio documental do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997.
- AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Arquitetura do açúcar*. São Paulo: Editora Nobel, 1990.
- BARROS, Clara Emília Monteiro de. *Aldeamento de S. Fidelis*. Rio de Janeiro, IPHAN, 1995.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *A riqueza do município de Campos*. Campos dos Goytacazes. 1916
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos da Grandeza do Brasil*, 1618.
- BUENO, Eduardo. *Capitães do Brasil : Objetiva*, 1999
- \_\_\_\_\_, *História do Brasil*, SP:Folha de São Paulo, 1997
- CALVENTE, Eurico. *Arquitetura e tradição familiar: um encontro das transformações de plantas de fazendas construídas no século XIX em Quissamã*. 2001.
- CARLI, Gileno de. *A Evolução do Problema Canavieiro Fluminense. s/ data*
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento; fortunas e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Terra e trabalho em Campos dos Goitacases (1850-1920)*. Niterói, 1986. Dissertação (Mestrado) UFF, 1986.
- FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. RJ: Jorge Zahar Editor. RJ. 2000.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. *A civilização do açúcar (séc. XVI a XVII)*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- FERREIRA, Ana Lucia Nunes. *O município de Macaé: fortunas agrárias na transição do trabalho escravo para o livre*. Niterói, UFF/ Dissertação de Mestrado, 2001.
- FEYDIT, Julio. *Subsídios para a história dos Campos dos Goitacazes*. Rio de Janeiro, Ed. Esquilo, 1979.
- Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Estado do Rio de Janeiro. *Formação histórica do Norte Fluminense* (documento interno), 2003.

- FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e riqueza na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Editora José Olympio, 1975.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *Anuário do Brasil*. Tratado da Terra do Brasil e História da Província Santa Cruz, 1924.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. A época colonial, administração, economia e sociedade. Editora Bertrand Brasil S.A. 1993.
- IBGE Doce Inferno – Texto para o Congresso Internacional de Geografia, 1957
- IHGB. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro, 1959.
- HARGUINDEGUY, Eduardo. *A Evolução da Arquitetura Civil no Brasil*. FAU/UFRJ, 1997.
- LAMEGO, Alberto. *A planície do solar e da senzala*. Arquivo Público/Imprensa Oficial, RJ. 1996
- LAMEGO, Alberto. *O Homem e o Brejo*. Rio de Janeiro. Biblioteca Geográfica Brasileira. Série A “ Livros”, IBGE, 1945.
- \_\_\_\_\_. *Terra Goitacá, à luz de documentos inéditos*. Niterói. Diário Oficial. 1942.
- LARA, Silvia. *Campos da Violência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- LIMA, Lana Lage da Gama. *A rebeldia negra em Campos na última década da escravidão*. Niterói, UFF/ Dissertação de Mestrado, 1977.
- LLOYD, Reginald. *Impressões do Brasil no século XX : sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos*. Lloyd's Greater Britain Publ. Co., 1913.
- LOBO JÚNIOR, Dácio Tavares (et al). *Macaé, Síntese Geo-histórica*, 100 Artes Publicações, PMM. Rio de Janeiro, 1990.
- MAGHELLI, Luciana. *Aldeia da Pedra*, estudo de um aldeamento indígena no Norte-Fluminense. Rio de Janeiro, UFRJ/ Tese de Mestrado, 2000.
- MARCHIORI, Maria Emília Prado [et.al]. Quissamã. Rio de Janeiro, SPHAN, 1987.
- \_\_\_\_\_. *O mundo das usinas; problemas da agroindústria açucareira no município de Campos (1922-1935)*. Niterói. Dissertação (Mestrado) UFF, 1979.
- MATOSO, Gilberto Queiroz. *O município de Quissamã*. Quissamã, Prefeitura Municipal, 1993.
- NEVES, Delma Pessanha. *Baixada Campista: memória social*. Rio de Janeiro, ed. damadá, s/d.
- SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURÍSTICO O setor sucroalcooleiro no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro (documento interno), 2003

- OLIVEIRA, Jesus Eclesio de. *Eu sou Quissamã*. Quissamã, Espaço Cultural José Carlos de Barcellos, 2000.
- OSCAR, João de. *Apontamentos para São João da Barra*. Teresópolis, Mini Gráfica ed., 1976.
- \_\_\_\_\_. *Escravidão e engenhos*: Campos, São João da Barra, Macaé, São Fidélis. Teresópolis, ed. achiamê, 1985.
- PAES, Sylvia Márcia. *A empresa açucareira no período colonial*. Pesquisadora da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, Museu Campos dos Goytacazes.
- \_\_\_\_\_. *Plano Pralon "Aformoseamento da cidade"* – 1º Colóquio dos Institutos Históricos Municipais do Estado do Rio de Janeiro. Novembro de 2000
- TURISRIO. *Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2001
- PORTAL DA ÚNICA. *União da Agroindústria Canavieira de São Paulo* (22.11.2003)
- RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades Indígenas*. Série Princípios. Editora Ática. 1994
- RAPOPORT, Amos. *Vivienda y Cultura*. Barcelona. Editorial Gustavo Gilli, 1972
- RUA, João. *Quissamã: em busca de novos caminhos*. Coordenação. Rio de Janeiro. UERJ, Departamento de Geografia, 2000.
- Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos, SEAF. *Atlas Fundiário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1991.
- SILVA, Moacir. *Kilometro zero: caminhos antigos, estradas modernas*. Rio de Janeiro: s.n., 1934
- SILVA, Osório Peixoto. *Os momentos decisivos da história dos Campos dos Goitacazes*. Rio de Janeiro, Serviço de Comunicação Social da Petrobrás, 1984.
- SILVA, Paulo Paranhos da. *São João da Barra: apogeu e crise do porto de açúcar do norte-fluminense*. Teresópolis, [s.n], 2000.
- VARGAS, Silvana Cristina Bandoli. *A cidade plataforma: memória e identidade em Macaé*. Niterói, UFF/Dissertação de Mestrado, 1997.

# REFERÊNCIAS CARTOGRÁFICAS

---

## **ARQUIVO NACIONAL, acervo pesquisado:**

F4 – MAP 618 (*contém traçado dos municípios separadamente*)

Carta corográfica da Província do Rio de Janeiro, mandada organizar por decreto da Assembléia Provincial de 30.10.1857 e pelo presidente da mesma província, o Exmo. Sr. Conso. Antônio Nicolau Tolentino / Encarregada aos engenheiros Pedro Alcântara Bellegarde e Conrado Jacob de Niemeyer. ESC. 1:10.000 – 1:300.000 – RJ: lit. Imp. De Ed. Rensburg, 1858 – 1861. 1mapa e 18 plantas imp. Em 4 fls; 71x93 cm.

4Q – MAP 92

Estado do Rio de Janeiro composto sobre os últimos mapas existentes e de acordo com as estatísticas e demarcações oficiais organizado por Hilário Massow e José Clemente Gomes. ESC. 1:500.000 – Leipzig, Alemanha. Estabelecimento Artístico e Geográfico de C. Opitz; impresso por H.F. Jutte; editores proprietários Lalmmert e Cia, 1892.

## **CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro, acervo pesquisado:**

Secretaria de Estado de Planejamento e Controle– CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – Mapeamento digital e convencional do Estado do Rio de Janeiro e da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul a do Estado do Rio de Janeiro Esc.: 1:100.000 – 1995.(folhas:SF-24-V-C-II;SF-23-Z-B-III;SF-24-H-I; SF-24-H-III; SF-24-Y-A/A1; SF-24-M-I;

Estado do Rio de Janeiro – Município de Macaé– Mapa Organizado em observância ao Decreto – Lei Nacional nº311, de 2 de março de 1938. Esc.:1:100.000 (SEMIC nº199A e B).

Estado do Rio de Janeiro – Município de Campos – Mapa Organizado em observância ao Decreto – Lei Nacional nº311, de 2 de março de 1938. Esc.: 1:250.000 (SEMIC 186)

Estado do Rio de Janeiro – Município de São João da Barra– Mapa Organizado em observância ao Decreto – Lei Nacional nº311, de 2 de março de 1938. Esc.: 1:100.000 (SEMIC nº227).

Mapa do Estado do Rio de Janeiro – CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – Esc.: 1:450.000 – 2001.

## **INEPAC – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro, acervo pesquisado:**

Secretaria de Planejamento da Presidência da República - Fundação IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia – Departamento de Cartografia – Região Sudeste do Brasil – Esc.: 1:250.000 – Campos (folha: SF-24-V-C) – 1977.

Secretaria de Planejamento da Presidência da República - Fundação IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia – Departamento de Cartografia – Região Sudeste do Brasil – Esc.: 1:250.000 – Macaé (folha: SF-24-Y-A) – 1977.

Carta Geográfica da Capitania do Rio de Janeiro dos Estados do Brasil - elevada pelo Sag.<sup>to</sup> Mor Manoel Vieira Leão, e copeada, e acrescentada em 1801.

**UFRRJ - Universidade Federal Rural Fluminense, Campus Dr. Leonel Miranda, acervo pesquisado:**

Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA/PLANALSUCAR - Cartas topográficas do Norte Fluminense, esc. 1:25.000, 1982. folhas: 032, 033, 044, 045, 055, 056, 057, 06, 067, 068, 069, 081, 082, 083, 097, 098, 099, 100, 101, 121, 122, 123, 125, 150.

# INTRODUÇÃO

O “Projeto de Inventário de Bens Culturais Imóveis - Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro”, é resultado de uma parceria entre o SEBRAE-RJ, A UNESCO/Brasil e a Secretaria de Estado de Cultura, através do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC.

Dentre seus objetivos pretende, através da identificação dos vestígios materiais sobreviventes ao processo de ocupação do território fluminense, ou seja, do reconhecimento e registro daqueles elementos – arquiteturas e paisagens - que constituem o “Patrimônio Cultural” edificado pelo homem ao longo dos séculos, resgatar um pouco da história social, econômica e cultural, que contribuiu para formação de nosso Estado.

O “olhar” que orientou este estudo utilizou como referência o entrelaçamento entre o desenvolvimento de algumas atividades econômicas e o espaço geográfico aonde estas se desenvolveram. E ainda, considerando que, por princípio, toda atividade econômica produtiva demanda a existência de um mercado consumidor, construiu a “idéia” dos “Caminhos Singulares”, caminhos estes por onde se movimentavam e se transportavam as nossas riquezas e, ao longo e a partir dos quais se estruturou e se consolidou a ocupação do território.

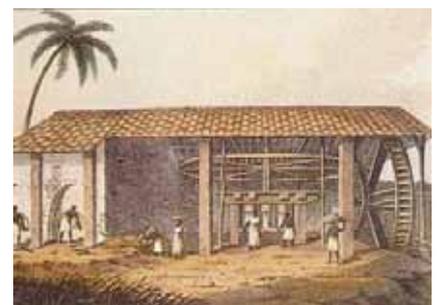
O roteiro cultural dos Caminhos do Açúcar constituiu-se, juntamente com o ouro, o café e o sal, em tema abordado por este inventário, sendo selecionada como área de estudo, a região Norte-Fluminense que, marcadamente, tem a sua identidade cultural vinculada a história do Açúcar.

- **O açúcar e a colonização**

O açúcar se constituiu no setor mais importante da economia colonial durante os séculos XVI e XVII, época que ficou conhecida como o “ciclo do açúcar”, tendo sido a Zona da Mata Nordestina e o Recôncavo Baiano os pólos prioritários dessa atividade, seguidos por áreas do Maranhão, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Mas pode-se afirmar que a cana de açúcar marcou decisivamente os três primeiros séculos da nossa história – a economia, a sociedade e a cultura. O açúcar brasileiro alterou a dieta alimentar do mundo europeu, passando o produto a ser usado em larga escala, substituindo o mel e transformando os doces em presença constante nas refeições.

Uma verdadeira “cultura do açúcar” se estabeleceu, unindo portugueses, indígenas e africanos, pois de alguma forma todos estavam envolvidos com sua produção e já que o produto freqüentava todas as mesas, independente das classes sociais. A própria natureza da atividade açucareira contribuiu para o sucesso de sua utilização como principal vetor



Engenho de açúcar do nordeste, séc. XVII

Fonte: [www.planeta.terra.com.br](http://www.planeta.terra.com.br)

de colonização das terras descobertas.

O surgimento de vilas e cidades por toda a extensão brasileira foi acelerado a partir da instalação do Governo Central em Salvador, em 1549, fruto da necessidade de coordenação administrativa e militar das capitânicas, financiado pela exportação do açúcar para a Europa. O ciclo do açúcar esteve, assim, inteiramente identificado e confundido com o processo de colonização no Brasil.

- **O açúcar no Norte-Fluminense**

No Estado do Rio, o ciclo do açúcar foi tardio em relação ao ciclo do nordeste, sendo a partir de meados do século XVIII e ao longo do XIX o período áureo, após o refluxo do ciclo do ouro. E aconteceu, principalmente, nos atuais municípios de Campos, Macaé, Quissamã e São João da Barra.

Mas, mesmo antes dessa época, o açúcar esteve intrinsecamente identificado com as primeiras iniciativas de colonização na região. Não havia povoação, por menor que fosse, sem um engenho por perto, ainda que rudimentar.

“Inicialmente, ocupava apenas uma clareira na floresta: a paisagem primitiva da zona açucareira constituía-se de áreas extensas cobertas de vegetação espessa, que separavam pequenos espaços onde se agrupavam as construções de tijolo ou adobe e cal, circundada pelos campos cultivados”.<sup>1</sup>

- **Algumas particularidades regionais**

As condições climáticas e geográficas da região norte-fluminense, favorecidas pela planície constantemente enriquecida pelo rio Paraíba do Sul, fecundando a baixada campista de húmus e aluvião, eram perfeitas para a cana: o massapê, de cor cinzento-negra, o mais rico em matéria orgânica e decomposição de cretáceos.

- **Primeiras paisagens**

A baixada campista se constituía, à época do descobrimento, em um território tribal goitacá, uma das poucas nações indígenas, da costa brasileira, não pertencentes ao grupo lingüístico tupi-guarani. Eles se distribuíam em três tribos: mopi, jacoritó e guaçu. Hábeis caçadores, corredores e nadadores, apreciavam carne humana e habitavam palafitas em aldeias lacustres. Os sítios arqueológicos ali descobertos e estudados revelam que



Rugendas, desenho do século XIX, reproduzindo a moenda do engenho do açúcar.



Imagem de satélite, Norte Fluminense

Fonte: [www.cdbrasil.cnpn.embrapa.br](http://www.cdbrasil.cnpn.embrapa.br)

<sup>1</sup> HOLLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I - A Época Colonial, 1993.

esses índios deviam estar naquela região (Campos, Macaé e Quissamã) desde o ano 600 dC.<sup>2</sup>

Estima-se que eram em número aproximado de 150 mil, possuidores de tecnologia agrícola já capaz de alterar a primitiva paisagem da região.<sup>3</sup>

Como o resto da costa brasileira, o litoral norte-fluminense sofreu desde o descobrimento a ação predadora da extração de pau-brasil, mas a região mais valorizada era a de Cabo Frio, pela contigüidade entre as reservas desta árvore e um porto completamente abrigado e propício ao embarque da mercadoria para a Europa. Além da tranqüilidade da relação pacífica com os índios daquela região.

Entre a restinga litorânea e a Serra do Mar, a paisagem da Baixada Campista, era dominada pela lagoa Feia, "uma das maiores massas líquidas estáticas no Brasil, piscosíssima, debruada de banhados preguiçosos (...)". "A Feia é linda", continua Lamego, descrevendo a seu modo àquela lagoa. À direita, os pantanais do Ururai e do Macabu. à esquerda, um friso tênue, esfuminhado – os areais da Farinha Seca. No extremo sul, os altos de Quissamã". Esta parecia ser a vista que se tinha de Ponta Grossa dos Fidalgos, que não passava àquela altura de um "minúsculo arraial". O próprio imperador, quando a viu pela primeira vez, tanto teria se encantado, como conta Visconde de Taunay, que a chamou Lagoa dos Sonhos.

A existência dos campistas, intimamente unida à das lagoas, esteve, quem sabe, atualizando a importância que lhes atribuía os goitacá, quando "espetaram suas tabas nos seus recessos inatacáveis".

- **Os caminhos de escoamento da produção**

Um dos maiores entraves ao desenvolvimento da empresa açucareira no norte-fluminense foi o escoamento da produção. A geografia da região, com seus terrenos alagadiços, além das condições de insalubridade e os mais que eventuais ataques dos indígenas, piratas e aventureiros, tudo isso dificultou muitíssimo o transporte do açúcar cultivado na região de Campos e Quissamã, para o porto do Rio de Janeiro.

Paradoxal é que as condições que serviram para criar o solo extremamente fértil da região – o alagamento, nas enchentes, dos rios e córregos – tenham se colocado como obstáculo para que esse mesmo solo fosse utilizado em toda a sua potencialidade.

No entanto, superando as dificuldades e abrindo seus caminhos o homem do Norte Fluminense estruturou a ocupação e o desenvolvimento de suas terras.



Restinga e baixada, Parque Nacional de Jurubatiba

Fonte: [www.ibam.gov.br](http://www.ibam.gov.br)

Manguezal de Gargaú, Foz do Paraíba do Sul



Planície

<sup>2</sup> Formação Histórica do Norte Fluminense (documento interno) - SEPDET.

<sup>3</sup> Grande parte das florestas virgens do continente americano, que impressionavam tanto os europeus recém chegados, tinha sido em algum grau já modificada pela agricultura de coivara, isto é, pela adubação com cinza e ramos secos ou queimados, permanecendo no solo após a roçada. DRUMONT. 1997.

## **Roteiro metodológico**

Os trabalhos foram iniciados a partir do levantamento preliminar e da sistematização das informações disponíveis nos arquivos e bibliotecas das instituições de patrimônio cultural, nos setores de planejamento e turismo do Estado, nas instituições de ensino de arquitetura e outras afins.

Buscou-se nestes levantamentos, informações que viessem consolidar a definição dos “Caminhos do Açúcar” e ajudassem a determinar o universo de trabalho, tanto em seu limite físico quanto temporal. A discussão destas questões contou com o apoio da equipe de pesquisa histórica para sua definição:

- **Abrangência temporal**

O período pesquisado teve como marco primordial à introdução do cultivo da cana e produção do açúcar no início da colonização portuguesa, com ênfase na segunda metade do século XIX, época do apogeu da produção açucareira no Rio de Janeiro com as fundações de engenhos centrais e usinas até as primeiras décadas do século XX.

- **Limite espacial**

Com base em material cartográfico da época e informações complementares de documentos coletados, foram determinados os limites espaciais da pesquisa. Primeiramente através de mapeamento dos primeiros caminhos e vilas com seus engenhos e capelas e em seguida pelo mapeamento das usinas de açúcar e das cidades que surgiram com o incremento da produtividade econômica do açúcar. A área de interesse definida corresponde na atual malha de limites político administrativa, aos municípios de Campos dos Goitacazes, Carapebus, Quissamã, Macaé e São João da Barra, estes dois últimos pela importância que tiveram para escoamento da produção através de seus respectivos portos.

Estabelecido o universo de pesquisa, foram iniciados os levantamentos e a sistematização das informações existentes nos acervos do INEPAC e IPHAN sobre os bens imóveis tombados ou já inventariados. Paralelamente, foram selecionados para compor a lista de bens imóveis a serem inventariados os sítios urbanos, paisagens culturais, monumentos, e bens imóveis significativos identificados através de documentação cartográfica com os subsídios da pesquisa documental elaborada pela equipe de historiadores.

O mapeamento preliminar destes imóveis serviu de base para programar os roteiros de investigação de campo. A vastidão dos caminhos

obrigou a que fossem priorizados nesta pesquisa aqueles mais significativos quanto ao número de bens imóveis identificados previamente.

De meados de dezembro a meados de janeiro de 2003 foram percorridas as estradas que interligam a baixada campista, buscando registrar formas arquitetônicas ou urbanísticas peculiares à atividade açucareira bem como a paisagem natural da região, indutora desta ocupação.

O inventário de identificação realizado não se restringiu aos exemplares arquitetônicos de estética apurada, mas, também não pretende esgotar o tema nem quanto à seleção de imóveis que é passível de novas inclusões nem quanto ao aprofundamento das informações.

A investigação histórica e os registros ora realizados concluem uma etapa, mas não finalizam o processo de pesquisa e inventariação da região, que prossegue com o desenvolvimento desta atividade até porque a produção arquitetônica atual constituirá o patrimônio cultural das futuras gerações.

## A TERRITORIALIDADE INDÍGENA

Para as sociedades indígenas, a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso natural, mas igualmente um recurso sócio-cultural, e por isso não pode ser objeto de propriedade individual. Assim, não há noção de propriedade privada da terra nessas comunidades.

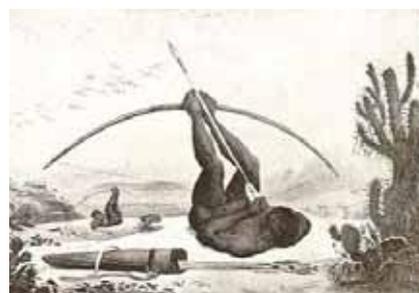
Quando, no passado, não havia grandes pressões sobre a quantidade de terra a ser utilizada para cada sociedade indígena, a manutenção das fronteiras não importava muito. Todos tinham o direito de utilizar os recursos do meio ambiente para caça, pesca, coleta e agricultura.<sup>4</sup> Embora o produto do trabalho pudesse ser individual, ou familiar, o acesso aos recursos era coletivo.

Ainda hoje, o modelo ocidental de propriedade não foi adotado pelas sociedades indígenas. A ênfase nas suas reivindicações junto às autoridades nacionais é o interesse do grupo e não do indivíduo.

No entanto, limites territoriais não são estranhos às suas tradições, que reconhecem os territórios de caça, de coleta ou de pesca das comunidades, que compõem uma dada sociedade ou sociedades vizinhas. Tais territórios, no entanto, não são rígidos a ponto de não permitir o acesso a outras comunidades, nem tão permanentes que inibam mudanças de local e rearranjos espaciais. Essa flexibilidade é exercida através da ética, das injunções culturais, de situações objetivas como secas, inundações, esgotamento dos recursos naturais de certas áreas, etc.<sup>5</sup>

A relação com o trabalho também não é a que o homem branco ocidental conhece. Os indígenas caçam, pescam, coletam, cultivam, mas o trabalhador não se isola de seus demais papéis e obrigações. Não há a alienação que marca o trabalho industrial – na produção estão sempre presentes elementos da ordem social, ritual, religiosa. E é o trabalhador que controla os meios de produção, e não produz o que lhe é alheio como é a relação do operário com a mercadoria.<sup>6</sup>

Imagine-se, então, como se deu o confronto entre as duas civilizações no período da descoberta e do início da colonização, em que essas comunidades foram escravizadas, afastadas de seus territórios, dizimadas por varíola, gripe, etc, e submetidas aos aldeamentos em que a catequese empreendida pelas ordens religiosas visava adequar aquela mão-de-obra à sua utilização nas lavouras e em outras atividades da economia colonial.



Fonte: [www.planeta.terra.com.br](http://www.planeta.terra.com.br)



Fonte: [www.planeta.terra.com.br](http://www.planeta.terra.com.br)

<sup>4</sup> RAMOS, Alcida Rita. Sociedades Indígenas. Série Princípios. Editora Ática. 1994.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Idem.

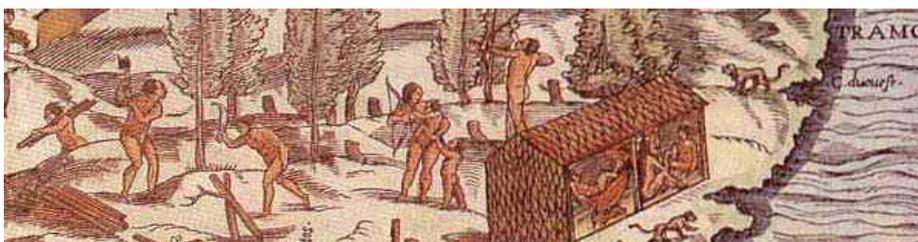
Eram da ordem de dois ou três milhões os indígenas que habitavam o Brasil, quando descoberto. Dispersos ao longo da costa, com ramificações profundas pelo interior, sempre acompanhando o vale dos rios, estavam os Tupi-Guaranis. Dominavam toda a faixa litorânea, com exceção do estuário do Prata, a foz do rio Paraíba, o norte do Espírito Santo, o sul da Bahia e a divisa entre o Ceará e o Maranhão, onde havia intrusões de outros povos, provavelmente Macro-Jê. No conjunto Tupi-Guarani, podia-se distinguir dois blocos: ao sul, os Guaranis e ao norte os Tupinambás. Esses dois blocos estavam divididos em várias nações. Os Guaranis: Carijó, Mbyasá, Tobatí, Guarambaré, Itatí, Tape, Chiriguano. Os Tupinambás: Tupiniquim, Tupinambá propriamente ditos, Caeté, Potiguar.

Evitavam as regiões mais áridas, assim como as grandes altitudes, onde o clima é mais frio, preferindo as matas pluviais tropicais ou subtropicais.<sup>7</sup>

E, da costa atlântica, foram empreendendo um verdadeiro êxodo para o interior do continente, em busca de refúgio para escapar das doenças e da captura pelos brancos europeus.<sup>8</sup>

As aldeias tupinambás eram compostas por um número variável de malocas (de quatro a oito), dispostas irregularmente em torno de um pátio central, abrigando de 500 a 2.000 pessoas. A distância entre os grupos locais variava em função das condições ecológicas e políticas de cada região: havia áreas de grande concentração, como a baía de Guanabara e o Recôncavo Baiano, a ilha de São Luís do Maranhão – e outras menos densas.<sup>9</sup>

A territorialidade construída por esses primeiros brasileiros não foi praticamente considerada pelos colonizadores<sup>10</sup>, que apenas levaram em conta a geografia da costa quando implantaram a primeira estrutura fundiária brasileira, a divisão em capitanias. Isso trouxe aos pioneiros da colonização brasileira problemas sérios, uma vez que algumas tribos eram completamente hostis aos portugueses. Tais conflitos foram, inclusive, estrategicamente utilizados pelos franceses e também por outras nacionalidades de navegadores que freqüentavam nosso litoral, para neutralizar, em muitos momentos a defesa do território.



Fonte: [www.planeta.terra.com.br](http://www.planeta.terra.com.br)

<sup>7</sup> FAUSTO, Carlos. Os índios antes do Brasil. Jorge Zahar Editor. RJ. 2000.

<sup>8</sup> RAMOS, Alcida Rita. Op. Cit.

<sup>9</sup> FAUSTO, Carlos. Op. Cit.

<sup>10</sup> ITERJ - Atlas Fundiário.

A fertilidade das novas terras descobertas ao sul do Equador, antecipada por Pero Vaz de Caminha em sua carta para o rei D.Manuel de Portugal – “nesta terra, em se plantando, tudo dá”, não foi, porém, comprovada, antes de transcorridas as primeiras décadas do século XVI. Até então, era certo dizer que o território brasileiro não passava de uma imensa fazenda de pau-brasil.

A partir do século XVII, praticamente todos os tecidos produzidos em Flandres e Inglaterra passaram a ser coloridos pelo “pau de tinta” brasileiro, substituindo a “caesalpina sappan”, nativa de Sumatra, conhecida na Europa desde a Idade Média. A indústria têxtil ocupava, a essa altura, um lugar central na economia européia e a polpa da árvore era extraída aos milhões, inicialmente do litoral da Bahia e de Pernambuco, por centenas de traficantes espanhóis, ingleses e, principalmente, franceses, para abastecer esse mercado.

O pau-brasil foi o primeiro monopólio estatal do Brasil, cabendo à Coroa, na medida dos seus interesses, terceirizar sua exploração. Só foi aberto à iniciativa privada em 1872, quando as reservas estavam dramaticamente escassas, após a derrubada de 70 milhões de árvores – 3 mil toneladas por ano por três séculos.

Em 1605, a Coroa, temendo o esgotamento, tentou regulamentar sua exploração através do Regimento do Pau Brasil.

As feitorias e pequenos acampamentos provisórios das primeiras décadas da ocupação portuguesa, dos quais se tem poucos registros, visavam prioritariamente à defesa do litoral e a viabilizar o embarque do pau-brasil para a Europa.



Tupinambás



Goytacaz

## **CAPITANIAS E SESMARIAS**

---

A Coroa Portuguesa só assumiu seriamente a necessidade de colonizar as novas terras, a partir da terceira década do século XVI, pressionada pelo agressivo assédio dos franceses, freqüentadores assíduos do nosso litoral, onde se dedicavam à pilhagem do pau-brasil e outros itens muito valorizados no comércio da época. E como não dispunha de capital suficiente para fazer explorar todas as suas colônias, se viu obrigada a transferir à iniciativa particular essa tarefa.

Na verdade, até então, a própria Coroa só estava interessada em descobrir, conquistar e pilhar. Sua experiência nas Índias, entretanto, em cuja conquista havia já gasto fortunas, contribuiu para a decisão de colonizar os novos territórios, com base em um tipo de partilha fundiária que havia funcionado com bastante sucesso nas ilhas dos Açores, da Madeira e Canárias – as capitânicas hereditárias. O regime, que foi implantado no Brasil, a partir de março de 1532, vigorou até meados do século XVIII.

A nobreza lusitana, porém, não se interessou por tais presentes no além-mar. Restou à Coroa a opção de doar as 14 capitânicas (15 lotes) – do litoral até a linha de Tordesilhas – a burocratas, militares e navegadores envolvidos na conquista da Índia.

Os direitos eram hereditários, mas a posse restrita, aos donatários cabendo somente 20% das terras. O restante delas deveria ser doado, em regime de sesmarias, a “homens de muita posse e família”, nunca mais de uma sesmaria para cada um.

Aos donatários haviam sido atribuídas pela Coroa as tarefas de instalar vilas, produzir gêneros alimentícios, medir as terras e defendê-las dos invasores, enfim, deviam arcar com todas as despesas da colonização, legislar e controlar tudo em seus domínios, com exceção da arrecadação dos impostos reais. Aos sesmeiros, que tinham o dever de morar na área recebida, cabiam também grandes responsabilidades, como a medição e demarcação das terras e seu cultivo, além da confirmação da doação transcorrido o prazo, geralmente, de três a cinco anos. Obtida a confirmação, a sesmaria era definitivamente integrada ao seu patrimônio, podendo ser livremente utilizada ou até mesmo alienada.

Os problemas financeiros, as relações em alguns casos bastante litigiosas com os gentios, as dificuldades impostas pela natureza selvagem e desconhecida das novas terras, a não adaptação dos indígenas à lavoura e às demais tarefas necessárias ao assentamento dos colonos e dos missionários, foram só alguns dos empecilhos com que se depararam os donatários em sua tentativa de dominar e explorar mais racionalmente as terras a eles consignadas.

As capitânicas hereditárias no Brasil tinham dimensões muito grandes,

medindo em média, cada uma, 250km de largura. E ficavam ainda maiores pelo fato de que a linha resultante do Tratado de Tordesilhas - que dividiu entre Portugal e Espanha as terras a serem descobertas – não havia sido demarcada, como não o foi até o século XVIII.

As sesmarias, que os donatários eram autorizados a doar eram, igualmente, muito extensas e com limites não muito definidos até a segunda metade do século XVIII. A provisão de 1753 iria fixar seu tamanho máximo em três léguas de comprimento por um de largura, e o alvará de 1795 em uma ou três léguas em quadra, dependendo do caso.

O projeto colonial português com relação ao Brasil, no entanto, só se completaria com a empresa açucareira. Na verdade, o binômio: capitânicas hereditárias X manufatura da cana-de-açúcar, fórmula vitoriosa em várias outras colônias do Atlântico, integraria efetivamente as novas terras à metrópole, com uma dupla conveniência: atendia às necessidades da colonização e possibilitava grandes lucros a Portugal.



Terra Brasilis

Fonte: Bibliothèque Nationale de France

## O AÇÚCAR E A COLONIZAÇÃO

---

O açúcar se constituiu no setor mais importante da economia colonial durante os séculos XVI e XVII, época que ficou conhecida como o “ciclo do açúcar”, tendo sido a Zona da Mata Nordestina e o Recôncavo Baiano os pólos prioritários dessa atividade, seguidos por áreas do Maranhão, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Mas pode-se afirmar que a cana de açúcar marcou decisivamente os três primeiros séculos da nossa história – a economia, a sociedade e a cultura. O açúcar brasileiro alterou a dieta alimentar do mundo europeu, passando o produto a ser usado em larga escala, substituindo o mel e transformando os doces em presença constante nas refeições.

Uma verdadeira “cultura do açúcar” se estabeleceu, unindo portugueses, indígenas e africanos, pois de alguma forma todos estavam envolvidos com sua produção e já que o produto freqüentava todas as mesas, independente das classes sociais. A própria natureza da atividade açucareira contribuiu para o sucesso de sua utilização como principal vetor de colonização das terras descobertas.

- **Século XVI**

A implantação e desenvolvimento da agroindústria açucareira no Brasil foi proporcionada, basicamente, pela posição monopolista de Portugal no mercado europeu, apoiada na parceria com capitais holandeses especializados no comércio intra-europeu, além de funcionar convenientemente como vetor de colonização.

O transporte e a comercialização para a Europa, a parte mais lucrativa, eram tarefas igualmente gigantescas, para as quais Portugal não tinha recursos suficientes. Para tanto, os portugueses se associaram aos holandeses, em troca de financiamento para a instalação dos engenhos. Assim, os “pães de açúcar” eram primeiramente enviados para Portugal, e de lá para a Holanda, onde eram refinados, ficando assim prontos para a comercialização e o consumo.

Internamente, a atividade foi favorecida pela liberdade de produção, obtendo estímulo e proteção oficiais – terras e águas doadas em sesmarias, isenções fiscais<sup>11</sup>.

Os engenhos desse período tinham porte médio (produção entre 3 e 10 mil arrobas), já que só essa escala justificava o tamanho do investimento. Os capitais eram, em geral privados, de origem portuguesa, na maioria, e algumas vezes de flamengos, que se associavam com os donatários das capitanias.

---

<sup>11</sup> Azevedo, Esterzilda Berenstein de. *Arquitetura do Açúcar* - Editora Nobel, SP, 1990.

Contribuiu para o sucesso do empreendimento a experiência portuguesa nas ilhas do Atlântico e a indústria de equipamentos para engenho que já existia em Portugal.

O início efetivo da ocupação deu-se com a implantação das primeiras vilas, fortes, portos e armazéns na orla, protagonizada principalmente por capitães-mor e tenentes. São instalados, também, os primeiros engenhos de açúcar, no início bem rudimentares.

Os problemas eram muitos, a começar pela escassez de recursos materiais, os intermitentes ataques de corsários e piratas e, eventualmente, dos indígenas.

Papel fundamental na colonização brasileira foi desempenhado pelas ordens religiosas, com destaque para os jesuítas. A estreita relação entre Estado e Igreja se expressava na complementaridade de suas ações, funcionando esta última como mediadora entre as culturas indígena e portuguesa, não só do ponto de vista religioso, mas também do exercício do poder civil.

As incursões que faziam essas ordens religiosas, partindo das igrejas-matriz estabelecidas no litoral, seguindo geralmente as margens dos rios, subindo as montanhas, foram as principais responsáveis pela primeira ocupação do interior das terras conquistadas. Nesse percurso, os religiosos fundavam colégios, promoviam a catequese e o aldeamento dos indígenas, construíam capelas.



Fonte: [www.planeta.terra.com.br](http://www.planeta.terra.com.br)

A igreja-matriz, geralmente situada em posição privilegiada nessas primeiras vilas (conjunto de freguesias, mais sede urbana) e depois nas cidades, exercia um duplo papel, sediando os ofícios religiosos, e guardando os principais registros da vida civil da freguesia – certidões de nascimento, casamento, óbito. Tinha também uma função de vigilância do território.

A organização territorial assim produzida, formada pela igreja-matriz e as capelas subordinadas (chamadas de curatos, quando localizadas dentro da mesma freguesia), serviu perfeitamente às conveniências do poder civil que, com freqüência, dela se apropriou para a administração dos primeiros povoamentos.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> ITERJ - Op. Cit.

Em torno da igreja-matriz, também era comum a realização de feiras, quermesses, festas diversas, polarizando a vida social. Na proximidade desses prédios, instalaram-se os primeiros pequenos comércios, ranchos, moradias, formando arraiais.

Esse papel da Igreja na produção do espaço arquitetônico e urbanístico do Brasil-colônia foi apenas um aspecto da influência que ela teve na formação da nacionalidade brasileira. A Igreja esteve à frente da educação, da cultura, da catequese e da assistência social – agente fundamental do método católico de colonizar.

O aumento do poder político dos “fregueses” (integrantes da Freguesia) associado ao seu enriquecimento, os credenciava para instalar Casas de Câmara e Cadeia, pelourinhos e, mais tarde, elevar o Arraial à categoria de Vila, dependendo, neste caso, de decisão da Coroa ou seus representantes, atendendo à interesses de defesa ou a interesses políticos.

O surgimento de vilas e cidades por toda a extensão brasileira foi acelerada a partir da instalação do Governo Central em Salvador, em 1549, fruto da necessidade de coordenação administrativa e militar das capitanias, financiado pela exportação do açúcar para a Europa. O ciclo do açúcar esteve, assim, inteiramente identificado e confundido com o processo de colonização, no Brasil.

Predominam neste século os engenhos tipo “rasteiro”, localizados junto à rios navegáveis ou à beira-mar. Desses restam poucos vestígios, a não ser das capelas. O sistema construtivo continuou sendo principalmente o pau à pique, utilizado nos edifícios da casa-grande, capela, fábrica, casas de moradores e demais oficinas. Em alguns casos, a fábrica estava dividida em dois prédios – casa de moenda e caldeiras e casa de purgar.

- **Século XVII**

Na primeira década do século, perdeu a euforia do século anterior. Daí até 1670, pode-se falar de uma depressão relativa. E, finalmente, os anos que se seguem até as primeiras décadas do século seguinte, apontam para a recuperação do setor.

Esta primeira grande crise do açúcar aconteceu a partir de uma conjugação de fatores. Rompeu-se a associação Portugal X Holanda. Portugal se enfraqueceu e perdeu o monopólio dos produtos coloniais.

E, quando os holandeses foram expulsos do Brasil em 1654, após a ocupação das capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e R.G.Norte por 30 anos, a situação piorou, já que eles usaram da experiência adquirida e dos métodos aprendidos no Brasil, para desenvolver os engenhos nas suas

colônias, conseguindo um preço final muito barato e difícil de competir.<sup>13</sup>

Na verdade, começou a se instalar um mercado de concorrência, passando a ser competitivas as empresas holandesas, francesas e inglesas nas Antilhas.

Internamente, proliferaram os conflitos, as guerras, pragas, fuga de escravos. No entanto, apesar da depressão, o açúcar se manteve como o principal item na economia durante todo o século.

Em 1670, os produtores brasileiros venderam em Lisboa apenas a metade de sua produção de 65 mil toneladas. Por volta de 1700, as exportações já haviam caído para 26 mil.

A recuperação que se seguiu se deve à maior facilidade de transporte do produto para Portugal e um melhor controle de qualidade do açúcar exportado.

Os engenhos deste período eram, na maioria, “copeiros”. Casa-grande e capela geralmente no ponto mais alto da topografia, ou à meia-encosta. Fábrica e casa de purgar num nível mais baixo, em área plana, próximas a um rio ou braço de mar. Moradas dos trabalhadores, também na parte mais baixa do terreno. Sistema construtivo: ainda o pau-a-pique, recebendo as capelas tratamento mais apurado que as casas-grandes, embora mantenham a simplicidade. As fábricas, entretanto, apresentavam um certo requinte construtivo, muitas edificadas em arcaria de pedra ou tijolo, revelando a prática e o interesse de reinvestir o lucro na produção, já que a economia possibilitava o retorno.

- **Século XVIII**

O resultado geral deste século, ao contrário do anterior, revela depressão, saldo de três períodos distintos. Nas primeiras décadas, crescimento estimulado pela alta geral dos preços, iniciado nos fins do século anterior. Daí até 1770, desarticulação e depressão. A seguir, até a 1ª década do XIX, recuperação.

O pacto colonial, inaugurado no século XVII pelas grandes potências com destaque para a França e Inglaterra, já havia deslocado Portugal de seu papel monopolista na economia da época.<sup>14</sup>

Com o início do ciclo do ouro, o povoamento foi se interiorizando, principalmente na região aurífera, mas também ao longo dos inúmeros caminhos através dos quais os tropeiros levavam as riquezas extraídas nas minas para os portos do litoral. No entanto, ainda era uma ocupação esparsa, registre-se as tentativas da Coroa, nessa época, de incentivar a abertura de

---

<sup>13</sup> AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Arquitetura do Açúcar* - Editora Nobel, SP, 1990.

<sup>14</sup> Idem

novos caminhos por particulares, mediante concessão de sesmarias, títulos e outros privilégios.

A descoberta e início da exploração das minas no Brasil minimizaria a crise portuguesa, mas agravaria ainda mais a crise açucareira, na região principal de sua produção, o nordeste. A associação de senhores de engenho com comerciantes, inclusive através de casamentos entre as famílias, veio realizar, nas épocas de recesso do açúcar, um conveniente intercâmbio de capital e prestígio. Uns tinham o dinheiro, outros o título.<sup>15</sup>

O mercado da mão-de-obra se desorganizou, com a entrada de trabalhadores livres e escravos para as minas.<sup>16</sup> E, com a mudança do eixo econômico, a reboque da mineração, a capital foi transferida para o Rio de Janeiro.

A redinamização da atividade no terceiro período veio no lastro de uma nova conjuntura internacional. As guerras napoleônicas, os bloqueios e contra-bloqueios na Europa, a desarticulação do império espanhol na América. Além disso, as agitações políticas e sociais nas colônias inglesas e francesas nas Antilhas reabriram o mercado europeu ao açúcar brasileiro. Por outro lado, a Revolução Industrial, provocando o alargamento do mercado, a valorização dos produtos coloniais e a ampliação das relações comerciais, permitiu que Portugal voltasse a dominar o comércio colonial.

Internamente, o refluxo da mineração correspondeu à valorização da economia agrícola, inclusive apoiada por uma política oficial de amparo – controle da qualidade do produto, disciplina do preço dos fretes, flexibilização das punições legais à infração das leis, dilatação do prazo das moratórias, impedimento de penhoras sobre bens móveis e imóveis, etc.

Surgiram áreas de agricultura e pecuária, ao longo dos caminhos utilizados pelo ciclo do ouro, para atender ao mercado interno emergente. A mudança da capital para o Rio de Janeiro, em 1763, ampliaria essa demanda que, somada às necessidades crescentes do mercado europeu, iria redinamizar o setor.

A implantação com respeito à geografia e à topografia seguiu a mesma lógica do século anterior – a contigüidade com relação aos recursos hídricos e a hierarquia vertical dos prédios do engenho. O programa arquitetônico é que ficou mais complexo. O uso da pedra e do cal e de técnicas construtivas mais eficazes contribuíram para a sobrevivência de diversos desses edifícios até os dias de hoje. Aqueles feitos com taipa de mão, palha ou telha, geralmente destinados à moradia dos trabalhadores livres e escravos, oficinas, depósitos, estrebarias, não resistiram. Ainda,

---

<sup>15</sup> FARIA, Sheila de Castro. Terra e Trabalho em Campos dos Goitacazes. Niterói, UFF/Dissertação de Mestrado, 1986.

<sup>16</sup> PAES, Sylvania Márcia. A empresa açucareira no período colonial. Pesquisadora da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, Museu de Campos dos Goytacazes.

outros elementos passaram a se incorporar à paisagem do engenho, como os aquedutos (em arcos de pedra) e os viveiros de peixes (tanques largos, cavados na terra junto ao mar, com canal de comunicação e uma ou duas comportas, além de ralos). Alguns engenhos possuíam cais ou ponte de atracação.<sup>17</sup>

A construção da fábrica em um único pavilhão foi possibilitada graças ao domínio da técnica construtiva das tesouras de madeira ligadas por terças. As diferentes etapas da manufatura eram separadas por meias paredes.

O sistema construtivo empregado nos engenhos, junto aos corpos d'água, em áreas já consolidadas pelo cultivo da cana, no caso das fábricas, era a alvenaria mista – pedra e tijolo. Nas zonas mais afastadas do litoral, tanto as fábricas quanto as casas-grandes possuíam estrutura independente, constituída por esteios de madeira e paredes de vedação em adobe ou pau-a-pique.<sup>18</sup>

Nos anos comprometidos com a crise da economia açucareira, a tendência foi de maior investimento nas casas-grandes do que nos edifícios fabris. Mesmo raciocínio explica, na mesma época, a construção de inúmeros solares urbanos por senhores de engenho, nas cidades onde eles passavam longos períodos com sua família.

Quando, no final do século, a economia reagiu, as moradias dos novos senhores de engenho passaram a ter um aspecto mais simples: casas térreas avarandadas, sem capelas isoladas ou edifícios monumentais.

- **Século XIX**

Até meados do século, a manufatura do açúcar respondeu à aceleração do final do século anterior, além de receber o incremento de fatos decisivos como a vinda, em 1808, da Família Real e da Corte Portuguesa para o Brasil, como resultado do bloqueio continental imposto por Napoleão Bonaparte. Os portos brasileiros foram abertos ao comércio do mundo inteiro. No entanto, os artigos importados de Portugal estavam sujeitos à tarifa de 16%, enquanto os procedentes de outros países pagavam 24%. É o início de um período em que a política liberalizante de D.João VI eliminaria antigos entraves às atividades econômicas e culturais da colônia.

Fundamental, igualmente, para o entendimento do que representou este século para a economia açucareira é a observação dos efeitos da gradual liberação da mão-de-obra escrava, até a Abolição da Escravatura em 1888.

---

<sup>17</sup> AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. Op. Cit.

<sup>18</sup> Idem

Em 1850, um verdadeiro arsenal jurídico-legal foi promulgado, a começar pela Lei Euzébio de Queiroz, que extinguiu o tráfico negreiro. Uma outra lei, a Lei de Terras, iria alterar o regime fundiário que vigorava até então, estabelecendo que o único modo de adquirir terras seria através da compra. As terras obtidas até esse decreto poderiam ser regularizadas, seja pela doação de sesmarias, seja pela posse, desde que obedecessem aos princípios de “cultura e moradia” do respectivo sesmeiro ou posseiro. As posses poderiam ser “mansas e pacíficas”, adquiridas por ocupação primária ou havidas do 1º ocupante. A terra virava domínio público, deixando de ser “real”, acessível à qualquer pessoa que tivesse dinheiro para comprá-la. Um mercado de trabalho foi gerado a partir dessa lei, integrado por pessoas de poucos recursos, excluídos da possibilidade de aquisição de terras. Essa mão-de-obra foi em grande parte absorvida pelas lavouras. A Lei de Terras significou também que a terra poderia ser usada como garantia de hipoteca e não mais só o escravo, como era mais comum até então. A terceira lei desse conjunto foi a Lei Hipotecária, que complementava a reforma jurídica necessária às grandes transformações que estavam ocorrendo na economia e na política.<sup>19</sup>

A criação do Registro Paroquial de Terras, em 1854, também pretendia o controle da situação das terras da Colônia. Todas as terras deviam ser registradas, no prazo de 3 anos e meio, nas respectivas freguesias. Os registros estavam submetidos aos vigários.

Quando a supressão do braço escravo e as condições desfavoráveis do mercado internacional, no final do século XIX, provocaram o declínio da economia açucareira, foi o financiamento do Estado que viabilizou a nova modalidade de empresa que surgia, o Engenho Central. O primeiro foi instalado em Quissamã, no atual Estado do Rio de Janeiro.

Os protagonistas dos engenhos centrais pretendiam “a centralização manufatureira do açúcar, com os grandes aparelhos aperfeiçoados e o aparelhamento moderado das terras de lavoura”. Era a saída que se vislumbrava para a indústria açucareira, atingida pela crise que começava a se instalar no setor açucareiro, precipitada pela gradual desmobilização do trabalho servil.

A nova organização da produção, protagonizada pelos Engenhos Centrais e depois pelas Usinas se baseava no trabalho rural em pequena escala, diretamente praticado pelo proprietário, ou por terceiros, mediante parcerias ou arrendamento de áreas agriculturáveis.

É preciso que se diga que a instalação da empresa açucareira no Brasil colonial exigia a aplicação de imenso capital: para a compra de escravos, para o plantio da cana e para a instalação do engenho.

---

<sup>19</sup> ITERJ - Op. Cit.

Para se ter uma idéia das dificuldades dessa produção, é curioso saber que se levava 50 dias para fabricar o que hoje se fabrica em duas horas.

Durante todo o período da Colônia e até o governo de D.João VI, a autoridade pública estivera conferindo aos particulares a propriedade sobre suas terras, chamadas “devolutas”. Em 1850, a lei de Terras regularizou as sesmarias, cujas condições de doação não haviam sido implementadas e, também, as simples posses.

Com a proclamação da República, a Constituição Federal de 1891 iria, entretanto, transferir aos estados da Federação as terras devolutas situadas em seus territórios, exceto as que fossem necessárias à segurança das fronteiras. Aos poucos, porém, essas terras foram passando ao patrimônio particular, sendo hoje insignificantes.

Nas áreas urbanas, utilizou-se também as sesmarias para transferir propriedade aos particulares, mas boa parte das terras era doada à autoridade pública local, então denominada Senado da Câmara, e à entidades de mão morta (corporações religiosas).

Os Senados das Câmaras utilizavam essas terras para obtenção de renda, cobrando sobre elas a locação e a enfiteuse, institutos da época. Com esses recursos faziam face às despesas públicas. Dúvidas surgiram durante o século XVIII acerca da legitimidade dos negócios praticados por essas Câmaras e a Coroa, com o Alvará de 1821, arquivou definitivamente a controvérsia. O resultado prático dessa decisão foi a intensificação do parcelamento das áreas das cidades, em que se multiplicaram os lotes de pequena extensão, através das enfiteuses, pelas quais o domínio direto ficava nas mãos das prefeituras e o domínio útil, nas mãos dos particulares.

O funcionamento da empresa açucareira, gradativamente, passou a não depender mais da contigüidade entre mão-de-obra e fábrica. Nesse sentido, como diz Foucault<sup>20</sup> é possível opor-se sociedade moderna e sociedade feudal. Na sociedade feudal (...), o controle dos indivíduos se faz essencialmente a partir da inserção local, do fato de pertencerem a um determinado lugar. O poder feudal se exerce sobre os homens na medida em que pertencem a uma certa terra. Ao contrário, a sociedade moderna que se forma no século XIX é, no fundo, indiferente ou relativamente indiferente à pertinência espacial dos indivíduos; desde que os homens coloquem à sua disposição seu tempo. São necessárias duas coisas para que se forme a sociedade industrial. Por um lado, é preciso que o tempo dos homens seja colocado no mercado, oferecido aos que o querem comprar, e comprá-lo em troca de um salário; e é preciso, por outro lado, que este tempo dos homens seja transformado em tempo de trabalho".

---

<sup>20</sup> FOUCAULT, Michel. A Verdade e as Formas Jurídicas. Série Letras e Artes. PUC-RJ. 1974.

Neste período de transição, nas usinas, a mão-de-obra ainda se manteve, na maioria dos casos, junto à máquina produtiva, em habitações do tipo vilas operárias, edição mais moderna das antigas senzalas. Até que a infraestrutura viária e os meios de transporte mais rápidos justificassem a moradia dos trabalhadores fora do perímetro da empresa açucareira, representando um barateamento no custo de reprodução dessa mão-de-obra no que se refere ao bolso do patrão.

- **Século XX**

A política açucareira do Estado brasileiro, como se poderia imaginar, não mudaria a partir da abolição da escravatura, nem do fim do regime monárquico, ocorridos no final do século anterior. Tampouco, acionado pela crise aguda em que entrou a indústria canavieira no início do século XX.

A grande mudança aconteceria com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, em 1933, cujos objetivos eram derivar para a produção do álcool uma parte da produção do açúcar, garantir a estabilidade do mercado, estabelecendo preços máximos e mínimos, auxiliar na instalação de destilarias centrais, auxiliar as usinas no aparelhamento de nova tecnologia, atender aos interesses dos produtores através de políticas reguladoras em relação ao mercado interno e externo. Em pouco tempo, o IAA tornou-se um órgão técnico, constituindo-se em um centro de estudos, debates e pesquisa de questões relativas à lavoura e à indústria açucareira, tendo portanto produzido uma farta documentação sobre o tema.

As usinas, o regime de trabalho assalariado, a nova técnica de trabalho no campo, os novos meios de transporte – notadamente a rede ferroviária e a rodoviária – marcaram uma nova época de concentração industrial, consolidando o deslocamento do eixo econômico no sudeste, principalmente no estado de São Paulo.

Com relação ao padrão territorial, aumentou a concentração da propriedade fundiária, com a absorção das pequenas propriedades pelas grandes usinas, exceção feita para Campos, Estado do Rio, onde prevalecem as pequenas unidades de produção.

## ENGENHOS E USINAS

“Inicialmente, ocupava apenas uma clareira na floresta: a paisagem primitiva da zona açucareira constituía-se de áreas extensas cobertas de vegetação espessa, que separavam pequenos espaços onde se agrupavam as construções de tijolo ou adobe e cal, circundada pelos campos cultivados”.<sup>21</sup>

Se era assim, inicialmente, com o tempo, o engenho se transformou em um sistema fechado e complexo, quase auto-suficiente. No momento de maior dinamismo da atividade açucareira, reunia: casa-grande, capela, senzala, fábrica, casa de caldeira, casas de moenda, casa de purgar, armazéns, galpões e ainda (quando próximos) de mar ou rio, cais para atracação dos navios. O engenho, quase um país, era simultaneamente, lugar da produção, da moradia, da religião, da vida social.

As primeiras usinas surgiram na década de 1870, disfarçadas de Engenhos Centrais para conseguir financiamentos oficiais. Quanto a inovações tecnológicas, nenhuma técnica inovadora foi registrada na lavoura canavieira, até meados do século XIX. Continuavam predominando o uso da enxada, do arado de pau tipo "pai Adão", a plantação sem cuidado com a seleção de sementes. Quanto aos transportes, ainda eram usados, em terra, o carro de boi, as tropas de burros e cavalos e, por água, as embarcações a vela. Nas técnicas industriais, as primeiras máquinas a vapor foram instaladas na Bahia em 1815.

À semelhança do Engenho, a Usina continha todas as funções para funcionar como uma unidade autônoma, no entanto, já partilham com os núcleos urbanos certas funções.

### Lugar da produção

A manufatura do açúcar é a transformação de um material, de um estado à outro. No entanto, do processo decorrem subprodutos – o bagaço, a cachaça (dada aos animais), a garapa, o açúcar somenos, o melaço, a rapadura (que podia resultar no açúcar mascavo), o mel de furo (que podia ser reciclado ou transformado em aguardente). A aguardente e a rapadura eram utilizadas para o consumo do próprio engenho e para o escambo de escravos africanos.

Mas, mesmo enquanto a cana era a base da economia colonial, certas atividades secundárias complementavam as necessidades da população – escravos e homens livres (pequenos plantadores de cana, feitores, capatazes, comerciantes, moradores das poucas vilas e cidades da



Engenho do Visconde, Campos, 1941

Fonte: Hess, IPHAN/DID/Arquivo Noronha Santos



Usina São João, Campos, 1913

Fonte: Lloyd's Trades Britain Publ. Co



Usina Queimados, Campos, 1913

Fonte: Lloyd's Trades Britain Publ. Co

<sup>21</sup> HOLLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I - A Época Colonial, 1993.

época, artesãos, padres, militares e funcionários públicos).

O gado criado de forma extensiva, com mão-de-obra predominantemente de índios, mulatos, mestiços, negros alforriados e brancos assalariados, servia para mover as moendas e transportar o açúcar, além de fornecer carne para o consumo e o couro para a confecção de roupas, calçados, móveis e outros utensílios.

Fora isso, havia o cultivo de alguns produtos agrícolas, como a mandioca, base da alimentação da população colonial, principalmente dos escravos.

O fumo e o tabaco eram produzidos (mais na Bahia e em Alagoas), sobretudo para serem trocado por negros, na costa africana, onde eram muito valorizados. O algodão (mais plantado no Maranhão) servia para a fabricação de tecidos rústicos, usados nas roupas dos escravos, já que as vestimentas da família dos senhores de engenho vinha da Europa.

Em todo engenho havia sempre, também, uma serraria/marcenaria, onde se fabricava grande parte do mobiliário e dos apetrechos para o processamento da cana e se dava acabamento às madeiras necessárias para construção das edificações.

- **Os atores**

Os senhores de engenho tinham capital e contatos para captar investimentos em seu negócio. Embora desprovidos de títulos de nobreza na metrópole, centralizavam em suas terras a organização da família e do bangüê, e presidiam as cerimônias religiosas, assim como as festas profanas. Ser proprietário de engenho no Brasil, equivalia a ser fidalgo em Portugal.<sup>22</sup>

Os lavradores, na escala social, vinham logo depois da classe mais alta. Geralmente, eram portugueses, com pouco capital e de pouco prestígio para conseguir empréstimos. No entanto, eram eles os que corriam mais risco na empresa açucareira.

Lavradores também podiam ser aqueles que viviam em terras de outros, onde cultivavam milho, feijão, mandioca, além de criar porcos e algumas vacas.

Vigoravam várias modalidades de trabalho por parte dos lavradores livres. Uns cultivavam, com seus próprios recursos, canaviais em áreas arrendadas ao engenho. Outros o faziam mediante recursos cedidos pelo engenho. Contava-se, ainda, com colonos assentados em terras obtidas em sesmaria, nas vizinhanças, que processavam sua cana no engenho, em troca

---

<sup>22</sup> PAES, Sylvania Márcia. Op. Cit.

de parte da produção, já que não tinham condições de instalar o seu próprio. Toda essa clientela era de fundamental importância para o equilíbrio da empresa-engenho, uma vez que o recurso dessas lavouras subsidiárias ou dependentes permitia não interromper a atividade, 24 horas por dia, durante os 8 ou 9 meses das safras. Conforme o grau do comprometimento com o senhor de engenho, dizia-se que produziam cana livre ou cana cativa, independente do fato deles, como pessoas, serem homens livres ou escravos.

A mão-de-obra escrava, no início da colonização da região, era de indígenas, trabalhando nos canaviais.

Quando o negro africano foi incorporado e adaptado à empresa açucareira, durante muito tempo, não houve problema quanto à disponibilidade daquela mão-de-obra, embora seu custo de reprodução fosse extremamente alto. O senhor de engenho tinha que prover moradia, alimentação, saúde e também a vida espiritual dos escravos. E até o treinamento de diversos deles para um trabalho mais especializado, quando fosse o caso. Bem verdade que as “peças” gastas podiam ser substituídas, à qualquer momento por outras novinhas em folha, enquanto o tráfico de negros vigorava (até 1831). Mas um escravo custava cerca de 35 mil réis cada e ainda havia o prejuízo advindo de sua mortalidade que era freqüente.

Acresce o fato de que o escravo era simultaneamente valor de uso e de troca, já que funcionava como moeda, quase que exclusivamente, antes que a terra, com a Lei de 1850, pudesse servir como garantia nas hipotecas. E, como até um certo momento, a terra obtinha-se com facilidade, era pelo número de escravos empregados que se podia avaliar a produtividade do engenho colonial.<sup>23</sup>

Além dos direta ou indiretamente envolvidos com a manufatura do açúcar, uma quantidade bastante considerável de pessoas estavam ligadas às atividades do engenho, por seus ofícios. Entre os livres, estavam o feitor-mor, o mestre e o contra-mestre, o banqueiro e seu ajudante, envolvidos com o fabrico do açúcar. O purgador, na direção do moinho. Para levar o açúcar encaixotado até o trapiche para venda e embarque: o caixeiro, o médico-cirurgião, o capelão, o secretário, o carpinteiro, o lavadeiro, marinheiros, o procurador (para questões judiciais), barqueiros, canoeiros, calafates, carpinas, oleiros, pedreiros, carreiros, vaqueiros, pescadores. E também o ferreiro, que era fundamental para o reparo das mós e das caldeiras, para

---

<sup>23</sup> Engenhos de 50 escravos são reputados medíocres no final do século XVII, mas considerava-se o mínimo de 40 escravos indispensáveis para que o engenho pudesse moer “redondamente” durante as 24 horas do dia. Grandes engenhos, registrados na Capitania do Rio de Janeiro, mantinham algumas centenas de escravos, como a ordem de São Bento com 432 e os seqüestrados aos jesuítas 1.400. Esses casos devem ser considerados antes exceções, pois, segundo parece, teriam predominado os pequenos engenhos com reduzido número de escravos e movidos pela força animal. BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Diálogos da Grandeza do Brasil, 1618.

fabricar pregos utilizados nas barcas e caixas, e muitas outras funções.

Em regime de trabalho servil: mulatos e mulatas, escravos e escravas nos afazeres domésticos e na lavoura.

Quando o engenho vira usina ou novas fábricas são concebidas e instaladas já para atender à uma nova organização da produção, o protagonista não é mais o senhor de engenho, um homem ligado à terra, um homem do campo. O usineiro é um homem de cidade, um industrial, um empresário que representa o ideal burguês.

O braço escravo agora é o lavrador, o produtor da matéria-prima. São raros os usineiros que dispõem de instalações para armazenagem. Assim, é o lavrador que corre todos os riscos: secas, enchentes, doenças no gado, incêndios nos canaviais.

Protegido pela lei, entra em cena, no final do primeiro triênio do século XX, o maior dos "atravessadores", penalizando tanto quem planta, quanto quem processa a cana: os especuladores, os protagonistas do capital financeiro emergente, que faz seu "debut" na crise de 1929.

- **Áreas de cultivo**

No entorno das edificações principais do engenho – casa-grande, senzala, capela e casa-de-engenho –, ficavam as áreas de cultura da cana, feitas pelos escravos do engenho, pelos lavradores livres ou pelos “obrigados à moenda”<sup>24</sup>. Do total das terras, a cana ocupava apenas uma parcela, em alguns casos, 1/5, 1/7. Do restante, parte era destinada à lavoura de gêneros utilizados para a alimentação diária dos moradores e dos eventuais hóspedes, complementada com a caça e a pesca ali, também, praticadas.

Os canaviais eram distribuídos em quinhões, os “partidos”, separados uns dos outros por terras alheias, obtidas por compra legítima ou por posse. Plantava-se ainda as “terras de sobejo”, acrescentadas irregularmente às propriedades do engenho, e incluídas nas medições.

O tipo de solo preferido para o plantio da cana era o massapê, de cor cinzento-negra, o mais fértil e rico em matéria orgânica e decomposição de cretáceos, mais comum no litoral brasileiro. Embora tenha sido plantada em morros, ela se adapta melhor às planícies de temperaturas mais uniformes, úmidas no inverno e secas no verão, mas com chuvas abundantes no período das águas.

Além das atividades diretamente vinculadas à empresa do açúcar, outras faziam parte dessa espacialidade, compreendendo por exemplo os lugares e os equipamentos envolvidos com a alimentação diária dos



Cortadores de cana em Quissamã

Fonte: Lloyd's Trades Britain Publ. Co

---

<sup>24</sup> Era muito comum a vinculação dos “lavradores obrigados à moenda” à propriedade do engenho, garantida inclusive pelo selo dos tabeliães e pela sentença de juizes.

moradores e dos eventuais hóspedes, através das plantações, das criações, da caça e da pesca ali praticadas.

- **Fontes de energia**

A utilização da força hidráulica, através da roda d'água, do tipo vertical, para a movimentação dos moinhos, foi a energia motriz mais recorrente nos primeiros engenhos, simultânea à força humana e à tração animal. A escolha de um ou outro tipo de energia dependia de fatores econômicos e geográficos.

O uso do braço escravo ocorria de modo esparsos, pois é sabido o baixo rendimento e a lentidão das moendas assim acionadas. No entanto, foi usado em ampla escala na maioria das demais atividades dentro do engenho – preparo da terra, colheita, transporte de cana, outras tarefas de produção dentro da fábrica.

No engenho de animais, almanjarras ou trapiches, eram utilizados cavalos, mulas ou bois, sendo estes últimos os preferidos. Nas terras onde não havia disponibilidade de recursos hídricos, esse tipo de energia motriz era realmente a melhor solução.

A superioridade dos engenhos d'água, que depois passaram a ser conhecidos como engenhos reais, era incontestável. Antes de tudo, por conta da produtividade, avaliada como o dobro da produtividade de um engenho de tração animal.

Um açude ou tanque era construído nos pontos onde o rio fazia sua queda natural. A água era conduzida por diferença de nível, através de regos e calhas de madeira, sobre mourões ou condutores de alvenaria elevados por arcos – aquedutos. Além de movimentar a roda d'água, a água também abastecia a casa de caldeiras.

O engenho, geralmente, ficava a poucos metros do reservatório. As primeiras políticas de ocupação e defesa territorial privilegiaram a margem dos rios ou as áreas junto ao mar, principalmente por causa da facilidade de transporte da produção e dos insumos. Nesse caso, os engenhos d'água eram os mais convenientes. Mais adiante, com a interiorização do povoamento, e a localização de engenhos em terras distantes desses recursos hídricos e mais altas, os trapiches passaram a aumentar sua participação no total, embora sua performance fosse bem menor. Esse fato, também, ampliou as chances de produção de açúcar por parte de lavradores com menos recursos.

A máquina a vapor foi introduzida na empresa açucareira a partir de 1815, primeiramente na Bahia, quando essa tecnologia já estava bem desenvolvida na Europa, e duas décadas após sua utilização nas Antilhas.



Debret, Engenho de açúcar com moenda movida à tração humana

O emprego da energia a vapor liberou a localização do engenho da contigüidade em relação às quedas d'água, pastagens, matos, etc, mas exigiu uma mão-e-obra mais especializada e um maior capital de investimento. E, ainda, não resultou imediatamente num aumento de produção, já que as primeiras máquinas eram dimensionadas para substituir uma almanjarra e não uma roda d'água.

O vapor era usado, não só para movimentar as moendas, mas também para produzir calor no cozimento do caldo. Como meio de transporte, foi usado, pela primeira vez no Brasil, em 1819, na Bahia. As primeiras máquinas eram importadas da Europa.

Com o passar dos anos, o vapor iria alterar fundamentalmente as relações de produção até então dominantes no fabrico do açúcar. Nas três etapas: na moagem – independizando o engenho dos recursos naturais como força hidráulica e pastagens; no cozimento – pela introdução do vácuo, agilizando a evaporação e a cristalização do açúcar; na purga – pela introdução das centrífugas, eliminando o demorado clareamento por decantação.

O vapor, um dos catalizadores da transformação do engenho em usina, permitiu a mecanização de quase todas as operações de transporte dentro da fábrica, unificando numa caldeira central toda a energia necessária para acionar as várias etapas do processo.

Devido à versatilidade de seus espaços, muitos engenhos experimentaram diferentes formas de energia ao longo do tempo, o que não resultou em mudanças substanciais nos edifícios. Na medida em que foram introduzidas novas relações de produção, com os engenhos centrais e com as usinas, é que surge um novo edifício fabril, com nova inserção e novas relações espaciais, e com diversas técnicas construtivas, empregando por exemplo o aço e o zinco.

- **Combustíveis**

Para obtenção do calor, empregado na etapa do cozimento, do século XVI ao final do XVIII, o único combustível foi a lenha.

É assim que enormes extensões da Mata Atlântica foram destruídas para abrir espaço para os canaviais. O trabalho da derrubada se completava com o da queimada para limpar completamente o terreno. Com o fogo também se preparava a colheita e mais adiante era empregado também para a limpeza do canavial, após o corte, como “preparo”, para que as raízes remanescentes brotassem com vitalidade. Calcula-se que, para cada quilo de açúcar, queimou-se cerca de 15 quilos de lenha.<sup>25</sup>



Alimentação dos fornos, Engenho Central, Quissamã

Fonte: Lloyd's Trades Britain Publ. Co

---

<sup>25</sup> HOLLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. Op. Cit.

No início do século XVII, no entanto, senhores de engenhos já pediam providências à Coroa acerca de queimadas e derrubadas desnecessárias, que poderiam acarretar a paralisação dos engenhos diante da escassez de lenha.

A Provisão Real de 1681 determinava que os engenhos se instalassem à distância de meia légua um do outro, tendo em vista o abastecimento de lenha. No século XVIII, boa parte dos engenhos não tinham matas próximas e pagavam caro pela lenha que vinha de longe.

Apenas em 1840, o bagaço da cana passou a ser usado como combustível alternativo para movimentar as caldeiras, dando uma chance de sustentabilidade àquela indústria, com a cana sendo quase totalmente aproveitada.

- **Equipamentos**

As fornalhas não sofreram grandes modificações do século XVI ao final do XVIII, e o combustível se manteve a lenha. Eram alimentadas pelo lado de fora do edifício, tamanha a irradiação de calor e a poluição que provocavam, já que não possuíam chaminé para a exaustão da fumaça. Exigiam também o emprego de vários escravos.<sup>26</sup>

A modernização dessas fornalhas só acontece no Brasil na virada do século XVIII para o XIX, quase 100 anos depois das Antilhas.

A nova fornalha – forno inglês, trem inglês ou trem da Jamaica – requeria menos combustível e era duas vezes mais eficaz no cozimento do caldo. Além disso, permitia o uso do bagaço de cana como combustível.

O Nordeste aderiu mais rapidamente que o Sul à nova fornalha e ao novo combustível.

As mudanças na arquitetura e na paisagem provocadas pela introdução das novas fornalhas foram a criação da “bagaceira” – pátio onde se secava o bagaço antes da queima – e das casas de bagaço.

E já que irradiavam menos calor, puderam passar da antiga posição periférica, com alimentação pelo exterior, para dentro da cozinha. É a partir daí – início do século XIX – que sua chaminé passa a ser elemento constante e característico na paisagem dos engenhos, sinalizando quando a fábrica começava a moer ou quando entrava em fogo morto.

O emprego da energia a vapor no cozimento só se generalizou no Brasil com o surgimento dos engenhos centrais e das usinas, no último quartel do século XIX.

O sistema de purga, que consistia na cristalização do açúcar e seu clareamento, ou seja, na eliminação do melaço residual do interior do açúcar



Maquinário de usina movida à vapor, 1913  
Fonte: Lloyd's Trades Britain Publ. Co



Maquinário de usina movida à vapor, 1913  
Fonte: Lloyd's Trades Britain Publ. Co

<sup>26</sup> AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. Op. Cit.

cristalizado, não se modificou substancialmente do século XVI ao XVIII.

Devido à grande morosidade no processo de clareamento por decantação, a casa de purgar tinha, muitas vezes, área maior que a casa das moendas e fornalhas.

Só no século XIX acontece uma modificação substancial, com a introdução do vácuo e da centrifugação. Ambas as técnicas só foram empregadas nos engenhos centrais e nas usinas.

- **Relações produtivas**

Não existiram, na verdade, mudanças significativas no processo de manufatura do açúcar durante os primeiros três séculos.

Em alguns engenhos, cada uma das etapas – moagem, cozimento e purga – era feita num edifício diferente. Mas, na maioria, só em dois: a fábrica (casa de moenda e casa de caldeira) e casa de purgar (onde o açúcar era clareado e encaixotado).

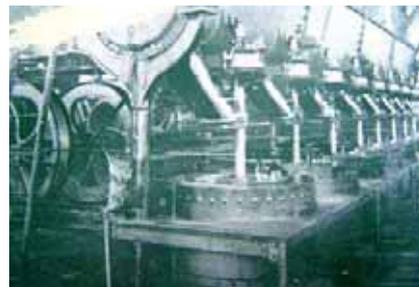
Tratava-se de processo contínuo – fluxo ininterrupto da cana (matéria prima) até o açúcar (produto acabado), através de uma série de etapas, sendo o trabalho realizado geralmente 24h por dia. Mesmo porque a interrupção da atividade significava dificuldades técnicas e custos elevados de limpeza.

A movimentação predominante era a horizontal, sendo a gravidade pouco utilizada no transporte dos líquidos e granéis.

O engenho foi pioneiro no emprego do “processo contínuo” que viria, mais tarde, a ser largamente usado na indústria siderúrgica, química, de cimento, vidro, etc.

Embora tenha sido, inicialmente uma indústria avançada para a época, o engenho foi perdendo essa posição com o tempo, apesar das pequenas melhorias introduzidas nos equipamentos. As causas: o desenvolvimento do processo produtivo sempre atrelado ao baixo nível da tecnologia colonial, à lentidão com que tecnologias mais avançadas eram assimiladas por parte dos senhores de engenho, as poucas opções energéticas e ao sistema escravagista.

Só a partir do século XIX é que as grandes mudanças aconteceram, acarretando um processo produtivo mais integrado. O bagaço de cana empregado como combustível, o uso de novos aditivos químicos: a cal substitui a decoada de cinza de madeira como defecante, o óleo de mamona substitui o sebo na redução da fervura. A importação da moenda de três rolos horizontais, a introdução da fornalha tipo Trem da Jamaica. A lenta substituição da mão-de-obra escrava por trabalhadores assalariados, na maioria de origem européia.



Maquinário de usina movida à vapor, 1913

Fonte: Lloyd's Trades Britain Publ. Co

## Lugar da moradia

A escolha do local para a implantação das construções e de diferentes materiais nos edifícios componentes dos engenhos de açúcar, revelavam a hierarquia social e o sistema de valores dessa sociedade em formação, fundada sobre a família patriarcal.

Enquanto a casa grande era construída com material nobre – pedra e cal – e situada na parte mais alta do terreno, as senzalas, construídas com materiais precários – terra, madeira, cipó – ocupavam a parte mais baixa dos terrenos. Por esta razão, poucas dessas habitações chegaram até nossos dias.

A casa grande era o centro de irradiação de toda a vida econômica e social da propriedade. Tais construções podiam ser verdadeiros palacetes, mas nem sempre eram suntuosas, dada a grande diversidade do status financeiro dos donos de engenho. Eram funcionais, mas de conforto ambiental precário e, por longo tempo, as alcovas ( cômodos internos sem janelas) permaneceram no programa das casas. Só a partir da segunda metade do século XIX, sob a influência dos higienistas, com suas idéias sobre os benefícios do ar em movimento é que as casas passaram a ter oitões livres e quartos com aeração.

Quanto à sua arquitetura, a tentativa foi de adaptação à geografia do sítio, à paisagem natural, aos materiais disponíveis e às exigências decorrentes do clima tropical da Colônia. Além disso, adequação também à maneira de viver, hábitos e costumes locais - como o (imperialismo) português aqui se manifestava – às relações sociais e às necessidades do patriarcalismo rural e escravocrata.

Com isso tudo, dialogavam as grossas paredes de taipa ou de pedra e cal, coberta de palha ou telha-vã, o alpendre na frente e nos lados, os generosos telhados protegendo do sol forte e das chuvas tropicais.

A cultura do açúcar produziu formas peculiares de dormir, de descansar, de comer, de defecar, de banhar-se e de parir.<sup>27</sup> E à arquitetura coube atender essas funções.

Além disso, viabilizar o espaço construído para comportar a família ampliada (afilhados, compadres, agregados de todo tipo), à reclusão das moças solteiras, ao confinamento das mulheres nas cozinhas, ao seu deslocamento sempre acompanhado por diversas escravas.

Os pátios internos e, mais tarde, as varandas periféricas garantiam a privacidade, fazendo a transição entre o espaço externo e os cômodos da casa. Os quartos de dormir – as alcovas –, nenhum contato tinham com o



Mato da Pipa é uma das mais antigas sedes de fazenda, em torno da qual se desenvolveu a vila de Quissamã, 2003



Casa da Fazenda Quissamã

Fonte: Prefeitura Municipal de Quissamã

<sup>27</sup> FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Editora José Olympio, 1975.

exterior, já que não possuíam janelas.<sup>28</sup>

Os equipamentos de assistência médica, igualmente, era um apoio fundamental à vida no engenho. Inicialmente, sob forma de boticas, fazendo parte das casas grandes e, mais tarde, como verdadeiros hospitais, já no tempo das usinas.

Outras casas, em número variável, serviam de residência ao capelão, ao mestre de açúcar (que comandava a “casa das fornalhas”), aos feitores e aos poucos trabalhadores assalariados. E finalmente, nas senzalas, toscas construções, geralmente em construções lineares, amontoavam-se os escravos, às centenas, em cômodos mal iluminados, mal ventilados. Em termos construtivos, e não só, as senzalas se aparentavam com as estrebarias.

### Lugar da vida religiosa

Coube à Igreja a formação da nacionalidade, aspecto mais nobre da colonização. Quase tudo o que se fazia em matéria de educação, cultura, catequese e assistência social, corria por conta de sua hierarquia, de seu clero secular, das ordens religiosas e das corporações de leigos – irmandades e ordens terceiras.<sup>29</sup> Na escola do engenho, era um padre-mestre que ensinava aos meninos.

A capela completava o quadrilátero das edificações, que eram o coração do engenho, além da casa-grande, da senzala e da fábrica.

Podia estar isolada, contígua ou integrando o corpo da casa grande, próxima ao engenho e na vizinhança da senzala. A Igreja lucrava na intimidade com a família patriarcal, através do prestígio e da autoridade política.<sup>30</sup> E também favorecia a manutenção e ao exercício do poder da aristocracia açucareira, uma vez que por muito tempo a educação esteve nas mãos de religiosos, numa conveniente associação ao poder temporal desempenhado pelo senhor de engenho.

Na capela, eram rezadas as missas que congregavam todas as pessoas da comunidade aos domingos e dias santos, além das datas como batizados, casamentos, funerais e sepultamento.

Não era incomum as capelas superarem as casas-grandes, nos acabamentos e no luxo.<sup>31</sup> A planta da capela traduzia as conexões e os isolamentos necessários à circulação e permanência das diversos segmentos da comunidade do engenho. Sacristias e coros interligados, privativos das mulheres e dos filhos da família nuclear, uma nave para a família estendida, e o copiar, para os escravos, que também ocupavam a área aberta.



Capela da fazenda Machadinha em Quissamã, 2003

<sup>28</sup> RAPOPORT, Amos. *Vivienda y Cultura*. Barcelona. Editorial Gustavo Gilli, 1972.

<sup>29</sup> HOLLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Op Cit.

<sup>30</sup> PAES, Sylvia Márcia. Op. Cit.

<sup>31</sup> GOMES, Geraldo. *Entrevista ao Jornal do Commercio de Recife*, 1998.

## Lugar da vida social

Em torno da casa-grande e da capela girava a vida social do Engenho.

Na casa-grande, a aristocracia açucareira não economizava em “glamour” e tentava seguir as últimas tendências da moda e dos costumes das cortes européias em suas festas, bailes e recepções. E se esmerava na arte de “receber”, função valorizada pela arquitetura desses edifícios.

Na capela, os ofícios ou as festividades reuniam todos os protagonistas do Engenho, graças a uma arquitetura que proporcionava um “contato sem contágio”.

## Acessibilidade e comunicação

A maior ou menor facilidade de acesso ao engenho, a implantação mais favorável à sua produtividade e à comercialização da produção eram fatores importantes para se medir o poder do proprietário.

“Na paisagem açucareira, não podia faltar ainda o mar ou um rio, via de comunicação vital, tanto para o escoamento da produção do engenho, quanto para viabilizar a chegada da madeira necessária às fornalhas, além dos mais variados gêneros utilizados ou consumidos no dia-a-dia do período colonial”.<sup>32</sup>

Outros fatores permitem uma leitura não tão objetiva, se bem que igualmente indicativa do prestígio dessa aristocracia rural. Tais como a sofisticação dos jardins, cada qual com espécimes mais exóticos, trazidos das partes mais remotas do planeta. As palmeiras imperiais, por exemplo, eram usadas como sinalização da imponência da casa-grande, se oferecendo à visibilidade desde grandes distâncias.

O prestígio dizia respeito, também, ao grau de intimidade do proprietário com a Corte, a frequência com que tais figuras visitavam a casa, o acesso às notícias, mais ou menos atualizadas sobre o que se passava ali e nas outras cortes européias.



Ferrovía particular para transporte de cana das fazendas para o Engenho Central, Quissamã, 1913

Fonte: Lloyd's Trades Britain Publ. Co



Antigo cais, onde desembarcou D. Pedro II e sua comitiva em 1847, São João da Barra

Fonte: www.sjb.rj.br

<sup>32</sup> HOLLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. Op Cit.

# O AÇÚCAR NO NORTE FLUMINENSE

No Estado do Rio, o ciclo do açúcar foi tardio em relação ao ciclo do nordeste, sendo a partir de meados do século XVIII e ao longo do XIX o período áureo, após o refluxo do ciclo do ouro. E aconteceu principalmente nos atuais municípios de Campos, Macaé, Quissamã e São João da Barra.

Mas, mesmo antes dessa época, o açúcar esteve intrinsecamente identificado com as primeiras iniciativas de colonização na região. Não havia povoação, por menor que fosse, sem um engenho por perto, ainda que rudimentar.

## Contexto histórico

- **Século XVI**

Embora o período tenha se apresentado extremamente propício à implantação e desenvolvimento da empresa açucareira no Brasil, tendo como pólo principal o Nordeste, a capitania de São Tomé mostrou-se inexpressiva em relação à tal atividade. Conforme consta, por volta de 1548, existiam apenas três engenhos nesta capitania, sendo dois à beira-mar e um ao lado do rio Managé (depois Camaguama e atual Itabapoana), no povoamento fundado em 1538 por Pero de Góis, que havia recebido a capitania em donataria, em 1534 – a Vila da Rainha.

Enquanto a parceria da Coroa Portuguesa com os capitais holandeses sustentava a atividade açucareira no Nordeste brasileiro e sua comercialização na Europa, a capitania de São Tomé sofria com a instabilidade provocada pelas incursões de corsários, notadamente franceses, baseados na França Antártica, colônia por eles fundada em 1555, na Guanabara. Só 20 anos depois seriam expulsos definitivamente por Antonio Salema, então governador da Vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, fundada em 1565.

E, no norte-fluminense, os problemas ainda foram acrescidos pelos constantes ataques dos índios goitacá, habitantes da região.

Muitas das primeiras tentativas de colonização da capitania associavam aldeamento indígena (liderado por alguma ordem religiosa), rudimentar engenho de açúcar, paiol, pequenas lavouras (geralmente de cana e mandioca), curral e capela.

E, mesmo um pouco mais tarde, os aldeamentos construídos na região foram de vital importância já que, para expandir a fronteira agrícola, novas áreas devem ser desbravadas. A catequese se colocou como alternativa “civilizada” à violência do extermínio ou da expulsão dos índios habitantes desses sítios.



Canhão Manuelino encontrado na localidade de Cacimbas em 1840, pertencente à Capitania da Paraíba do Sul

Fonte: Acervo Inepac, 1986



Mó do Engenho de Vila da Rainha em exposição no Museu do Açúcar, em Recife

A Coroa Portuguesa incentivava os aldeamentos pois, através deles, era possível não só a “domesticação” daquela mão-de-obra para as lavouras, como também a penetração dos colonizadores em terras até então inacessíveis.

- **Século XVII**

Apesar dos altos e baixos, o saldo geral do século foi favorável à empresa açucareira no Brasil. Por dez anos, perdeu a euforia do século anterior. A partir daí, 60 anos de depressão relativa. Os anos seguintes acenaram com recuperação.

A ruptura da parceria comercial entre Portugal e Holanda, fazendo com que Portugal perdesse o monopólio dos produtos coloniais no mercado europeu, que passou a ser compartilhado com Holanda, Inglaterra e França, foi o pano de fundo do cenário deste século.

A atividade açucareira foi muito impulsionada pelas ordens religiosas, que a partir de meados do século anterior haviam obtido permissão para entrar no país – jesuítas em 1549 e beneditinos em 1584 – e passaram a participar decisivamente do projeto colonizador. Em terras do norte fluminense – reconhecidas como das mais férteis para o cultivo do açúcar –, os jesuítas comandavam os engenhos do Colégio (Campos) e Sant’Ana (Macaé).

Os registros do início do século dão conta da existência de 34 engenhos e engenhocas, em toda a capitania. A maioria dos engenhos foi implantada no Rio de Janeiro, favorecidos pelas condições climáticas e geográficas e, agora, livres das ameaças dos franceses.

Incluía-se na paisagem açucareira desta época, os entrepostos – os trapiches. Até 1612, eram apenas espaços reservados nas praias junto aos portos, onde o açúcar esperava pelo embarque, secando ao sol. Depois, tornaram-se galpões junto aos cais, onde as caixas armazenadas ficavam à salvo do sol, da chuva e dos saques. Nesses entrepostos, através de concessões dadas a particulares, se cobrava uma taxa de embarque, após a pesagem da mercadoria.

Também contribuiu para o desenvolvimento da atividade, a maior facilidade no transporte do açúcar para Portugal. Em 1671, foi baixado um decreto liberando a entrada de navios estrangeiros em portos brasileiros. Em 1688, um alvará submetendo os navios mercantes à formação em comboios, como medida defensiva contra os corsários. A capacidade dos navios também aumentou. Até 1640, levavam em torno de 360 caixas de açúcar. Os novos chegavam a levar 600 caixas.

Entretanto, a atividade econômica predominante durante este século,



Mosteiro de São Bento, Campos, 2003



Casa e Capela do Colégio Jesuíta de Campos, 1994



Casa e Capela do Colégio Jesuíta de Campos, 2003

no norte fluminense, permaneceu a pecuária, desenvolvida a partir das primeiras cabeças trazidas dos Açores e de Cabo Verde pelos Sete Capitães, que haviam recebido a capitania em donataria em 1627.

A instabilidade provocada pela redivisão das terras de São Tomé, em 1648, por iniciativa do governador do Rio de Janeiro, Gen. Salvador de Sá e Benevides, que desencadeou disputas acirradas, tornou mais conveniente a pecuária, atividade móvel, do que empreendimentos que pressupunham uma situação fundiária mais estável, como os engenhos.

Quando, a partir de 1660, investimentos na indústria açucareira foram feitos na capitania, visando suprir a demanda frustrada a partir da expulsão dos holandeses do Nordeste (1654), cuja produção decaiu, o norte-fluminense, além do Rio de Janeiro, foi beneficiado.

Indício do início do processo de incorporação dessa região na economia do açúcar foi a reivindicação à Coroa, feita pelo Marquês do Lavradio, em 1650, em nome dos fabricantes dali, de que tivessem os mesmos privilégios que os fabricantes do Rio, “já que tinham maior produção que o Rio de Janeiro e seu Recôncavo juntos”.<sup>33</sup>

A situação fundiária, no entanto ainda era complicada, já que, a partir de 1674, se iniciara o período denominado “Tirania dos Assecas”. O filho do governador Salvador de Sá, o primeiro Visconde Asseca, obteve a doação da capitania e começou a cobrar impostos exorbitantes dos lavradores e outros arrendatários das terras. Brigavam todos: herdeiros e donatários, donatários e frades, jesuítas e beneditinos, moradores e frades, rendeiros e Câmara.

- **Século XVIII**

O século XVIII, ao contrário do anterior, contabilizou para a atividade açucareira no Brasil um resultado de depressão, apesar das características distintas de seus três períodos. Nas primeiras décadas, perdurou o crescimento iniciado no final do século XVII, seguido de recesso até 1770. A partir daí, até a 1ª década do XIX, o setor se recuperou.

Na capitania do Paraíba do Sul, o século, a partir de seus meados, marcou o início do ciclo do açúcar, envolvendo as terras dos atuais municípios de Campos, Macaé, Quissamã e São João da Barra, principalmente entre o rio Paraíba do Sul e a Lagoa Feia.

Ao fim de quase 100 anos de “Tirania dos Assecas”, as terras da capitania voltaram à Coroa, em 1752, quando a situação fundiária se estabilizou e propiciou atividades econômicas mais duradouras.

Com a ampliação do povoamento no sudeste, desencadeado pelo ciclo do ouro, a partir da segunda década do século, aumentou o mercado



Marco em pedra para delimitação de terras em Barra do Furado, Quissamã



Muralhas em cantaria de pedra da antiga fortaleza de Santo Antônio do Morro Frio (atual Forte Marechal Hermes) Macaé

Fonte: Acervo INEPAC



Igreja de Santo Amaro, Campos



Convento da Lapa, hoje asilo, Campos

<sup>33</sup> LAMEGO, Alberto. Terra Goitacá, à luz de documentos inéditos. Niterói. Diário Oficial. 1942.

consumidor para o açúcar da baixada campista que, até então, abastecia principalmente o Rio de Janeiro. Também este mercado se ampliou, a partir de 1763, quando o Rio passou a sediar a capital do Vice-Reino.

A vitalidade econômica do Rio já havia sido anunciada pela Carta-Régia que, em 1711, determinava que o escoamento da produção da Colônia se fizesse através de seu porto. O porto de Santos, ficava assim submetido ao do Rio, onde diversas intervenções urbanísticas foram sendo feitas para adaptar a cidade às suas novas funções.

Importante propulsor da atividade foi, também, a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, já que disponibilizou para a empresa açucareira fluminense enorme quantidade de terras, antes comprometidas com a pecuária.

Quando houve o refluxo da mineração, ocorreu uma valorização da economia agrícola, com apoio de uma política oficial de amparo – controle da qualidade do produto, disciplina do preço dos fretes, flexibilização das punições legais à infração das leis, dilatação do prazo das moratórias, impedimento de penhoras sobre bens móveis e imóveis, etc.

Surgiram áreas de agricultura e pecuária, ao longo dos caminhos utilizados pelo ciclo do ouro, para atender ao mercado interno emergente. Raros eram os grandes engenhos na região, a maioria sendo de pouca capacidade produtiva. Exceção deve ser feita para o da Fazenda do Colégio, antiga propriedade dos jesuítas.

- **Século XIX**

A primeira metade deste século manteve o norte-fluminense na vanguarda da produção açucareira, processo iniciado em meados do século anterior, e ainda mais alavancado com a vinda da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, consolidando no sudeste o eixo da economia colonial. Em 1822, com a Independência, o Rio virou sede do Governo Imperial e vai se tornando, cada vez mais, um mercado consumidor bastante atraente para o açúcar da região da baixada campista.

O número de engenhos que, em meados do século anterior, não passava dos 50, foi se multiplicando. Em 1737, eram 34; 50 em 1750, 55 em 1769, 113 em 1778, 278 em 1783, 400 em 1819, 700 em 1828.<sup>34</sup>

Os senhores de engenho, com o capital acumulado através da próspera economia açucareira, aperfeiçoaram seus instrumentos de produção. As moendas de madeira, que estragavam rapidamente e desperdiçavam grande quantidade de caldo de cana, foram substituídas por moendas de ferro.



Igreja de Santana em Macaé



Casa de Câmara e Cadeia em São João da Barra



Solar dos Airizes, Campos.

<sup>34</sup> SILVA, Osório Peixoto. Op. Cit.

As primeiras máquinas a vapor, que haviam chegado à Bahia em 1815, na região foram introduzidas a partir de 1827, em substituição aos engenhos movidos por energia hidráulica ou animal, mas isso não resultou imediatamente em aumento da produção ou da produtividade, modificando mais, em um primeiro momento, as relações de produção.

Neste contexto, somente fazendeiros que dispunham de recursos excedentes puderam mecanizar seus engenhos, o que eliminou pequenos e médios produtores. A partir de meados do século XIX, então, o número de engenhos diminuiu, ao mesmo tempo em que aumentou a produção açucareira, sinalizando para uma concentração de terras e de capital.<sup>35</sup>

O auge da produção açucareira na região abrangia a planície que se estende entre a Lagoa Feia, o rio Paraíba e o rio Macaé, tendo como centro irradiador o núcleo urbano de Campos.

Observa-se que os baixios litorâneos, regiões mais alagadas, desde Macaé até a barra do Itabapoana, estavam excluídos dessa mancha, uma vez que se consolidaram como áreas preferenciais de pastagem, da mesma forma que, a norte e noroeste, os contrafortes da Serra do Mar.

No entanto, os ingredientes da crise que iria se abater sobre o setor daí por diante, já podiam ser entrevistos. A desorganização da mão-de-obra, a reboque da corrida do ouro, com o desvio de significativa quantidade de escravos dos engenhos para as minas, seria agravada pelas conquistas dos movimentos abolicionistas, com o fim do trabalho servil em 1888.

A posição de destaque do setor açucareiro do norte-fluminense neste período áureo pode ser avaliada pela liderança que a aristocracia do açúcar teve no movimento que resultou na introdução dos engenhos centrais no Brasil e pelo fato de o primeiro Engenho Central autorizado a funcionar pelo Império foi o de Quissamã, em 1877, dois anos após o decreto 2.687, que estabelecia a política açucareira a vigorar daí por diante.

Com a “centralização manufatureira do açúcar, com os grandes aparelhos aperfeiçoados e o aparelhamento moderado das terras de lavoura”, pretendia-se driblar a crise anunciada.

Entre as razões apontadas pelo Barão de Barcelos para a crise estavam o alheamento da nova geração de fazendeiros, à supressão da mão de obra escrava, o aumento da concorrência, o esgotamento da fertilidade do solo pelo plantio prolongado e o desconhecimento técnico das novas tecnologias.

A nova organização da produção, protagonizada pelos engenhos centrais, que começaram a operar na região a partir das últimas décadas do século XIX, se baseava no trabalho rural em pequena escala, diretamente



Antigo Solar do Barão de Carapebus do Engenho Santo Antônio, atual Asilo do Carmo em Campos. 2003.



Antigo Solar do Visconde de Araújo, atual Câmara Municipal de Macaé. 2003.



Fazenda Floresta em Quissamã. 2003



Usina São João em Campos. 2003

<sup>35</sup> FERREIRA, Ana Lucia Nunes. O município de Macaé: fortunas agrárias na transição do trabalho escravo para o livre. Niterói, UFF/ Dissertação de Mestrado, 2001.

praticado pelo proprietário, ou por terceiros, mediante parcerias ou arrendamento de áreas agricultáveis. O parcelamento da propriedade era explicitamente recomendada pelo governo, assim como a incorporação de imigrantes às atividades ligadas ao cultivo da cana.

O Engenho Central de Quissamã, cujos principais sócios eram membros da família Carneiro da Silva, aglomerava sete engenhos que até então funcionavam isoladamente – Quissamã, Mandiquera, Machadinha, São Miguel, Monte Cedro, Santa Francisca e Melo.

Dois anos depois, também no município de Campos, foi inaugurada a primeira usina de açúcar do Brasil: Usina do Limão, situada na fazenda e engenho de mesmo nome, pertencente a João José Nunes de Carvalho.

O apoio financeiro do Governo Imperial, porém, foi fundamental para que os Engenhos Centrais pudessem cumprir sua função, e isso foi feito através de garantia de juros sobre o capital empregado. No entanto, o privilégio ficou com as companhias que demonstraram estar associadas às propriedades agrícolas de sua região e, assim, têm a segurança de receber a quantidade necessária de cana a ser processada.

O fornecedor da cana também contava com o financiamento do Governo, através de um fundo especial, repassado como empréstimo pelo Engenho Central aos plantadores, tendo assim garantida a subsistência nos períodos de entressafra.

No final do século XIX, surgiram na região diversas usinas e engenhos centrais, como o Engenho Central de Barcelos (criado em 1878, em São João da Barra), a Usina de Queimado (criada em 1880), a Usina de Sapucaia (criada em 1884), a Usina de São José (criada em 1883), dentre outros.

Estes estabelecimentos passaram a deter o monopólio da produção do açúcar, eliminando pequenos e médios engenhos, o que resultou em uma ainda maior concentração de terras e capitais. Continuaram existindo, entretanto, pequenos produtores de cana, que se tornaram fornecedores do produto para essas usinas e engenhos centrais. A manutenção de pequenos lavradores e fornecedores de cana interessava a estas indústrias de açúcar, na medida em que estas que não arcavam com os “riscos” do empreendimento agrícola, como pragas e adversidades climáticas.

As relações de trabalho também sofreram importantes transformações no final do século XIX. Com a abolição da escravidão, a colônia de parceria consistiu em uma solução comum para a crise da mão-de-obra, ou seja, os antigos arrendatários de grandes propriedades que pagavam o aluguel da terra em moeda, passaram a pagá-lo em produto – a menção – sendo a cana-de-açúcar o principal produto fornecido. Outra forma de trabalho consistia no diarista assalariado, utilizada tanto no meio rural quanto no meio urbano.



Engenho Central de Quissamã

Fonte: Lloyd's Trades Britain Publ. Co



Engenho Central de Quissamã



Engenho Central de Barcelos em São João da Barra

Fonte: Lloyd's Trades Britain Publ. Co

Logo, porém, a idéia dos grandes engenhos centrais começou a perder terreno para as usinas, unidades produtivas menores e mais ágeis. Enquanto a produção anual média num engenho central era de 150 mil sacos de 60 kg, a de uma usina ficava entre 25 e 40 mil sacos. O argumento fundamental a favor das usinas era a facilidade do transporte, já que uma pequena usina podia funcionar só com a cana das propriedades circunvizinhas, enquanto que um engenho central dependia de estradas de ferro, o que implicava em mais investimento e, conseqüentemente, uma menor margem de lucro, pelo menos a curto e médio prazo. E é realmente este o perfil empresarial que prevaleceu – usinas de médio e pequeno porte.

Os Engenhos Centrais e as Usinas marcaram também o início da concentração industrial açucareira, fundada na divisão de trabalho entre as atividades agrícolas e as fabris.

A diferença entre a usina e o engenho central não consistiu em sua base técnica, mas na sua organização e etapas de produção. No entanto, as duas unidades pouco se diferenciavam na realidade. Muitos engenhos centrais funcionavam como usinas, produzindo sua própria cana e contratando fornecedores. Neste sentido, a denominação de engenho central consistiu, primordialmente, em uma forma de obter subsídios estatais.

Nas vésperas da abolição da escravatura, o norte do Brasil, que já não tinha mercado para seus produtos, os enviava ao Rio de Janeiro, onde se acumulavam, forçando a queda dos preços. Nessa época, a área de cultivo da cana no Estado abrangia cerca de 200 mil hectares, em grande parte incluindo terras onde dificilmente outra cultura vingaria.

Com a Proclamação da República, em 1889, começaram a escassear os pedidos para concessão e os privilégios reduziram-se à isenções alfandegárias, enquadramento na tabela de zonas econômicas canavieiras, direito de desapropriação de terras, isenção de impostos de transmissão de propriedade, transporte gratuito (10 anos) por estradas de ferro da maquinaria.

Em 1896, o Governo Republicano ainda tentou aprumar a situação, estabelecendo amplo controle sobre as usinas do país mas, no ano seguinte, cessa tal fiscalização, limitando-se a política açucareira a um abatimento nas taxas de direitos aduaneiros.

- **Século XX, em diante**

No início do século XX, a economia açucareira sofreu uma nova crise, com a baixa de preços do produto aliada à diminuição da concessão dos subsídios estatais – voltados, sobretudo, para o setor cafeicultor. Desta forma, diversas usinas e engenhos centrais, surgidas nas décadas de 1870 e 1880, foram fechadas ou compradas por firmas e empresas.



Sociedade musical Nova Aurora. Macaé



Lyra dos Conspiradores, sociedade musical em Macaé



Praça Veríssimo de Melo, em Macaé



Canal Campos-Macaé

A crise na economia açucareira acarretou também o acirramento das formas de exploração do trabalho. Colonos e diaristas assalariados - fornecedores de cana e trabalhadores das usinas e engenhos centrais - passaram a ter que pagar por seus instrumentos de trabalho, além de serem obrigados a adquirir gêneros de primeira necessidade nos armazéns destes estabelecimentos fabris. Contra estas condições de trabalho surgiram, no início do século XX, tentativas de formação de sindicatos de trabalhadores agrícolas.

Na década de 1980, quando, no auge do Próalcool, o governo garantia a compra de toda produção, a comercialização não dependendo da iniciativa privada, os empresários investiram pesado na construção de destilarias autônomas.

A retração da atividade na passagem do século XX ao XXI – moagem e plantio – foi decorrente de uma sucessão de fatos: o preço internacional, a queda no consumo de álcool, a capacitação técnico-gerencial dos setores produtivos e industriais, a redução da precipitação pluviométrica, com a conseqüente redução da produtividade e quebra de previsões de safra e redução do estímulo econômico. Com isso, a performance do Estado passou a ser insignificante, com uma produção equivalente a apenas, 1,42% da produção nacional – as usinas do Estado produzem hoje 1,67% do açúcar e 0,89% do álcool fabricado no Brasil. É evidente a redução no número de usinas, de fornecedores e de trabalhadores envolvidos com a atividade.

A produção do açúcar, no entanto, tendo representado papel fundamental na ocupação e desenvolvimento da região norte-fluminense, constitui-se ainda em um importante elemento na formação e no desempenho da economia e identidade regionais.



Estação Experimental Pesagro em Campos



Fazenda Prosperidade em Quissamã



Vila Evelina, Quissamã

## Estrutura fundiária e padrão territorial

Em 1534, Pero de Góis recebeu a capitania de São Tomé em donataria.<sup>36</sup> Após seguidos fracassos das iniciativas de povoamento, em parte pelos problemas com os índios da região, em parte pelas difíceis condições daquelas áreas alagadiças, mas sobretudo pela carência de recursos, em 1627, esta capitania foi doada, em forma de sesmarias, a sete homens – Miguel Aires Maldonado, Gonçalves Correia, Duarte Correia, Antônio Pinto, João de Castilho, Manuel Correia e Miguel Riscado – que ficaram conhecidos como os Sete Capitães. Estes receberam terras por terem prestado serviço à Coroa Portuguesa, lutando contra os franceses e índios inimigos.

Mas nem todos esses capitães se estabeleceram na região, já que alguns possuíam terras e fazendas na Guanabara e em Cabo Frio. A área foi ocupada, então, por arrendatários desses sesmeiros, como Gaspar de Souza Monteiro e o Capitão Thomé José de Barcellos Velha.

Os Sete Capitães trouxeram para o norte-fluminense as primeiras cabeças de gado, trazidas dos Açores e Cabo Verde e foram eles e seus arrendatários que construíram os primeiros currais na capitania de São Tomé. O curral de Campo Limpo (ao norte da Lagoa Feia) foi o primeiro a ser instalado, seguido do da Ponta de São Tomé e o do Sítio de São Miguel.

Seguiu-se o acordo conduzido pelo governador do Rio de Janeiro – general Salvador Correia de Sá e Benevides, redistribuindo aquelas terras entre os capitães e seus herdeiros, ele próprio, padres da Companhia de Jesus, o capitão Pedro de Souza Pereira e frades do Mosteiro de São Bento, após ameaça de restituir as sesmarias à Coroa, por estarem mal demarcadas.<sup>37</sup>

Com a nova divisão das terras, a pecuária se tornou a atividade econômica predominante na região até meados do século XVIII, embora já existisse pequena quantidade de engenhos e engenhocas de cana-de-açúcar.

Entre as fazendas destinadas à criação de gado na época, destacam-se: a fazenda de José de Barcelos, no “Furado”; as fazendas de Martim Corrêa Vasqueanes, na Casa Grande, Frencheiras, Restinga, Trincheira, Laranjeiras, Jagaroaba e Sabos; as fazendas dos jesuítas em Santana e Colégio.<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> A doação foi feita através do Alvará de 10 de março de 1534 e da Carta de Doação de 28 de janeiro de 1536, ambos assinados pelo monarca D. João III. O nome se deve ao Cabo localizado em sua costa. Segundo Julio Feydit, este cabo foi batizado de São Tomé em dezembro de 1501, em memória do Apóstolo São Thomé. FEYDIT, Julio. Subsídios para a História dos Campos dos Goitacazes. Rio de Janeiro, Ed. Esquilo, 1979.

<sup>37</sup> O acordo, realizado em 1648, dividia a área em 12 quinhões: 4,5 para os capitães e seus herdeiros, 3 para o general Salvador Correia de Sá, 3 para padres da Companhia de Jesus, 1 para o capitão Pedro de Souza Pereira e 0,5 para frades do Mosteiro de São Bento.

<sup>38</sup> SILVA, Osório Peixoto. Os momentos decisivos da História de Campos dos Goitacazes. Rio de Janeiro. Serviço de Comunicação Social. Petrobrás. 1984.

Passaram a ser constantes as disputas entre os sesmeiros e os ocupantes de fato da região, aumentando ainda mais a partir de 1674, quando Martin Correia de Sá (filho de Salvador Correia de Sá, Visconde de Asseca) obteve a doação da Capitania da Paraíba do Sul (antiga São Tomé). O Visconde passou a exigir pesados tributos sobre as terras ocupadas por posse e arrendamento, gerando protestos dos ocupantes, dos proprietários e das ordens religiosas. A “Tiranía dos Assecas” durou quase 100 anos.

Em 1713, a capitania voltou para o domínio da Coroa, devido a um conflito entre os Asseca e os beneditinos. Em 1725, a área retornou para os primeiros, que confiscaram terras e fazendas. Cinco anos depois, houve um motim contra o Visconde de Asseca, fazendo com que a região voltasse a pertencer à Coroa em 1733, o que se reverteu em 1739, quando os Asseca retomaram o poder na região.

Em 1748, eclodiu um levante armado contra os Asseca, liderado por uma mulher de 73 anos: Benta Pereira de Souza.<sup>39</sup> O levante, organizado em sua casa, acarretou a ocupação da região por tropas do reino. A capitania ficou sitiada até 1752, quando o rei de Portugal decidiu comprá-la, tendo a população arcado com parte da soma fixada.<sup>40</sup>

Mas os vitoriosos foram os grandes produtores locais, que não pagariam mais impostos aos donatários, além de conquistarem mais poder na região<sup>41</sup> (41). A própria Benta Pereira e seus filhos – os Manhães Barreto, também participantes do levante – eram grandes proprietários, com fazendas que se estendiam da Lagoa Feia às Serras de Ururai.<sup>42</sup>

O fim do domínio dos Asseca, ocorreu no momento em que a pecuária como atividade predominante foi sendo substituída pelo cultivo de cana-de-açúcar. Em 1701, uma Carta-Régia já havia proibido a criação de gado numa faixa de 10 léguas da costa. Observa-se, também, que a maior segurança no domínio da terra contribuiu para o desenvolvimento de uma atividade agrícola<sup>43</sup>, muito mais conveniente aos objetivos de colonização, já que fixava o homem à terra.

Além disso, a decadência da produtividade do açúcar na região do recôncavo da Guanabara, face ao desgaste de suas terras, liberou investimentos para outros locais. Acrescente-se a vinda da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro e o “apogeu do ouro” em Minas Gerais, que transformaram essas duas regiões em fortes mercados consumidores de

---

<sup>39</sup> Este levante originou a seguinte legenda na região: “Aqui, até as mulheres lutam pelo direito”. LARA, Silva. Campos da Violência. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1998.

<sup>40</sup> Apesar de perderem o domínio da região, os Assecas mantiveram suas terras e produções – a Casa dos Asseca -, sob forma de morgadio, até 1848, quando seus bens são vendidos. FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento; fortunas e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

<sup>41</sup> FARIA, Sheila de Castro. Terra e Trabalho em Campos dos Goitacazes. Niterói, UFF/ Dissertação de Mestrado, 1986.

<sup>42</sup> SILVA, Osório Peixoto. Os momentos decisivos da História de Campos dos Goitacazes. Rio de Janeiro. Serviço de Comunicação Social. Petrobrás. 1984.

<sup>43</sup> FARIA, Sheila de Castro. Op. Cit.

açúcar. Outro fator que contribuiu para a expansão dos canaviais consistiu na expulsão da Companhia de Jesus da colônia, visto que os jesuítas ocupavam terras vastíssimas destinadas à criação de gado.

Na medida em que o açúcar foi dominando o vale do Paraíba, o gado foi “empurrado” para a serra, no norte da capitania, ocupando o atual município de São Fidélis. Já a região de São João da Barra manteve predominantemente a criação bovina até o início do século XIX, quando passou a se dedicar com mais vigor à cana-de-açúcar.<sup>44</sup>

A região começou a ser procurada por novos moradores e a pecuária sozinha não dava conta do desenvolvimento da região. Recorreu-se inevitavelmente à agricultura, com ênfase para a cana, tirando partido da fantástica fertilidade do solo.

Mesmo durante o predomínio da pecuária, as terras do Vale do Baixo Paraíba abrigaram, simultaneamente, uma pequena agricultura subsidiária, operada por foreiros e rendeiros, estabelecidos no interior das grandes propriedades.

Isso favoreceu, quando da introdução do açúcar, que esta atividade acontecesse na forma de pequenos engenhos, muito próximos, numa distribuição territorial realizada à revelia de disposições legais que estabeleciam distâncias mínimas de um bangüê ao outro. A uniformidade da terra – baixa, plana e úmida – e sua alta qualidade – massapê fértil e raro, que não podia ser desperdiçado – explicam essa lógica de concentração.

Com o surgimento dos grandes engenhos se iniciou o processo de incorporação das pequenas propriedades para a formação da grande propriedade rural. Nesse sentido, cabe apontar, a adesão tardia dessa região ao padrão territorial representado pelo latifúndio, condição de possibilidade da economia colonial brasileira, ao lado da monocultura e da mão de obra escrava, ou seja o regime de “plantation”.

Isto porque a produção açucareira na região destinava-se, primordialmente, ao mercado interno e baseava-se em lavouras de pequenas e médias proporções.<sup>45</sup>

Alguns autores, no entanto, reconhecem a predominância da pequena produção – tamanho conveniente para o atendimento do mercado interno – mas não da pequena propriedade: “O que normalmente acontecia era que a grande propriedade dividia-se em pequenas terras alugadas, na qual se constituíam engenhos e engenhocas”.<sup>46</sup>

O fato é que, de meados do século XVIII – com o fim do domínio dos Asseca – até o início do século XIX, multiplicaram-se as pequenas

---

<sup>44</sup> OSCAR, João de. *Escravidão e engenhos: Campos, São João da Barra, Macaé, São Fidélis, Teresópolis*, Ed. Achiamé. 1985.

<sup>45</sup> FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura; acumulação e riqueza na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

<sup>46</sup> FARIA, Sheila de Castro. *Op. Cit*

produções, muitas em pequenos pedaços de terra.

Nessa região, entretanto, nunca chegou a ser tão significativo quanto no Nordeste, o número de grandes engenhos, porque a maior parte das terras canavieiras caiu nas mãos das ordens religiosas, ora por compra, ora por doação. É o caso do Mosteiro de São Bento, que se tornou proprietário de terras que vão do rio Paraíba até o mar, através dos municípios de Campos e São João da Barra. Como não as podia, no entanto, explorar diretamente, passou a aforar ou arrendar essas terras, em pequenas frações ou maiores, conforme as posses dos pretendentes.

Tal prática se acelerou com o caráter litigioso que assumiram as relações entre a Igreja e o Estado, que obrigou a conversão dos bens religiosos em títulos da Dívida Pública, e colocou crescentes restrições ao poder das corporações de “mão morta”. Já que iam mesmo perder esses bens, as ordens religiosas preferiam fracionar suas terras em benefício de posseiros, concedendo títulos de propriedade ou até simulando venda.

Mais do que qualquer outra instituição, pode-se dizer que, o Mosteiro contribuiu radicalmente para a formação da pequena propriedade nos municípios de Macaé (principalmente Quissamã), Campos e São João da Barra, já que 80% dos remissores e compradores eram pequenos lavradores.

Ainda, hoje, à diferença das outras regiões brasileiras, o estado do Rio, particularmente o norte fluminense, apresenta uma estrutura fundiária composta por minifúndios e pequenos produtores. É o que aponta a Associação Fluminense dos Plantadores de Cana em recente levantamento. Dos atuais 5.672 fornecedores ou plantadores de cana, 84% são pequenos proprietários rurais.

## **Aristocracia açucareira**

Durante o apogeu da produção açucareira na região, sobretudo ao longo do século XIX, o prestígio político e social dos senhores de engenho era enorme. Os suntuosos solares, fazendas, engenhos e usinas remanescentes, e os que só sobrevivem graças aos registros históricos, remetem hoje à prosperidade de um período em que os senhores de engenho, ostentando seus títulos de nobreza, tentavam reproduzir o cenário das mais exuberantes cortes européias. Aliás, é de onde provinham a maioria de suas roupas, objetos pessoais e também os móveis, luminárias e adereços que ornamentavam suas moradias. Do outro lado, a precariedade das senzalas, o heroísmo dos quilombos, as lutas dos sindicatos agrícolas e a força das festas religiosas, o contraponto cultural dos verdadeiros produtores de toda aquela riqueza: os negros africanos escravizados.

No período áureo do açúcar na região, inúmeras obras de infraestrutura foram feitas, como pontes, canais, bondes, estradas de ferro. Data



Fazenda Machadinha, Quissamã

também deste momento a introdução dos correios e telégrafos, telefone e luz elétrica. Muitos títulos de nobreza foram distribuídos, em troca de contribuições para essas obras, classificadas como “préstimos à Coroa”, a exemplo do barão da Lagoa Dourada<sup>47</sup> – dono de fazenda na freguesia de São Sebastião – e do primeiro visconde de Araruama – dono de fazendas e suntuosos solares na região de Quissamã. Para se ter uma idéia do papel e influência de que gozava essa região na época, cabe lembrar que, em 1883, Campos tornou-se a primeira cidade da América Latina a se beneficiar com a iluminação pública elétrica.

O próprio imperador D. Pedro II, que fez várias visitas à Macaé e Campos, chegou a chamar a região de “a sala de visitas do Império”.

Todavia, o glamour que envolvia a vida dessa aristocracia rural, pode ter contribuído para a crise no setor no final da década de 1880, segundo opinião de um desses reis do açúcar, o Barão de Barcelos.

Ele responsabilizou os fazendeiros por terem conduzido mal a educação dos filhos e não tê-los preparado para os suceder. Muitos haviam sido direcionados para carreiras como Medicina, Direito, Engenharia, e outras igualmente nobres, sem nenhuma afinidade e, até mesmo, um certo desprezo pelo trabalho no campo.

Nessa época de vacas magras, muitos barões e senhores de engenho empobreceram. Seu prestígio, no entanto, ainda resistiu por algum tempo à falta de lastro, e inclusive muitos títulos de nobreza foram concedidos à fazendeiros, no final do século XIX, como uma espécie de compensação pelas grandes perdas materiais sofridas, diante da perda do braço escravo<sup>48</sup>, importante moeda de troca na economia colonial, antes que a terra se transformasse definitivamente em bem de capital.

Frente a esta falência da “aristocracia açucareira” norte-fluminense, muitos senhores de engenho tiveram que vender seus bens para quitar dívidas ou procurar novas formas de associação. Foi neste contexto que surgiram as primeiras usinas e engenhos centrais da região, com a entrada do capital industrial na produção do açúcar. A associação entre grandes fazendeiros ou entre estes e os “capitalistas” – linguagem utilizada na época para se referir a negociantes e/ou empresários – possibilitaram a remodelação dos engenhos de açúcar, com a compra de turbinas, caldeiras a vácuo, moendas cilíndricas, cristalizadores de centrifugação, etc.<sup>49</sup>

Muitos casamentos entre filhos de fazendeiros e de ricos comerciantes locais aconteceram ao longo desses anos na região campista,



Fazenda Mandiquêra, Quissamã

---

<sup>47</sup> O Barão da Lagoa Dourada chegou a cometer suicídio face à sua péssima condição financeira. Vários outros senhores de engenho, no entanto, perderam suas fortunas na época, a exemplo do Barão de São José.

<sup>48</sup> FERREIRA, Ana Lucia Nunes. O município de Macaé: fortunas agrárias na transição do trabalho escravo para o livre. Niterói, UFF/ Dissertação de Mestrado, 2001.

<sup>49</sup> FARIA, Sheila de Castro. Op. Cit.

um verdadeiro “mercado matrimonial”.<sup>50</sup>

O fato é que se estabeleceu um vínculo estreito entre esses dois setores da economia, não consistindo apenas no fato do negociante trocar produtos com os fazendeiros, mas, sobretudo, devido aos financiamentos que os negociantes aplicavam na lavoura. Estes financiamentos se davam através de empréstimos aos fazendeiros, ou do próprio investimento feito pelo negociante em bens rurais.<sup>51</sup> Acontecia também o aluguel de escravos de propriedade dos comerciantes por parte dos senhores de engenho que, desta maneira, não tinham que arcar com a manutenção dessa força de trabalho nos períodos de entressafra. O interesse de muitos comerciantes em adquirir terras e dedicar-se ao seu cultivo pode ser explicado pelo “desprestígio social” conferido às atividades mercantis, mesmo sendo essas as mais lucrativas. Ambos – o fazendeiro e o negociante – tinham interesse nessa relação, pois enquanto um buscava crédito para suas lavouras, o outro desejava o status social conferido a um senhor de engenho.<sup>52</sup>

Coube a essa aristocracia açucareira, na pessoa de um de seus mais destacados membros, João José Carneiro da Silva, o Barão de Monte Cedro, a iniciativa de idealizar e construir o primeiro Engenho Central da América do Sul, com o objetivo de racionalizar a produção e o processamento da cana-de-açúcar.

Entre os integrantes da aristocracia açucareira do norte-fluminense, podemos citar:

*Barão de Barcelos* – um dos homens mais esclarecidos sobre economia rural brasileira. Foi defensor, nos últimos anos do Império da separação da agricultura em relação à indústria, “de modo que o lavrador planta o algodoeiro, a cana de açúcar e o cafeeiro, pertencendo à indústria manufatureira atuar sobre as matéria primas fornecidas por esses vegetais e preparar o fio tecível, extrair o açúcar e bonificar o café”.

*Barão da Lagoa Dourada* – em 1864 concluiu a construção de seu “palácio” em Campos, onde hoje funciona o Liceu das Humanidades.

*Barão de Muriaé* – proprietário do Solar da Baronesa, hoje pertencente à Academia Brasileira de Letras.

*Joaquim Thomaz de Faria* – em 1847, construiu, com recursos próprios, a Igreja da Boa Morte, além de ter aberto estradas no interior.

*Visconde de Araruama* – membro, junto com José Carneiro da Silva e Bento Gonçalves da Silva, da comissão organizada para administrar a obra do Canal Macaé-Campos.



Detalhe do portão da fazenda Mandiquêra, Quissamã

<sup>50</sup> Idem

<sup>51</sup> FRAGOSO, João. Op.Cit.

<sup>52</sup> FARIA, Sheila de Castro. Op. Cit.

## O braço escravo

Foi, com certeza, a agroindústria, representada pelo ciclo do açúcar, que exigiu a vinda para o Brasil dos escravos africanos, “máquinas de trabalho afeitas à toda sorte de esforço, cuja excelência já havia sido confirmada na colonização portuguesa das ilhas do Atlântico”.<sup>53</sup> Diante das exigências do trabalho nos canaviais e nos engenhos, a inadaptabilidade da mão-de-obra indígena ao trabalho escravo ficou confirmada. Às demandas da crescente indústria açucareira podem ser atribuídos os 2 ou 3 mil africanos encontrados no Brasil por volta de 1600.<sup>54</sup>

A dinamização da economia açucareira no norte-fluminense no século XIX acarretou, por sua vez, o crescimento do número de escravos na região. Neste período, mais da metade da população em Campos dos Goytacazes era composta por escravos, utilizados como mão-de-obra nos grandes engenhos de açúcar, nas lavouras em geral e em todo tipo de tarefa doméstica.<sup>55</sup>

Por volta de 1840, havia em Campos 30.595 negros para 21.123 brancos, e em 1850, 37.747 para 31.475.

A mão-de-obra escrava estava concentrada na área rural, onde as maiores fazendas eram as de Manuel Pinto Neto Cruz, o Barão de Muriaé; a dos beneditinos, na Freguesia de São Bento; a do Colégio (antes pertencente aos jesuítas) e a do Visconde, na freguesia de São Gonçalo (que havia sido de propriedade de Salvador Corrêa de Sá).

Ocorreu também a vinda de muitos traficantes para a região e a dinamização do tráfico de cativos em seus portos. Estes traficantes enriqueceram muito com o comércio de escravos, adquirindo fazendas e grande prestígio local. Podemos citar como exemplo André Gonçalves da Graça, dono de extensa fazenda, em Manguinhos, e de imponente sobrado senhorial, onde hoje está situado o Fórum de São João da Barra.

Os portos da região também tiveram importante papel no comércio clandestino de escravos, que se intensificou com a proibição do tráfico negreiro, em 1850. Portos desertos em Manguinhos, menos suscetíveis à fiscalização do Império e da Inglaterra, receberam grande número de escravos neste período. Esta atividade fez com que autoridades da Corte e do governo da Província do Rio de Janeiro exigisse maior controle das autoridades locais, concorrendo para a suspensão definitiva desse comércio, em 1857.<sup>56</sup>

Com a extinção do tráfico negreiro, a instituição escravista foi

---

<sup>53</sup> HOLLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I – A Época Colonial. 1993

<sup>54</sup> GANDAVO, Pero de Magalhães. Anuário do Brasil, 1924. Tratado da Terra do Brasil e História da Província Santa Cruz.

<sup>55</sup> LARA, Silva. Op.Cit.

<sup>56</sup> OSCAR, João de. Apontamentos para São João da Barra. Teresópolis. Ed. Mini Gráfica. 1976.

profundamente abalada, intensificando os movimentos de resistência negra. Desta forma, aumentou o número de escravos em fuga, multiplicando-se os suicídios e queima de canaviais <sup>57</sup>. Além disso, formaram-se diversos quilombos na região, ao longo do século XIX, revelando a insatisfação destes cativos com a instituição servil ou com o tratamento dado pelos senhores. Entre os quilombos formados, podemos citar: o quilombo Macaé, formado em 1876 com escravos fugidos da Fazenda de Manuel da Cruz Senna; o quilombo de Carucango, formado por 200 escravos e situado na divisa de Macaé com Trajano de Moraes e Conceição de Macabu; o quilombo do Morro do Côco, formado em 1886; o quilombo de Loanda, formado em 1880 e constituído por 53 escravos <sup>58</sup>.

Intensificaram-se, também, manifestações abolicionistas na região, organizadas, sobretudo, por setores médios e urbanos. Em 1856, foi criada a Sociedade Campista Promotora do Trabalho Livre, formada por ricos fazendeiros como o barão de Carapebus, o barão de Itabapoana e Júlio Ribeiro de Castro. Embora não fosse propriamente uma entidade abolicionista, a organização, valorizando o uso de mão-de-obra livre e qualificada, já apontava para as importantes transformações que ocorreriam nas relações de produção.<sup>59</sup> Em 1867, foi fundada a primeira sociedade assumidamente abolicionista na região, a Ypiranga, liderada pelo médico Miguel Antônio Herédia de Sá. No entanto, foi na década de 1880 que movimentos contra a instituição servil ganharam maior projeção, tendo como líder Luiz Carlos de Lacerda.

Antigo membro da Sociedade Campista Libertadora (entidade abolicionista criada em 1881), Lacerda fundou, em 1884 na planície campista, o Jornal Vinte Cinco de Março, que criticava veementemente a escravidão e incentivava as fugas e a formação de quilombos <sup>60</sup>. Luiz Carlos de Lacerda chegou mesmo a ser preso, acusado de esconder negros fugidos na sede de seu jornal, o que conferiu projeção nacional ao líder abolicionista, com Joaquim Nabuco e José do Patrocínio saindo em sua defesa <sup>61</sup>.

Os senhores de engenho e mesmo muitos escravos reagiram a esta campanha abolicionista, afirmando que o caos social e econômico se instauraria no país caso a escravidão fosse abolida. Além disso, foram criados jornais de caráter escravocrata e conservador, como o jornal O Constitucional, fundado em 1881, iniciativa da família Carneiro da Silva, dona de grandes lavouras de açúcar em Quissamã<sup>62</sup>.

---

<sup>57</sup> LIMA, Lana Lage da Gama. A rebeldia negra em Campos na última década da escravidão. Niterói, UFF/ Dissertação de Mestrado, 1977.

<sup>58</sup> AMANTINO, Márcia Sueli. O mundo dos fugitivos – Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Rio de Janeiro, UFRJ/Tese de Mestrado, 1996.

<sup>59</sup> OSCAR, João de. Escravidão e engenhos: Campos, São João da Barra, Macaé, São Fidélis. Teresópolis, Ed. Achiamé. 1985.

<sup>60</sup> LIMA, Lana Lage da Gama. Op.Cit.

<sup>61</sup> OSCAR, João de. Op.Cit.

<sup>62</sup> Idem

Esta reação dos fazendeiros revelou como a economia açucareira norte-fluminense dependia no trabalho escravo.

## Ocupação e espacialidade

- **Os núcleos urbanos**

“Os primeiros aglomerados humanos do Brasil-colônia, que conhecemos sob o nome impróprio de *ciudades*, se reduziam à uma fortificação e algumas poucas casas, cercadas por canaviais, aos quais em seguida vinha acrescentar-se a moenda e o engenho de açúcar, propriamente dito”.<sup>63</sup>

A verdade é que essas primeiras cidades faziam parte da territorialidade rural, já que era no campo que se desenvolvia a principal atividade econômica.

É o que diz Sérgio Buarque de Holanda, na sua análise do município colonial brasileiro:<sup>64</sup> “A diferença fundamental é que a sua base não é a cidade – como o foi na Europa – mas a propriedade rural. Ou seja, a divisão do território em capitânicas, ou foros, não foi o embrião do federalismo, já que o poder continuou nas mãos da Coroa portuguesa. A vida municipal só teria, então, se iniciado quando os foreiros se transformaram em proprietários das terras”.

As cidades da região açucareira eram, de certo modo, um prolongamento do engenho.<sup>65</sup> É como se o derramamento do bangüê formasse os espaços urbanos das cidades. Situavam-se em sítios estratégicos, favorecendo o escoamento da produção açucareira, a chegada dos insumos, dos equipamentos e da mão-de-obra para os engenhos. Tais cidades surgiram à beira dos rios e dos caminhos carroçáveis, como pouso dos carregadores e dos animais, que transportavam o açúcar. Originaram-se também a partir dos portos, e mais tarde, junto às linhas férreas.

Nas cidades, os senhores de engenho exerciam sua influência sobre as câmaras municipais, na proporção do seu prestígio junto à Coroa. E assim que o comércio do açúcar começou a ficar lucrativo, as cidades passaram a centralizar as operações entre os senhores de engenho e os comerciantes, estabelecendo a ligação dos engenhos com os portos.

É esta, aliás, uma particularidade da organização espacial decorrente da colonização portuguesa no Brasil: sua característica multipolar. Na

---

<sup>63</sup> HOLLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. Op.Cit.

<sup>64</sup> Idem

<sup>65</sup> DIEGUES, 1980. Citado em “A empresa açucareira no período colonial”, por Sylvia Márcia Paes. Pesquisadora da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, Museu Campos dos Goytacazes.

verdade, as cidades mais importantes se comunicavam diretamente com a metrópole, tendo pouca relação entre si. Uma espécie de arquipélago cultural.<sup>66</sup>

Observa-se que faz sentido a imagem, através da qual a Inglaterra enxergava a Colônia-Brasil – um conjunto de ilhas – pois nada era mais verdade que a existência de várias cidades-portos, distantes umas das outras, dependentes dos engenhos e quintas.<sup>67</sup>

Assim, o município brasileiro permaneceu, durante todo o período colonial, em estágio primitivo, rural e ineficiente como unidade de governo local. Os poucos centros urbanos existentes na época serviam, em geral, de sede para as administrações provinciais.

#### - Vila da Rainha

A primeira das iniciativas de povoamento da capitania de São Tomé, no entanto, é atribuída a Pero de Góis, seu donatário, que apesar dos pouquíssimos recursos, conseguiu fundar, em 1538, uma pequena povoação às margens do rio Itabapoana. Denominou-a Vila da Rainha, e implantou o primeiro engenho de açúcar da região, com mudas de cana trazidas da Capitania de São Vicente.

Não passava, inicialmente, de um ancoradouro com trapiche, algumas casas e uma capelinha em homenagem à Santa Catarina. Catarina era também a esposa austríaca de D.João III. No entanto, quando Pero de Góis voltou de Portugal, em 1542, onde estivera em busca de novos recursos, encontrou a vila abandonada pelos colonos e completamente destruída pelos nativos. Não desanimando, conseguiu 60 escravos, um oficial de engenho e vários colonos, e tentou reorganizar a vila. Desta vez, uma represália sangrenta dos índios, indignados pelo assassinato de um chefe de tribo e aprisionamento de outros tantos gentios por um aventureiro vindo da capitania do Espírito Santo, botou tudo a perder. As plantações foram incendiadas, os colonos massacrados e o próprio donatário ferido.

Em 1546, Pero de Góis acabou abandonando o empreendimento. Não é possível confirmar a localização precisa da Vila da Rainha com os dados existentes que, segundo citações, teria existido entre os rios Paraíba do Sul e Itabapoana.



Enseada do Retiro, São Francisco do Itabapoana, 2003



Ponta do Retiro, São Francisco do Itabapoana, 2003

<sup>66</sup> HARGUINDEGUY, Eduardo. A Evolução da Arquitetura Civil no Brasil – FAU/UFRJ, 1997.

<sup>67</sup> PAES, Sylvia Márcia. Op.Cit.

## - Atafona

Dada como a mais antiga povoação da planície campista, que ainda permanece, o povoado de Atafona foi implantado à direita da foz do rio Paraíba do Sul, em 1622. Pescadores de Cabo Frio liderados por Lourenço do Espírito Santo ali se estabeleceram junto ao local onde atualmente se localiza a Igreja de Nossa Senhora da Penha. Contam que a mulher daquele pescador se afogou no pontal, o que motivou sua mudança para o interior fazendo nova residência onde edificou ao lado uma capela de barro e madeira em louvor a São João Batista.

Um fenômeno da natureza, no entanto, teria alterado drasticamente a paisagem litorânea da região. É o que relata Lamego:

*"A misteriosa origem das restingas desvendou-se-nos com um fenômeno maremático, ocorrido em Gargaú, em 1926, que salteando a pequena vila de improviso, privou-a de sua praia. Ao soprar de uma violenta suestada foram os vagalhões trazendo as massas silicosas. E do Pontal da Convivência – na foz do Paraíba – veio estirando-se para o norte uma lingüeta de areia, de cem metros de largo por dois de alto, paralela à costa primitiva. De permeio, afundou-se uma laguna idêntica em largura, retilínea por quatro quilômetros de extensão. Quer isto dizer que o oceano recuou duzentos metros no curto espaço de semanas! E a lagoa rasa, entulhando-se aos poucos pela ação dos alísios sobre a duna móvel, é uma futura restinga".*

Diz o geógrafo e historiador que outras evidências haviam, naquele momento – 30 anos depois – a respeito do fenômeno, que foi o "solevamento contínuo do platô continental de São Tomé". As primitivas casas de praia de Gruçaí, a quase 1km do mar; o farolete de Atafona, a 200m dele, por exemplo.

Ao longo dos anos seguintes a população ocupou aquela área de recuo. Hoje o mar está retornando e ameaçando o Pontal. As casas e até prédios de alguns andares estão virando escombros sob as força do mar e do vento constantes.

## - São João da Barra

A povoação de São João da Paraíba do Sul foi erguida pelos bandeirantes, como "pouso de tropas", à margem direita do rio Paraíba do Sul, numa das diversas expedições que fizeram à região, após terem rechaçado os goitacás que haviam voltado a dominar a área depois que Pero de Góis desistira de colonizar suas terras e as abandonara. Já havia no local pescadores e uma capela em homenagem à São João Batista.

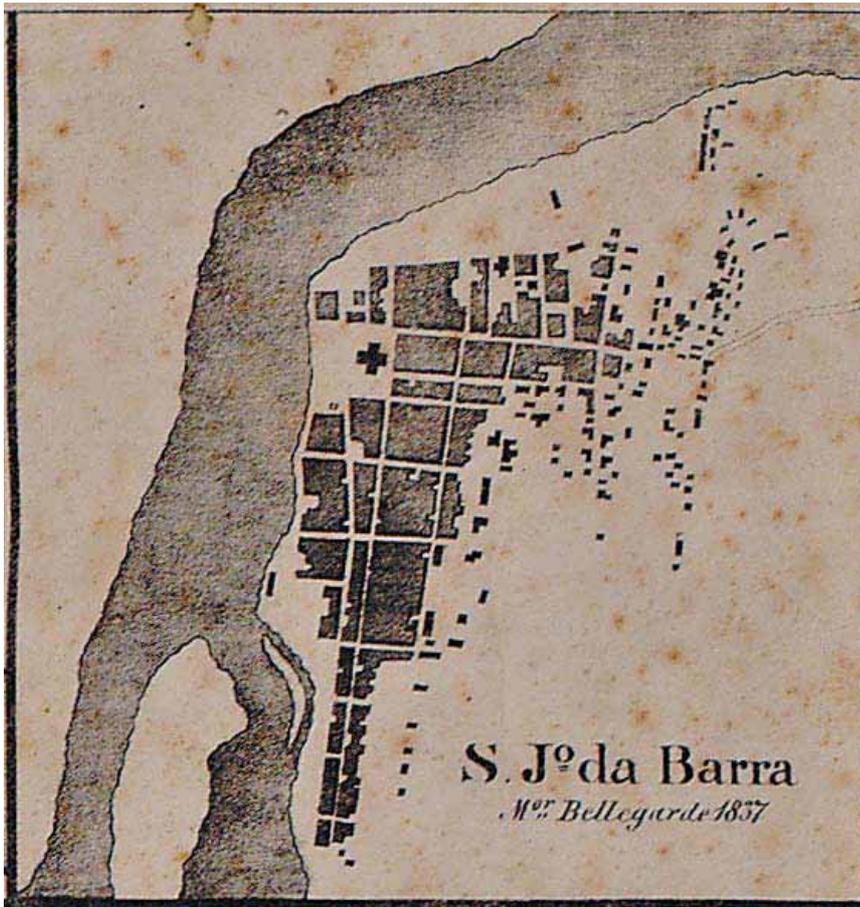


Ruínas do Pontal em Atafona, São João da Barra, 2003



Vista aérea da Ilha da Convivência na foz do Paraíba do Sul, São João da Barra  
Fonte: Acervo INEPAC

A riqueza do seu solo atraía colonos, principalmente portugueses, e em 1644, conquistou a categoria de Freguesia. Há divergências sobre a data de sua elevação à Vila – uns falam em 1671 e outros em 1674, primeiramente, com o nome de São João da Praia. Em 1753, a Vila foi anexada à Capitania do Espírito Santo e só foi reintegrada a já então Província do Rio de Janeiro em 1832. Transformou-se em cidade em junho de 1850 com a denominação de São João da Barra.



Planta do centro de São João da Barra, sem escala, 1837

Fonte: Bellegarde, Acervo Biblioteca Nacional

Predominou aí a criação bovina até o início do século XIX, quando a cana-de-açúcar assumiu o papel preponderante. Sua produção, no entanto, se manteve inferior à de Campos e Macaé, tendo sido seu papel preponderante o de servir de porto para toda a Região.

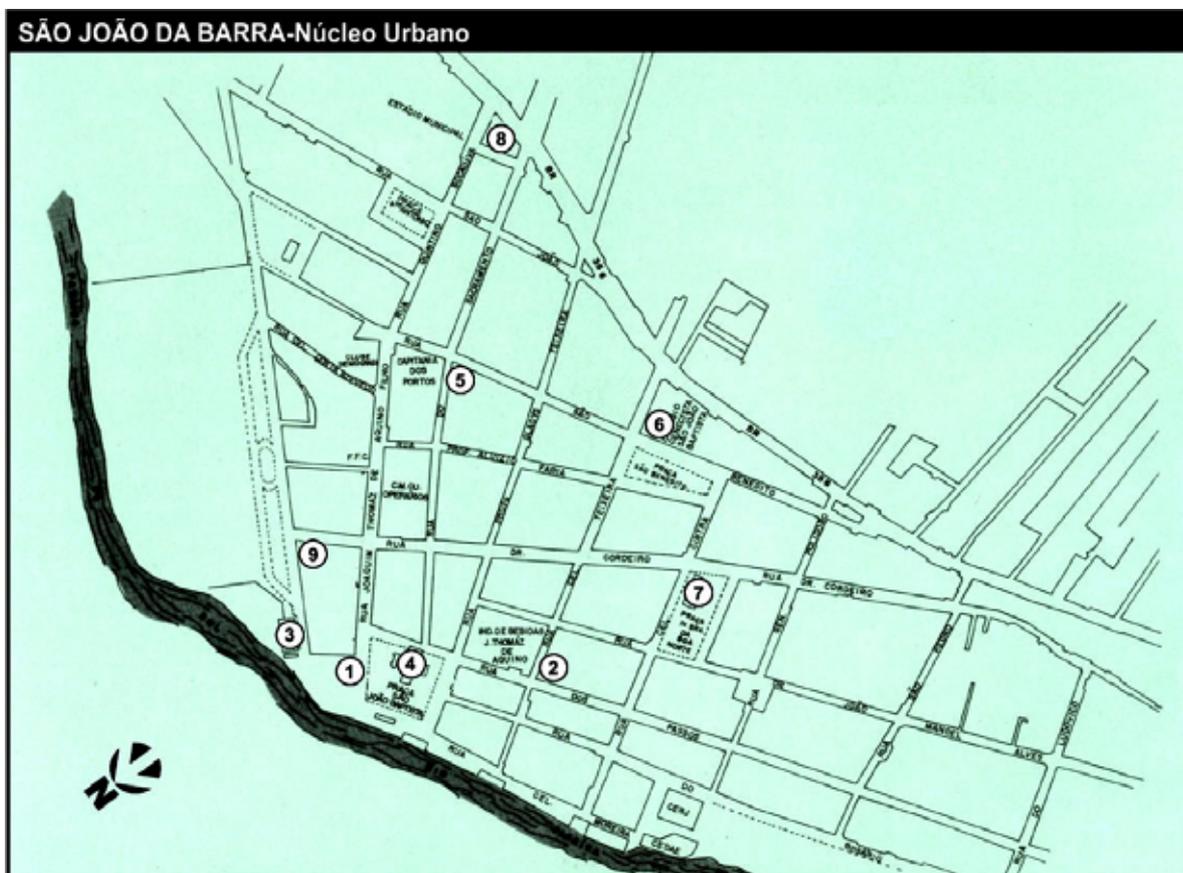
O ramal ferroviário ligando a cidade de São João da Barra a Campos dos Goitacazes foi inaugurado em 11 de abril de 1896. Este ramal da Estrada de Ferro Leopoldina Railway funcionou até 1961, quando foi extinto. Os registros históricos dão conta de ter sido este o primeiro porto importante do norte do Estado, por onde, até meados do século XIX, era escoada boa parte da produção de açúcar da capitania. Na época do Império, já estava saturado por causa do intenso movimento.

A cidade cresceu, mas o núcleo urbano ainda guarda, hoje, o mesmo traçado de meados do século XIX. Muitas construções são remanescentes desta época. Encontra-se limitada pelo rio Paraíba do Sul que, descendo em curva, circunda dois lados da cidade. Ao sul, a antiga estrada de ferro delimitava sua área urbana. Hoje, a BR-356 substituiu a ferrovia, mantendo a acessibilidade ao núcleo antigo e aos novos loteamentos, que indicam sua expansão. As ruas da cidade são largas e estão pavimentadas. Seus prédios são de dois e três pavimentos, predominando o uso residencial, seguido de comércio e serviços. Quatro praças, além da orla do rio, proporcionam lazer contemplativo à população.



Vista aérea de São João da Barra

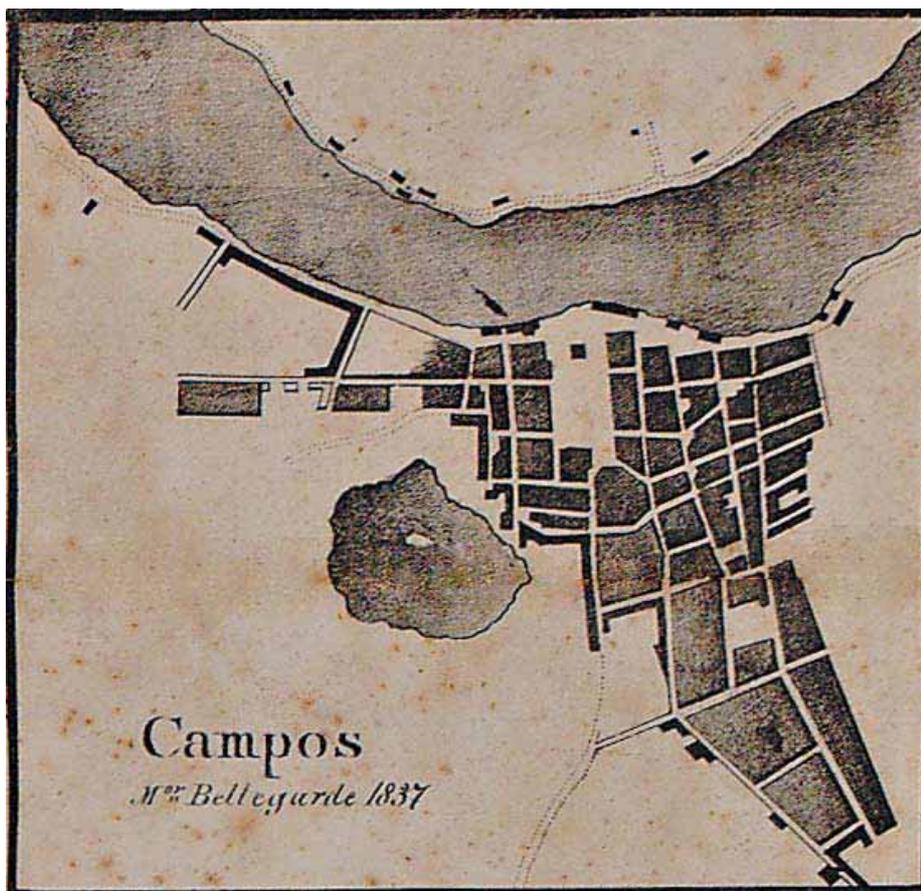
Fonte: www.sjb.rj.br



- |  |                               |
|--|-------------------------------|
| 1-Câmara e Cadeia SJB-CA-01                      | 7-Ig. da Boa Morte SJB-CA-07  |
| 2-Grupo Escolar Alberto Torres SJB-CA-02         | 8-Estação/Delegacia SJB-CA-08 |
| 3-Mercado/Centro de Cultura Narcisa A. SJB-CA-03 | 9-Solar B. Barcelos SJB-CA-09 |
| 4-Ig. São João Batista SJB-CA-04                 |                               |
| 5-Fórum SJB-CA-05                                |                               |
| 6-Ig. São Benedito SJB-CA-06                     |                               |

## - Campos dos Goytacazes

O povoado que florescia às margens do Paraíba do Sul se transformou em Vila de São Salvador de Campos por Ato datado de 2 de setembro de 1673. Por força do Decreto de 1º de junho de 1753, a Vila de São Salvador de Campos foi incorporada à capitania do Espírito Santo, retornando à província do Rio de Janeiro pela lei de 31 de agosto de 1832<sup>68</sup>. Em 1835, torna-se cidade com a denominação de Campos dos Goitacazes.



Planta do Centro de São João da Barra sem escala. 1837.  
Fonte: Bellegarde, Acervo Biblioteca Nacional.

Segundo Couto Reys, em 1785, a região dos Campos dos Goytacazes era formada por duas vilas, a saber: São Salvador e São João da Barra. Complementavam a estrutura administrativa as seguintes freguesias: Santo Antonio de Guarulhos, São Gonçalo, Nossa Senhora do Desterro do Capivari, Nossa Senhora das Neves (Glicério) e Santa Rita de Macahé. Em 1880, Campos abrangia 10 freguesias<sup>69</sup>.

A Freguesia de São Gonçalo detinha terras antes pertencentes à sesmaria dos jesuítas. É nesta localidade que estava concentrado o maior número de engenhos do município, destacando-se a Fazenda do Colégio, a Fazenda do Visconde, a Fazenda Velha e a Usina do Limão.

<sup>68</sup> CIDE, Coleção Perfis Municipais, 1990.

<sup>69</sup> LIMA, Lana Lage da Gama. Op.Cit.

A Freguesia de São Sebastião também se destinava à produção de açúcar. Já na Freguesia de Santo Antônio de Guarulhos, havia o cultivo de açúcar, mandioca e café, além da extração de madeira. Nesta localidade estavam situados os engenhos de Sapucaia, Santa Rosa, Sant'Anna, São José, Taipabas e Cargueja.

Nossa Senhora da Penha do Morro do Côco foi desmembrada de Guarulhos em 1861. Destacava-se por ser o lugar no município em que a pequena propriedade se encontrava mais difundida, produzindo café e gêneros de subsistência. Já na Freguesia de Santa Rita da Lagoa de Cima, havia a Fazenda do Cupim e diversas pequenas propriedades. São Benedito da Lagoa de Cima foi desmembrado de Santa Rita em 1868, consistindo em outra freguesia. Nossa Senhora das Dores do Macabu desmembrou-se de Santa Rita em 1857 e dedicou-se ao cultivo do açúcar, café e fumo.

A freguesia de Nossa Senhora da Natividade da Carangola foi desmembrada de Guarulhos em 1853, produzindo, predominantemente, o café. Bom Jesus de Itabapoana também teve como principal produto o café, desenvolvendo ainda a pecuária e a extração de madeira.

A freguesia de São Salvador, onde hoje está localizado a cidade de Campos, produzia, sobretudo, açúcar e aguardente. Nesta região, destacavam-se os Engenhos Centrais de Cupim, Queimados, Conceição e Figueira, além de grandes fazendas como a do Beco, Grande, Cacumanga e Santa Cruz.

A centralidade que Campos exerceu durante o ciclo do açúcar é claramente demonstrada pelas diversas intervenções de ordenamento territorial e embelezamento urbano de que a cidade foi objeto, a começar pelo plano feito pelo engenheiro francês Amélio Pralon – Plano de Enformoseamento – implementado a partir de 1840.<sup>70</sup>

Outro plano, desta vez, focando o saneamento, teve lugar em 1902, feito por Saturnino de Brito, separando as águas dos rios e córregos dos esgotos. Além desses, registre-se o desenvolvido no ano de 1944, por Coimbra Bueno, com a participação do arquiteto e urbanista francês Alfredo Agache. Nesta época, foi definido o alinhamento das ruas da cidade desenhado em plantas na escala de 1:1000.

É interessante notar que o Plano Pralon de Campos foi contemporâneo de outros planos urbanísticos que, naquele momento, tentavam dar uma organização a diversas cidades européias. O Rio de Janeiro, embora capital do Império, só viria a ter um similar em 1870. O Plano Pralon deu à cidade uma estrutura baseada em eixos diagonais que facilitaram sua expansão.

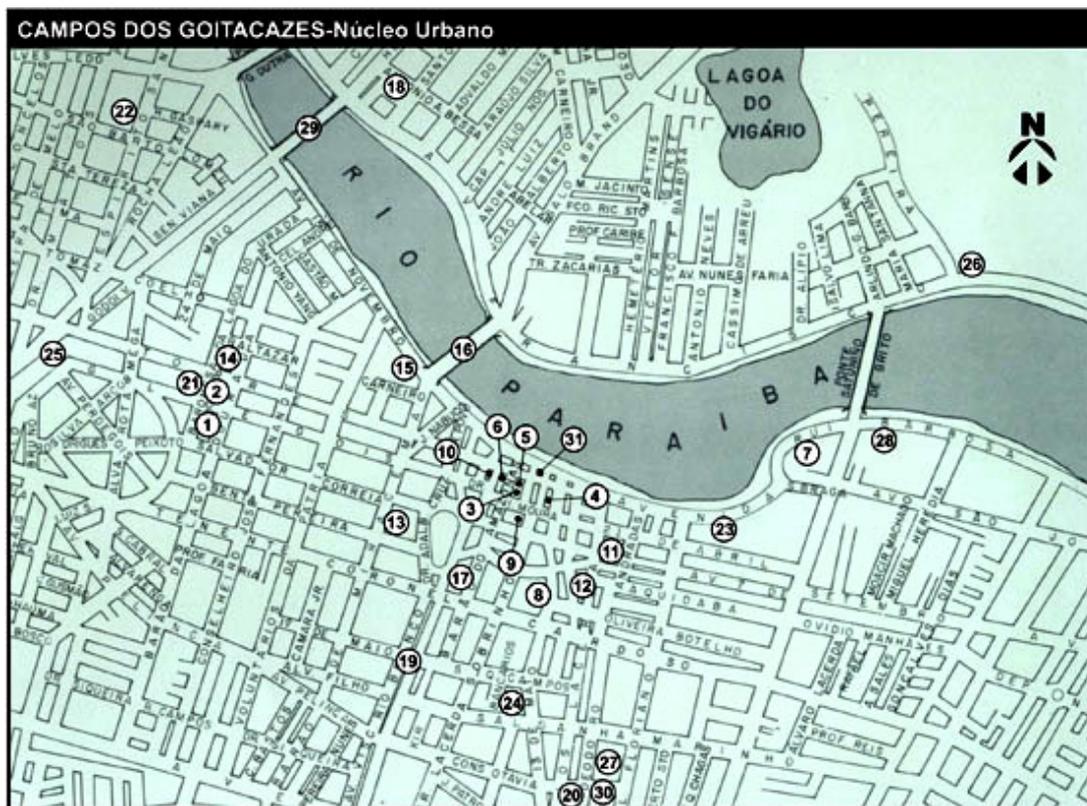
---

<sup>70</sup> PAES, Sylvia Márcia. Plano Pralon "Aformoseamento da cidade" – 1º Colóquio dos Institutos Históricos Municipais do Estado do Rio de Janeiro. Novembro de 2000.

O pioneirismo de Campos e seu papel de liderança se expressou, também, nos investimentos em infraestrutura, dentro do próprio tecido urbano da cidade – como luz elétrica, telefonia, bonde, pontes e obras de contenção no rio Paraíba do Sul -, e na sua conexão com áreas de cultivo mais afastadas, através de ligações viárias (canal, ferrovias e depois rodovias) para escoamento da produção e transporte de insumos, mão de obra e possibilidade de abastecimento em geral.

Esta primeira e substancial infraestrutura de Campos foi financiada pela aristocracia açucareira que, principalmente, ao longo do século XIX, até pela associação necessária com o capital comercial, passou a construir ali seus solares, primeiro temporários e depois local de residência permanente, já que sua presença física nos engenhos passa a ser dispensável. Este é o momento em que foram lançadas as bases capitalistas na produção do açúcar, e agricultura e indústria se separaram.

Assinale-se, também, que Campos foi a primeira cidade da América Latina a ter iluminação pública e a terceira cidade do mundo a ter luz elétrica. O imperador, em pessoa, esteve presente na inauguração.



- |  |   |  |  |
|--|---|--|--|
| 1-Liceu de Humanidades CPG-CA-01         | 9-Ig. São Salvador CPG-CA-18            | 17-Mercado Municipal CPG-CA-29           | 25-Est. Ferroviária Leopoldina CPG-CA-55 |
| 2-Coreto Praça B. do R. Branco CPG-CA-02 | 10-Ig. N. S. da Boa Morte CPG-CA-19     | 18-Ig. Santo Antônio do Quarus CPG-CA-17 | 26-Pesagro CPG-CA-56                     |
| 3-Museu de Campos CPG-CA-03              | 11-Ig. do Rosário CPG-CA-20             | 19-Canal Campos Macaé CPG-CA-34          | 27-Academia Campista CPG-CA-58           |
| 4-Lira de Apoio CPG-CA-04                | 12-Ig. do Terço CPG-CA-21               | 20-Casa de Adão P. Nunes CPG-CA-50       | 28-Patronato S. José (sem ficha)         |
| 5-Hotel Gaspar CPG-CA-05                 | 13-H. Beneficência Portuguesa CPG-CA-23 | 21-Palacete Vila Maria CPG-CA-51         | 29-Ponte Ferroviária CPG-CA-65           |
| 6-Hotel Amazonas CPG-CA-06               | 14-Fórum Nilo Peçanha CPG-CA-24         | 22-Caixa D'água CPG-CA-52                | 30-Ig. S. Benedito CPG-CA-63             |
| 7-Asilo da Lapa CPG-CA-12                | 15-Hotel Palace CPG-CA-25               | 23-Casa B. de muriaé CPG-CA-53           | 31-Chafariz Praça 4 Jornadas (sem ficha) |
| 8-Ig. N. Senhora do Carmo CPG-CA-14      | 16-Ponte Barcelos Martins CPG-CA-26     | 24-Ig. São Francisco CPG-CA-15           |  |

Entre as evidências do dinamismo cultural que a cidade apresentava a partir do ciclo do açúcar, estão a Livraria “O Livro Verde” – exibida pelos campistas de hoje como a mais antiga do Brasil -, o Liceu de Humanidades – que havia sido o Solar do Barão da Lagoa Dourada - a Lira do Apolo, cinemas, teatros e bibliotecas.

Na cidade, a elite diferenciava-se do restante da população pela aparência de suas residências, os sobrados, construídos em áreas centrais. Antigos solares, antes em regiões rurais, mais tarde foram envolvidos pelo tecido urbano, como o Solar do Barão de Carapebus, antiga sede da Fazenda Grande do Beco, atual Asilo do Carmo; e o Solar do Barão da Lagoa Dourada, hoje o Liceu de Humanidades, ambos construídos na primeira metade do século XIX.

Hoje, a cidade de Campos ainda é um importante centro regional de comércio e serviços com ampla área de influência, porém desde a instalação da Petrobrás no município de Macaé vem perdendo a hegemonia.

#### - Quissamã

Em 1694, o capitão Luiz de Barcelos Machado (da linhagem familiar do Capitão Miguel Aires de Maldonado), construiu a primeira capela de N.S.do Desterro na fazenda - inicialmente dedicada a criação de gado -, localizada junto à sua sede, próxima à foz do rio Furado, o que dinamizou o povoamento do lugar. Não restam, porém, quaisquer vestígios das antigas construções.

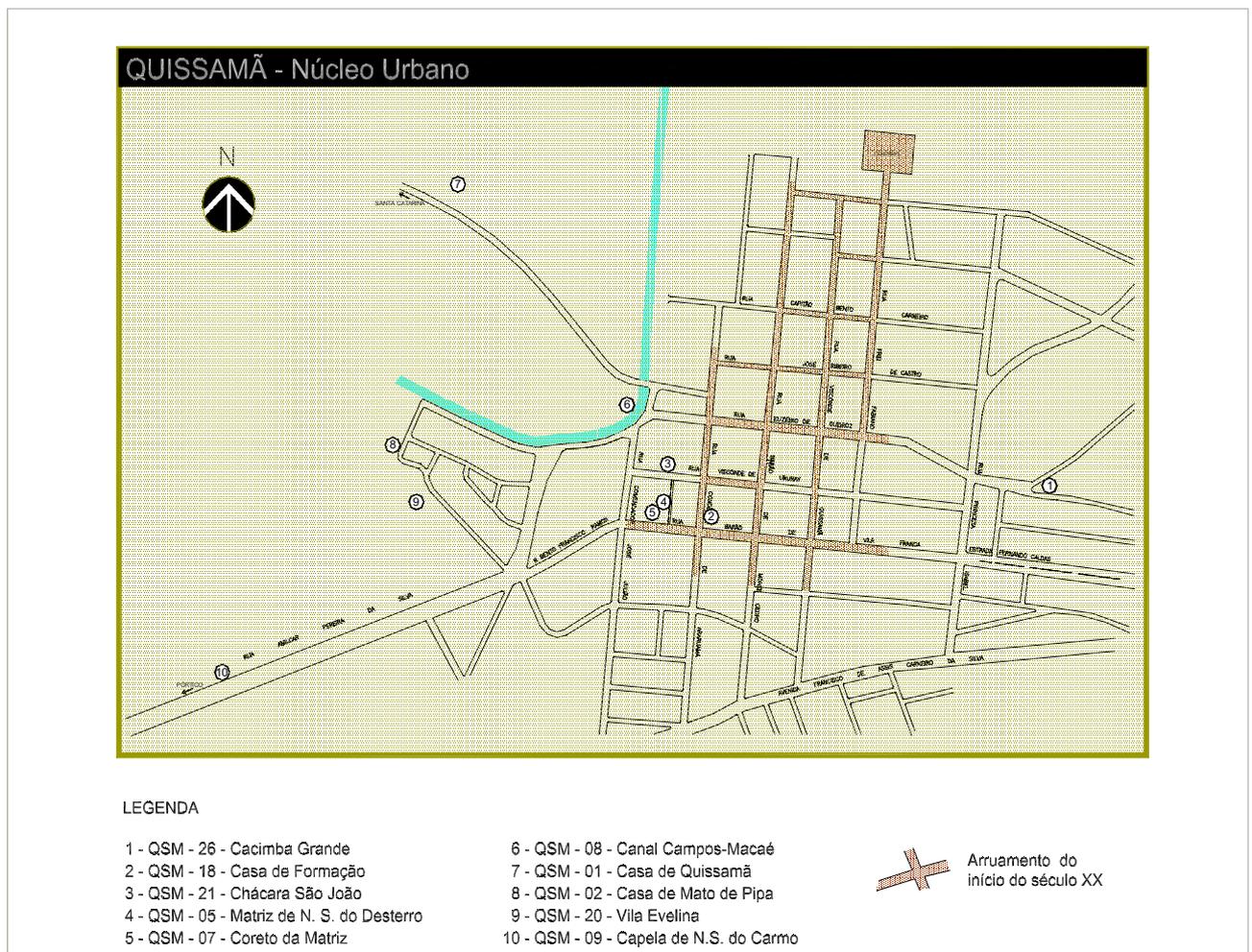
Também não se tem registro dos prédios edificadas em Capivari, junto à lagoa Feia, para onde a sede da Fazenda se mudou. Ali, uma outra capela substituindo a primeira, foi construída em 1732 e a casa-grande em 1749. Quanto à sede da Fazenda, nada se sabe a seu respeito, a não ser que era assobradada e que, precocemente, se arruinou, devido aos maus alicerces.

A sede da Fazenda de Capivari se transferiu para Quissamã – passando a freguesia em 1775, quando fica conhecida como Freguesia de N. S<sup>a</sup> do Desterro de Quissamã –, a capela da Fazenda Mato de Pipa (construída no final do século XVIII) serviu, provisoriamente, de igreja-matriz, enquanto estava sendo edificada uma nova, a mando do Brigadeiro José Caetano de Barcelos Coutinho, que acabou sendo terminada por seu sobrinho, o 1º Visconde de Araruama, em 1815.

A Freguesia de N.S. do Desterro de Quissamã estava ligada à Vila de Campos dos Goitacazes e em 1813 passou a incorporar a Vila de Macaé quando esta foi criada. Pertenceu ao município de Macaé até 1989 quando o distrito de Quissamã foi emancipado.

A área que hoje corresponde ao município de Quissamã se destacou,

pela concentração significativa de fazendas, engenhos e lavouras de cana-de-açúcar, o que pode ser avaliado pelo fato de ter dado origem ao 1º Engenho Central da América do Sul, em 1877, e pelas suntuosas residências desta época. Com a crise do setor estabelecida a partir de 1929 a cidade passa por um longo período de estagnação econômica, interrompida pela atividade de extração mineral. Hoje são os royalties do petróleo extraído da Bacia de Campos sua principal receita.



## - Macaé

Por ordem de Felipe II de Espanha, que substituiu Dom Henrique, de Portugal, quando da instauração da União Ibérica (1580/1640), foi erguido o povoamento de Macahé, a partir de 1615, em frente à ilha de Santana, pelo governador geral Gaspar de Souza. O objetivo primordial era a defesa contra aventureiros franceses que, baseados nas ilhas de Santana, com frequência roubavam as embarcações e as mercadorias transportadas, através da Estrada Litorânea, para o Rio de Janeiro.

Ao que parece, a povoação começou com um aldeamento de índios

(entre 100 e 200 nativos), chefiados pelo filho de Ararigbóia, Amador Bueno. A colonização oficial, no entanto, foi empreendida em 1634 pelos jesuítas, em cuja sesmaria foram construídos dois núcleos de povoamento. Aquela que mais tarde se chamou Fazenda de Macaé ou Fazenda dos Jesuítas, foi construída na base do morro de Santana, entre este e o rio, reunindo um engenho de açúcar, com lavoura de cana e mandioca, um colégio e a capela.

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, Macaé passou por um período de estagnação, mas a redistribuição das terras dos inacianos logo incentivou a vinda de colonos de outras regiões, surgindo novas fazendas, engenhos e povoados. Formou-se uma burguesia ligada ao tráfico negreiro e à exportação de madeira e açúcar. O maior desenvolvimento da localidade, porém, aconteceu no início do século XIX, dada à intensa atividade do porto de Imbetiba.

Em 1813, D.João VI aceitou o pedido de transformação do Arraial em Vila, com o nome de Vila de São João de Macahé (apesar de ser Santana a santa de devoção da localidade, havia que se homenagear o Príncipe Regente), com freguesias desmembrados de Campos e Cabo Frio. Macabu e Quissamã estavam entre eles, antes de se tornarem independentes. A criação da vila, no entanto, só foi possível porque os próprios macaenses se comprometeram a construir as instalações para os órgãos públicos, como Casa de Câmara e Audiência, cadeia, pelourinho, etc.

Em 1814, o desembargador ouvidor Geral da Corte do Rio de Janeiro veio dar a posse à primeira Câmara Municipal da Vila. A elevação da Vila à categoria de Cidade se deu no auge do ciclo da cana, no ano de 1846, e demandou, como era requisito na época, que fosse feita uma série de melhoramentos na área urbana.

Nesse sentido, foi concebido o plano de autoria do engenheiro Henrique Luiz de Niemeyer Belegarde, demarcando a área urbana e planejando praças e ruas, para evitar que fossem tortas e irregulares.

Com entrada em operação do Canal Macaé-Campos, em 1872, ligando o rio Paraíba do Sul ao rio Macaé, o porto de Imbetiba ganhou grande importância, na mesma medida em que a ia perdendo o porto de São João da Barra, saturado pelo intenso movimento, nesse período do Brasil Imperial. Chegou a ser o sexto em volume de exportação<sup>71</sup>, e um movimento da sociedade macaense terminou por conseguir que o 1º Governo da República aí instalasse uma Alfândega (1896). O porto de Imbetiba foi também o predileto no desembarque de escravos africanos para o norte da região e para Minas Gerais.

Em 1875, foi inaugurada a ferrovia Campos-Macaé (ramal Barão de Mauá. Quase imediatamente reduziu-se a navegação no Canal. No porto de

---

<sup>71</sup> VARGAS, Silvana Cristina Bandoli. Op Cit.

Imbetiba, no entanto, a movimentação continuou grande, até a implantação do trecho ferroviário entre Macaé e Rio Bonito (prolongamento do ramal de Cantagalo), pela Leopoldina Railways, em 1888. Como esta última localidade já estava ligada à Niterói, a conexão entre o norte fluminense e a capital do Império estava feita.

Apesar de Macaé ter sua tradição econômica identificada com a economia açucareira, esta foi superada pelo café, nas transações comerciais da segunda metade do século XIX. A influência política dos barões do açúcar, no entanto, garantia a importância maior dada àquela atividade. A cana de açúcar era produzida em grandes propriedades escravistas, concentradas na Freguesia de Quissamã – que, na época fazia parte de Macaé – enquanto o café era cultivado em pequenas propriedades que utilizam, sobretudo, a mão-de-obra familiar.

A descoberta de petróleo e gás natural no início dos anos 70 e a instalação das bases operacionais da Petrobrás na cidade, dinamizou o crescimento do setor de serviços e aumentou significativamente o crescimento populacional, fazendo com que Macaé hoje compartilhe com o município de Campos o papel de pólo regional.



## - Carapebus

A freguesia, fundada em 1842, se emancipou de Macaé em 1995.

- **Arquitetura do açúcar**

- **Algumas particularidades regionais**

As condições climáticas e geográficas da região norte-fluminense, favorecidas pela planície constantemente enriquecida pelo rio Paraíba do Sul, fecundando a baixada campista de húmus e aluvião, eram perfeitas para a cana: o massapê, de cor cinzento-negra, o mais rico em matéria orgânica e decomposição de cretáceos. Tal era a fertilidade deste solo, que foi impossível aos primeiros colonizadores obedecer à distância mínima obrigatória entre os bangüês, por isso mais concentrados espacialmente nesta região do que em outras áreas de produção açucareira.

A euforia do açúcar chegou a acarretar, em 1793, uma grande escassez de alimentos em toda a capitania do Rio de Janeiro, cuja demanda crescia velozmente com o aumento da população. Na verdade, os sintomas desse desabastecimento só desapareceriam por volta de segunda ou terceira década do século XIX, quando os engenhos entraram em fase de mecanização e liberaram mão-de-obra para o cultivo de alimentos entre as safras.

Os mais primitivos engenhos na região, movidos por tração animal ou humana, eram destinados à fabricação da cachaça, mas produziam também o açúcar e a rapadura, usando um processo de moagem da cana.

O emprego da energia a vapor na região data de 1827<sup>72</sup>, e teve lugar no Engenho de Barra Seca, em São João da Barra.

No final do século XIX, muitas usinas, já utilizassem a energia a vapor e não dispensavam a proximidade aos rios, cujas águas utilizavam para alimentar os geradores. É o caso das usinas Barcelos, e São João. Outras se valeram, para tal, de poços e nascentes encontradas na vizinhança das fábricas, a exemplo da Usina Santo Antônio em Campos.

Quanto ao combustível, até o século XIX, foi basicamente a lenha. Na Baixada Campista a lenha utilizada nas fornalhas vinha de São Fidélis, pelo rio Paraíba do Sul. Igualmente, vinha a madeira da região de Itaperuna, trazida pelo rio Muriaé.

Só a partir de 1827, simultaneamente à introdução da energia a vapor é que os engenhos passaram a usar o bagaço de cana como combustível, já conhecido antes, mas tido como ineficaz por “produzir fogo fraco”. Assim, mesmo, esse combustível conviveu durante muito tempo com a lenha.

As transformações sociais e econômicas que tiveram como cenário a vinda da Corte Portuguesa, em 1808, para o Rio de Janeiro convertido em capital do Império com o final da Monarquia, em 1822, resultaram também no

---

<sup>72</sup> OSCAR, João. Op. Cit.

aperfeiçoamento dos instrumentos de produção: moendas de madeira de vida útil bem curta e razão do desperdício de grande quantidade de caldo de cana, que foram então substituídas por moendas de ferro. Tais aperfeiçoamentos se aceleraram a partir da introdução da energia a vapor na região. As próprias máquinas a vapor começaram a ser construídas em Campos.

Quanto à moradia, as casas dos primeiros engenhos da região não eram mais que as antigas casas dos bangüês, melhoradas. Com o desenvolvimento da empresa açucareira, a partir de meados do século XVIII, os solares da região, que polarizavam todas as atividades do engenho, a começar pela vida social, foram se aprimorando, mais em conforto do que em luxo.

Os critérios de implantação das casas-grandes era o mesmo que vigorava nas demais áreas açucareiras do Brasil. Ocupavam sempre que possível os lugares mais altos – só superadas, conforme o caso, pelas capelas. Eram construídas em material nobre, ao contrário das senzalas, por isso edificações bem mais percíveis, que ocupavam as terras mais baixas.

A partir do século XIX, o capital açucareiro já estando entrelaçado com o capital comercial, a aristocracia rural fluminense passou a construir, no centro urbano de Campos, solares, de início para residência temporária, depois como residência permanente dos senhores de engenho e suas famílias, já que pelas novas relações de produção estabelecidas, não precisam mais estar ao lado de suas fábricas embora nos engenhos que se transformaram em usinas, muitas dessas casas grandes tenham sido mantidas.

Em Quissamã, até as últimas décadas do século XIX, tais casas faziam parte do programa de engenho que incluía fábrica, senzalas, capela, etc, como se observa a seguir:<sup>73</sup>

<b>Engenhos</b>	<b>Casas de Fazenda</b>
Machadinha (1750/89)	Machadinha (1867)
Quissamã (1795/1805)	Quissamã (1826)
Melo (1835)	Melo (1833)
Mandiquera (1847)	Mandiquera (1875)
São Miguel (1858)	São Miguel (1858 – demolida)
Monte Cedro (1863)	Monte Cedro (1863 - demolida)
Sta Francisca (1865)	Sta Francisca (1852)

<sup>73</sup> CALVENTE, Eurico. Arquitetura e Tradição Familiar: um encontro das transformações de Plantas de Fazendas construídas no século XIX em Quissamã. 2001.

Com a implantação do Engenho Central de Quissamã, em 1877 - o primeiro no gênero em todo o Brasil que reúne numa grande empresa açucareira as mais importantes unidades produtivas da região - as casas e os solares, construídos nos anos que se seguem, não contam mais com as fábricas. Seus programas prevêm apenas residência principal e alojamento dos empregados domésticos.

Exemplificam esta tipologia: Boa Esperança (1878), São José (1880), São Manuel e Sta Raquel (1886), Palmeiras (1886), Floresta (1893), Prosperidade (1908), Morro do Pilar (1905), Glória (1908), São Miguel e Trindade (1909), São Domingos (1920), São Miguel (reforma - 1924).

#### - **Bens remanescentes**

Para realizar o inventário dos bens imóveis na área de estudo identificada com a cultura açucareira, foram percorridas as estradas que cortam a região buscando aqueles que já possuíam registro histórico, e ao mesmo tempo seguindo as pistas deixadas pelas palmeiras imperiais.

As estradas de ferro também foram utilizadas para orientar o levantamento de campo, já que foram esses caminhos juntamente com o canal Campos-Macaé que estruturaram o espaço e estabeleceram os fluxos relativos ao desenvolvimento da atividade açucareira.

O quadro sinóptico, a seguir, engloba o universo inventariado e está acompanhado de duas versões de mapas índice, onde foram utilizadas bases com diferentes representações gráficas, de forma a facilitar a visualização das informações levantadas, ambas localizando os imóveis identificados fora da área urbana.

Para localização dos bens de interesse nos centros históricos dos municípios selecionados, foram elaboradas plantas, em escala maior, incluídas no item anterior denominado *Núcleos Urbanos*. As fichas de todos os imóveis inventariados estão separadas por município e constam de um segundo volume.

# QUADRO SINÓPTICO DOS BENS INVENTARIADOS

## CAMINHOS DO AÇÚCAR

Município/ Código ficha de inventário	Denominação do Bem Imóvel	Fotos atuais	Fotos antigas	Desenhos e plantas	Mapas
<b>Campos dos Goitacazes</b>					
CPG-CA-001	Solar do Barão da Lagoa Dourada, Liceu de Humanidades	13	2	-	-
CPG-CA-002	Coreto da Praça Barão do Rio Branco	4	-	-	
CPG-CA-003	Solar do Visconde de Araruama Museu Histórico de Campos	4			
CPG-CA-004	Lira do Apolo		1		
CPG-CA-005	Hotel Gaspar	4	1		
CPG-CA-006	Casa do Barão de Piratininga / Hotel Amazonas	8	2		
CPG-CA-007	Solar do Airizes	12	6		
CPG-CA-008	Capela de Nossa Senhora do Rosário do Antigo Engenho do Visconde, de Donana	9	4		
CPG-CA-009	Casa e Capela do Engenho do Colégio Arquivo público Municipal	19	16		
CPG-CA-010	Casa do Engenho Santo Antônio Asilo de N. S. do Carmo	14	2		
CPG-CA-011	Solar da Baronesa de Muriaé Academia. Brasileira de Letras	10	8		
CPG-CA-012	Convento da Lapa/Asilo da Lapa	18			
CPG-CA-013	Mosteiro de São Bento	8			
CPG-CA-014	Igreja de Nossa Senhora do Carmo	14			
CPG-CA-015	Igreja de São Francisco de Assis	6	2		
CPG-CA-016	Igreja de São Gonçalo de Goitacazes	8			
CPG-CA-017	Igreja de Santo Antônio de Guarus	5	1		
CPG-CA-018	Igreja de São Salvador / Catedral / Basílica Menor	6	2		
CPG-CA-019	Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte	6			
CPG-CA-020	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	2			
CPG-CA-021	Igreja do Terço	9	1		
CPG-CA-022	Fazenda Passarinho	4			
CPG-CA-023	Hospital da Beneficência Portuguesa	5			
CPG-CA-024	Fórum Nilo Peçanha	4			
CPG-CA-025	Academia Campista de Letras	2	1		
CPG-CA-026	Ponte Barcelos Martins	4			
CPG-CA-027	Ruínas da Igreja da Fazenda Velha	1	1		
CPG-CA-028	Fazenda Guriri	10			
CPG-CA-029	Mercado Municipal	8			
CPG-CA-030	Fazenda Barra do Sul	4			
CPG-CA-031	Chafariz de louça	3			
CPG-CA-032	Ruínas da fazenda Boa Vista	2			
CPG-CA-033	Igreja de São Benedito	6			
CPG-CA-034	Capela de N.S. do Rosário	3			
CPG-CA-035	Usina Cambaíba	10			
CPG-CA-036	Usina Cupim	5			
CPG-CA-037	Usina Mineiros	5			
CPG-CA-038	Núcleo Urbano de Dores de Macabú	13			
CPG-CA-039	Capela de São Benedito	1			
CPG-CA-040	Capela de São Benedito	2			
CPG-CA-041	Usina Poço Gordo	14			
CPG-CA-042	Usina Queimado	5	2		
CPG-CA-043	Igreja de Santo Amaro	7	1		
CPG-CA-044	Usina Santa Cruz	5			
CPG-CA-045	Usina Santo Amaro	1			
CPG-CA-046	Usina Santo Antônio	7	1		
CPG-CA-047	Usina São João	12			
CPG-CA-048	Usina São José	15			
CPG-CA-049	Usina Sapucaia	3			
CPG-CA-050	Casa de Adão Pereira Nunes	4			
CPG-CA-051	Palacete Vila Maria	4			
CPG-CA-052	Prédio da Caixa D'água	1			
CPG-CA-053	Casa do Barão de Muriaé / Corpo de Bombeiros	2			
CPG-CA-054	Ponte Ferroviária	1			
CPG-CA-055	Estação Ferroviária Leopoldina/Escola Pró-Uni	6			
CPG-CA-056	Estação Experimental – Pesagro	4			
CPG-CA-057	Farol de São Tomé	4			
CPG-CA-058	Igreja de São Benedito	3			
CPG-CA-059	Livraria "O Livro Verde"	3			
CPG-CA-060	Fundação Municipal da Infância e Juventude	3			
CPG-CA-061	Serraria São Benedito, Loja de móveis	10			

Município/ Código ficha de inventário	Denominação do Bem Imóvel	Fotos Atuais	Fotos antigas	Desenhos e plantas	Mapas
CPG-CA-062	Igreja de São Sebastião	8			
CPG-CA-063	Centro Histórico				
<b>Carapebus</b>					
CRB-CA-001	Usina de Carapebus	5			
<b>Cardoso Moreira</b>					
CDM-CA-001	Usina Santana	9			
CDM-CA-002	Usina Outeiro	17			
<b>Quissamã</b>					
QSM-CA-01	Casa de Quissamã	8			
QSM-CA-02	Casa de Mato de Pipa	11			
QSM-CA-03	Fazenda da Machadinha / Solar da Machadinha	8			
QSM-CA-04	Sede Fazenda Mandiquera	8			
QSM-CA-05	Paróquia Nossa Senhora do Desterro	15			
QSM-CA-06	Cia. Engenho Central de Quissamã	16			
QSM-CA-07	Coreto da Matriz	3			
QSM-CA-08	Canal Campos-Macaé	10			
QSM-CA-09	Capela Nossa Senhora do Carmo	1			
QSM-CA-10	Sede da Fazenda Capivari	11			
QSM-CA-11	Sede da Fazenda Santa Francisca Residência Barão de Vila Franca	14			
QSM-CA-12	Sede da Fazenda São Manoel	6			
QSM-CA-13	Sede da Fazenda das Palmeiras	1	2		
QSM-CA-14	Sede da Fazenda Prosperidade	5			
QSM-CA-15	Sede da Fazenda Trindade	2	1		
QSM-CA-16	Sede da Fazenda São Miguel	8			
QSM-CA-17	Sede da Fazenda São Domingos	1			
QSM-CA-18	Casa de Formação/ Convento/Prefeitura	5			
QSM-CA-19	Sede da Fazenda Floresta	14			
QSM-CA-20	Vila Evelina	5			
QSM-CA-21	Chácara São João	1			
QSM-CA-22	Barra do Furado	9			
QSM-CA-23	Sede da Fazenda Morro do Pilar Escritório Do Engenho Central	1			
QSM-CA-24	Sede da Fazenda Santa Raquel	1	1		
QSM-CA-25	Sede da Fazenda São José	1			
QSM-CA-26	Cacimba Grande	2			
QSM-CA-27	Sede de Fazenda do Melo	7			
QSM-CA-28	Localidade de Conde de Araruama	6			
QSM-CA-29	Sede da Fazenda da Glória	2			
<b>Macaé</b>					
MAC-CA-01	Hotel Imbetiba	1	1		
MAC-CA-02	Palácio dos Urubus	3			
MAC-CA-03	Forte Marechal Hermes	7			
MAC-CA-04	Igreja de Santana	18	1		
MAC-CA-05	Farolito	1			
MAC-CA-06	Câmara Municipal	2			
MAC-CA-07	Igreja de São João Batista	8			
MAC-CA-08	Teatro Santa Isabel	1			
MAC-CA-09	Casa de Caridade Macaé/ Hospital S.João Batista	1			
MAC-CA-10	Solar de Monte Elíseo	22			
MAC-CA-11	Colégio Matias Neto	2			
MAC-CA-12	Praça Verissimo de Melo	3			
MAC-CA-13	Sociedade Musical Nova Aurora	2			
MAC-CA-14	Solar do Melo / Casa Vermelha	1			
MAC-CA-15	Lira dos Conspiradores	8			
MAC-CA-16	Centro Histórico de Macaé	10			
<b>São João da Barra</b>					
SJB-CA-01	Casa de Câmara e Cadeia	11	2		
SJB-CA-02	Grupo Escolar Alberto Torres	3	1		
SJB-CA-03	Igreja de São João Batista	11	2		
SJB-CA-04	Igreja de N. S. da Boa Morte	2	1		
SJB-CA-05	Igreja de São Benedito	3			
SJB-CA-06	Casa do Barão de Barcelos	3	1		
SJB-CA-07	Mercado/Centro Cultural	6	3		
SJB-CA-08	Fórum	3	2		
SJB-CA-09	Foz do Rio Paraíba do Sul, Manguezal Ilha da Convivência e outras	6	6		
SJB-CA-10	Usina Barcelos	2	1		
SJB-CA-11	Atafona	6			
SJB-CA-12	Núcleo Urbano de São João da Barra	8			
<b>TOTAL</b>	<b>122</b>	<b>793</b>	<b>79</b>	<b>20</b>	<b>8</b>

## MAPA ÍNDICE

## MAPA ÍNDICE

- **Os caminhos**

Um dos maiores entraves ao desenvolvimento da empresa açucareira no norte-fluminense foi o escoamento da produção. A geografia da região, com seus terrenos alagadiços, além das condições de insalubridade e os mais que eventuais ataques dos indígenas, piratas e aventureiros. Tudo isso dificultou muitíssimo o transporte do açúcar cultivado na região de Campos e Quissamã, para o porto do Rio de Janeiro.

Paradoxal é que as condições que serviram para criar o solo extremamente fértil da região – o alagamento, nas enchentes, dos rios e córregos – tenham se colocado como obstáculo para a acessibilidade.

Este foi o grande desafio que o homem da baixada teve que vencer. A árdua tarefa de ligar estas terras ao mundo, e criando condições para o transporte de lenha, de cana e de seus produtos.

Superando as dificuldades o homem do Norte Fluminense estruturou a ocupação e o desenvolvimento de suas terras através da abertura dos **Caminhos do Açúcar**.

- **Primeiros caminhos**

Os primeiros caminhos utilizados foram o mar e os rios navegáveis, especialmente os rios Paraíba do Sul e Muriaé. Ao longo de seus cursos se estabeleceram os primeiros povoamentos da região com destaque para Campos e São João da Barra. Estas duas vilas tinham transporte constante pelo rio onde mercadoria e passageiros alcançavam o porto em São João da Barra.

Mas não era nada fácil levar o açúcar até o rio, o baixo nível de água da barra do Paraíba do Sul impedia a entrada de navios de grande porte. Dessa forma, a produção era *transportada* em pranchas e sumacas até o porto de São João da Barra, onde o açúcar era colocado em navios que seguiam para o porto de Macaé e, posteriormente, para o porto do Rio de Janeiro.

Nem mesmo as condições do porto de São João da Barra eram propícias. Relata Lamego: “A foz do Paraíba (...) não é francamente navegável. Seu fundo nunca excedeu a 13 palmos na preamar das marés extraordinárias, pois que geralmente nunca avança a mais de 6 a 7 pés de água. (...) Em meados do 17<sup>o</sup> século, no *tempo* do descobrimento, tinha esta barra apenas um friso de goberas, que o povo ia desentupindo em épocas de enchentes; porque a exportação primitiva era levada à Barra-Seca, e pela valeta à Barra do Açuzinho, em Iguaçu, onde em pequenos barcos, a tomavam de canoas que estacionavam por dentro da dita barra, nos alagados chamados Brejos de Dentro, e conduziam para fora o carregamento aos barcos que por eles esperavam 3 a 4 dias”.

O autor fala, também, de Barra do Furado, ao sul do cabo São Tomé, “intermitentemente aberta”, que seria uma alternativa, mas que apresentava problemas ainda maiores: “Esta não admite gênero algum de embarcação, por ser estreita e a costa direita solta e sem abrigo”.

Por terra o primeiro caminho *carroçável* que se teve conhecimento foi a estrada litorânea por onde o açúcar era transportado em carros-de-boi. O percurso mais utilizado, saindo da Vila de Campos, conduzia a São Tomé (este trecho coincide com a atual Estrada do Açúcar). Daí a mercadoria seguia pela Estrada Litorânea até Macaé onde era embarcada no porto de Imbetiba, principalmente em direção ao Rio de Janeiro. Segundo Lamego, “todo o açúcar de Campos, e daí toda a sua economia, todo o progresso e toda a sua cultura, viajaram sobre a mesa do carro de bois”.

Acima da Vila de Campos, as águas do *Paraíba* do Sul também transportavam a lenha retirada das reservas de São Fidélis, já que na Baixada Campista não havia florestas nativas e se necessitava desse “combustível” para os engenhos. Igualmente, vinha a madeira da região de Itaperuna, trazida pelo rio Muriaé.

Foram feitas, então, obras para melhorar a navegabilidade do rio Paraíba do Sul. O porto de São João da Barra aperfeiçoou-se na construção naval, introduzindo a navegação a vapor na segunda metade do século XIX. Em 1852, o primeiro vapor de rodas desce até São João da Barra e, mais tarde, essa navegação se estenderia a São Fidélis e pelo Muriaé até Cardoso Moreira.<sup>74</sup>

Apesar do grande incremento ocorrido nos estaleiros de São João da Barra, as dificuldades ainda eram muitas e conduziram à construção do Canal Macaé-Campos em 1844, inaugurado somente em 1861.

Idealizado pelo inglês John Henry Freese, tinha por objetivo ligar o rio Paraíba do Sul ao rio Macaé, atravessando a região das restingas e alagadiços, assim como utilizando parte do leito das lagoas de Jurubatiba, Carapebus, Paulista e Feia.

Na falta de máquinas sofisticadas sua construção dependeu, quase que exclusivamente, da mão-de-obra escrava. Considerada “faraônica” para a época, o canal de 109 km de extensão, levou 28 anos para ficar pronto, depois de diversas paralisações, por problemas técnicos e jurídicos. Começou a operar em 1872, com viagens regulares do vapor “Visconde”, que rebocava uma prancha com passageiros. A viagem levava quase dois dias. Além do preço pelo transporte dos passageiros, era cobrada uma taxa para o transporte de sacas de gêneros alimentícios.<sup>75</sup>

---

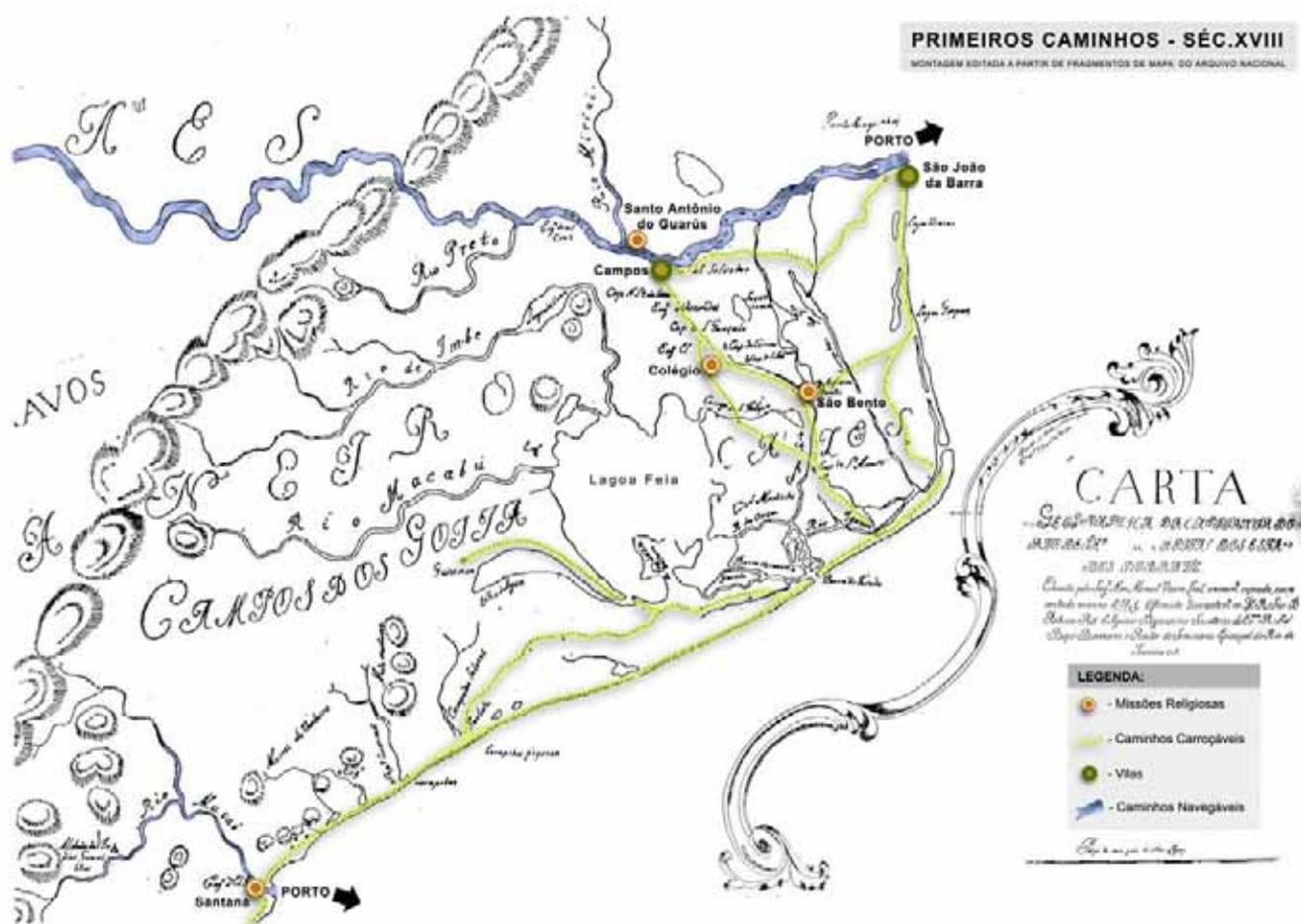
<sup>74</sup> BARROS, Clara Emília Monteiro de. Aldeamento de São Fidélis. RJ, Iphan, 1995.

<sup>75</sup> VARGAS, Silvana Cristina Bandoli. Op Cit.

Com a finalização desta obra, o escoamento da produção açucareira melhorou consideravelmente. A partir de então, o açúcar produzido na baixada campista chegava, através do canal, ao porto de Imbetiba, em Macaé, para desembarcar no Rio de Janeiro. Esse porto ganhou grande importância, na mesma medida em que a ia perdendo o porto de São João da Barra, saturado pelo intenso movimento, nesse período do Brasil Imperial. Chegou a ser o sexto em volume de exportação<sup>76</sup>, e um movimento da sociedade macaense terminou por conseguir que o 1º Governo da República aí instalasse uma Alfândega (1896).

O porto de Imbetiba foi também o predileto no desembarque de escravos africanos para o norte da região e para Minas Gerais.

Outros canais, de porte bem mais modesto, foram abertos na região. Foram iniciativas plenamente justificadas, já que se tratava de uma planície de lagoas. Entre eles, os canais da Onça, do Nogueira, do Jagoaroba, de Cacimbas. Somente este último continua ativo, se bem que parcialmente útil. Lamego atribui o fracasso dessas tentativas à inexistência, na época, de um Plano Geral de Enxaguamento, que os pensasse como uma rede e não isoladamente.



<sup>76</sup> LOBO JÚNIOR, Dácio Tavares (et al) – Macaé, Síntese Geo-histórica, 100 Artes Publicações / PMM. Rio de Janeiro, 1990.

## - Ferrovias

É preciso destacar a importância da implantação da rede ferroviária para a transformação e desenvolvimento da atividade agroindustrial açucareira. Foi a partir da rede criada que se estruturou toda a ocupação no século XIX.

Registre-se o movimentado entroncamento na cidade de Campos, imprimindo-lhe o caráter de núcleo central. A primeira iniciativa oficial, ramal Barão de Mauá foi dada ao tráfego pelo imperador, em 1875, ligando Campos a Macaé e grande foi o impacto que representou para a região. Quase imediatamente reduziu-se a navegação no Canal de mesmo nome, cuja vida útil foi, dessa maneira, bastante curta, passando a ter como única função a de sanear os brejos da região, infestada de mosquitos da febre palustre. Já havia sido implantado em 1871 o ramal Campos/Santo Amaro, acompanhando o traçado da Estrada do Açúcar e em 1873 por iniciativa particular a ligação entre Campos e São Gonçalo.

No porto de Imbetiba, a movimentação continuou grande, até que ele fosse atingido mortalmente pela implantação do trecho ferroviário entre Macaé e Rio Bonito (prolongamento do ramal de Cantagalo), pela Leopoldina Railways, em 1888. Como esta última localidade já estava ligada à Niterói, a conexão entre o norte fluminense e a capital do Império estava feita.

Em 1894/95, o ramal de Campista, com os trechos de Campos a São João da Barra e de São João da Barra a Atafona. Barcelos foi ligado a São José, em 1908 (ramal São José) e inaugurado o ramal Itabapoana (Campos – Itabapoana), entre 1910 e 1920.

Em 1902, a Alfândega foi extinta. O porto, incapaz de concorrer com a tecnologia e a eficiência do transporte ferroviário, acabou sendo comprado pela Leopoldina, que passou a ter o monopólio do transporte, e definiu, sem concorrência, o preço dos fretes.

O transporte ferroviário teve uma importância fundamental na estruturação espacial e no desenvolvimento da indústria do açúcar. No início do século XX, trezentos quilômetros da Estrada de Ferro Leopoldina interligavam a Região. Campos dispunha de 28 estações, 18 paradas e 10 postos de telégrafos. A rede oficial era complementada por mais de quatrocentos quilômetros de linhas agrícolas particulares das usinas perfazendo setecentos quilômetros de caminhos de ferro na zona açucareira da planície.<sup>77</sup>

---

<sup>77</sup> LAMEGO, Alberto. O Homem e o Brejo.



## - Rodovias

Até quase meados do século XX, o sistema ferroviário reinou soberano no transporte de cargas e de passageiros nessa região.

Em 1940, a ferrovia Campos-Niterói perdeu importância com a construção da rodovia RJ-106, entre Campos e o Rio de Janeiro, se estabelecendo como principal eixo de ligação e escoamento da produção entre o norte-fluminense e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Entre 1937 e 1944, foi construída a ponte sobre o rio Macaé, ligando essa rodovia à cidade de Macaé.

Em 1973, teve início a construção da BR-101, alternativa a RJ-106, provocando a desativação do ramal ferroviário Campos-Macaé-Niterói (da Leopoldina Railways).

Em 1977, com a chegada da Petrobrás, iniciou-se a exploração de petróleo na Bacia de Campos e foi reinstalado o porto de Imbetiba, só para atender à esta atividade. Em 1980, uma nova ponte sobre o rio Macaé substituirá a anterior.

Em 1974/75, foi feita a fusão da Guanabara com o Rio de Janeiro, e construída a Ponte Rio-Niterói, consolidando a conexão rodoviária do centro metropolitano com o norte-fluminense.

Além desses eixos principais de transporte de passageiros e mercadorias, a região do açúcar no norte fluminense é servida, hoje, prioritariamente pelas seguintes rodovias ou trechos delas: RJ-108, RJ-216, RJ-236, RJ-224, BR-356, RJ-158, RJ-228 e RJ-196.

## CONCLUSÃO

É inegável a importância do papel desempenhado pela economia do açúcar no processo de colonização no Brasil. Mas, não só no aspecto econômico, já que, atravessando todas as atividades e envolvendo todos os atores sociais – colonizadores e colonizados -, desde as primeiras iniciativas de povoamento, contribuiu decisivamente para a própria formação da nacionalidade.

Deixou também sua marca na organização do território, tanto rural como urbano, através da lógica espacial de implantação dos engenhos e usinas, sua arquitetura e suas inter-relações com os núcleos urbanos e portos para escoamento e comercialização da produção.

No norte-fluminense, particularmente durante o período em que a atividade açucareira foi a principal base da economia regional – entre meados do século XIX e início do XX – as exigências de desenvolvimento deste setor e sua capacidade de investimento, reforçada pela aliança com o capital comercial, propiciou um fabuloso surto desenvolvimentista, que dotou a região e, sobretudo, a cidade de Campos, dos mais modernos itens de serviços e infraestrutura. Luz elétrica, bonde, telefone, telégrafo, planos de embelezamento e estruturação urbana, planos de saneamento e drenagem, equipamentos culturais e religiosos, datam desta época.

Grandes obras de engenharia – o canal Campos-Macaé e a rede ferroviária implantada a partir de 1875, ligando às áreas de produção do açúcar, ao porto de Imbetiba e ao Rio de Janeiro, completavam as condições necessárias para o desenvolvimento daquela região e ao destaque de Campos como pólo regional.

Em Quissamã, o histórico da situação fundiária com as propriedades se mantendo no interior de uma mesma família e seus descendentes, explica ser a região de maior concentração de Casas de Fazenda representativas do período de pujança açucareira no norte-fluminense, em sua maioria ostentando ímpar requinte arquitetônico

A sofisticação decorrente das riquezas do ciclo do açúcar em Quissamã, não é perceptível, no entanto, apenas na beleza da arquitetura das Casas Grandes e das Capelas, muitas projetadas e construídas por profissionais europeus, como também no mobiliário de época, objetos decorativos, na culinária, nas vestimentas usadas pela aristocracia.

Os jardins também chamam atenção pela farta utilização de árvores exóticas - fruta-pão, baobá - vindas de lugares longínquos no paisagismo cuidadoso e no acesso ao casarão, onde a entrada principal é valorizada com o plantio de um renque de palmeiras imperiais. Visíveis a longa distância, as palmeiras imperiais passaram a ser um marco de referência na identificação desses prédios históricos - e permaneceram, em muitos casos, nas novas

usinas, agora para conduzir à fábrica de açúcar.

Já ao norte da Lagoa Feia, território campista, as intermitentes disputas de terra, após quase 100 anos de "Tirania dos Assecas", permitiram um maior acesso à propriedade rural por titulares diferentes, criando uma estrutura fundiária particular onde coexistem lado a lado grandes latifúndios e um grande número de propriedades menores. A localização da cidade de Campos e a infra-estrutura instalada propiciaram o desenvolvimento de atividades de comércio e serviços.

No entanto, esses não foram processos independentes. A urbanização de Campos dialogava diretamente com a configuração do espaço rural – engenhos e usinas. Refletia a mudança ocorrida, ao longo desses séculos, na lógica, inclusive espacial, que articulava o campo e a cidade.

O espaço de moradia constituído pela casa-grande, que compunha, junto com a capela, as senzalas e a fábrica, o quadrilátero essencial do engenho, começa a migrar para os centros urbanos, com a introdução dos engenhos-centrais e das usinas. Inicialmente, substituído por residências na forma de “chalés”, com mais características de casas de chácara do que de fazenda. Depois como os suntuosos “Solares”, moradias de programas mais complexos.

Junto às fábricas, nas usinas, permanecem as edificações para os trabalhadores envolvidos com a produção do açúcar, com uma hierarquia que diferenciava a qualidade de materiais utilizados em suas construções, bem como de localização, dependendo de suas atribuições ou origens - estrangeiros trazidos para dar assistência técnica ao maquinário, operários, etc.

Fazem parte, também, do programa arquitetônico, equipamentos de assistência médica, alguns verdadeiros hospitais e de lazer, como cinemas.

Com a redução gradativa da responsabilidade do senhor de engenho ou usineiro em relação à reposição da força de trabalho, já que esta adquire cada vez mais a natureza capitalista de mercadoria, também essa contigüidade desaparece e a presença de vilas operárias, com itens de programa assistencialista no interior das unidades produtivas, vai deixando de ocorrer.

Fazem parte inseparável da paisagem açucareira, as chaminés dos engenhos e das usinas, com sua fumaça anunciando a atividade das moendas e das caldeiras. E também as torres das casas de fazenda, de onde os canaviais eram constantemente vigiados.

Não se pode deixar de ressaltar o papel das ordens religiosas que, no início da colonização, definiram a primeira espacialidade e promoveram e mediaras as relações com os índios e entre senhores e escravos. A religiosidade enraizada neste povo pode ser avaliada pelo registro de 519



Chaminé da usina Sapucaia, Campos



Torre de fazenda, Campos, sem data

Fonte: IPHAN/DID/Arquivo Noronha Santos

igrejas e capelas em Campos dos Goitacazes, em 1990. (capelas)

O tecido urbano em franca expansão na cidade de Campos; a mancha correspondente às áreas de plantio da cana nos baixios em torno da Lagoa Feia; um amplo sistema ferroviário, consolidando o traçado dos caminhos hidroviários e carroçáveis, por onde era feito anteriormente o escoamento do açúcar; a concentração das casas de fazenda e a reunião das unidades produtivas no Engenho Central, em Quissamã - assim se apresentava a configuração espacial da economia do açúcar norte-fluminense, no seu período áureo.



O solar e o renque de palmeiras imperiais da Fazenda Mandiquera, Quissamã

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

---

- ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura*. São Paulo, V. Wissenbach Editor, 1998.
- ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- AMANTINO, Márcia Sueli. *O mundo dos fugitivos : Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX*. Rio de Janeiro, UFRJ/Tese de Mestrado, 1996.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo, Melhoramentos, 1928.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Guia do patrimônio documental do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997.
- AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Arquitetura do açúcar*. São Paulo: Editora Nobel, 1990.
- BARROS, Clara Emília Monteiro de. *Aldeamento de S. Fidelis*. Rio de Janeiro, IPHAN, 1995.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *A riqueza do município de Campos*. Campos dos Goytacazes. 1916
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos da Grandeza do Brasil*, 1618.
- BUENO, Eduardo. *Capitães do Brasil : Objetiva*, 1999
- \_\_\_\_\_, *História do Brasil*, SP:Folha de São Paulo, 1997
- CALVENTE, Eurico. *Arquitetura e tradição familiar: um encontro das transformações de plantas de fazendas construídas no século XIX em Quissamã*. 2001.
- CARLI, Gileno de. *A Evolução do Problema Canavieiro Fluminense. s/ data*
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento; fortunas e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Terra e trabalho em Campos dos Goitacases (1850-1920)*. Niterói, 1986. Dissertação (Mestrado) UFF, 1986.
- FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. RJ: Jorge Zahar Editor. RJ. 2000.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. *A civilização do açúcar (séc. XVI a XVII)*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- FERREIRA, Ana Lucia Nunes. *O município de Macaé: fortunas agrárias na transição do trabalho escravo para o livre*. Niterói, UFF/ Dissertação de Mestrado, 2001.
- FEYDIT, Julio. *Subsídios para a história dos Campos dos Goitacazes*. Rio de Janeiro, Ed. Esquilo, 1979.
- Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Estado do Rio de Janeiro. *Formação histórica do Norte Fluminense* (documento interno), 2003.

- FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e riqueza na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Editora José Olympio, 1975.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *Anuário do Brasil*. Tratado da Terra do Brasil e História da Província Santa Cruz, 1924.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. A época colonial, administração, economia e sociedade. Editora Bertrand Brasil S.A. 1993.
- IBGE Doce Inferno – Texto para o Congresso Internacional de Geografia, 1957
- IHGB. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro, 1959.
- HARGUINDEGUY, Eduardo. *A Evolução da Arquitetura Civil no Brasil*. FAU/UFRJ, 1997.
- LAMEGO, Alberto. *A planície do solar e da senzala*. Arquivo Público/Imprensa Oficial,RJ.1996
- LAMEGO, Alberto. *O Homem e o Brejo*. Rio de Janeiro. Biblioteca Geográfica Brasileira. Série A “ Livros”, IBGE, 1945.
- \_\_\_\_\_. *Terra Goitacá*, à luz de documentos inéditos. Niterói. Diário Oficial. 1942.
- LARA, Sílvia. *Campos da Violência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- LIMA, Lana Lage da Gama. *A rebeldia negra em Campos na última década da escravidão*. Niterói, UFF/ Dissertação de Mestrado, 1977.
- LLOYD, Reginald. *Impressões do Brasil no século XX : sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos*. Lloyd's Greater Britain Publ. Co., 1913.
- LOBO JÚNIOR, Dácio Tavares (et al). *Macaé, Síntese Geo-histórica*, 100 Artes Publicações, PMM. Rio de Janeiro, 1990.
- MAGHELLI, Luciana. *Aldeia da Pedra*, estudo de um aldeamento indígena no Norte-Fluminense. Rio de Janeiro, UFRJ/ Tese de Mestrado, 2000.
- MARCHIORI, Maria Emília Prado [et.al]. Quissamã. Rio de Janeiro, SPHAN, 1987.
- \_\_\_\_\_. *O mundo das usinas; problemas da agroindústria açucareira no município de Campos (1922-1935)*. Niterói. Dissertação (Mestrado) UFF, 1979.
- MATOSO, Gilberto Queiroz. *O município de Quissamã*. Quissamã, Prefeitura Municipal, 1993.
- NEVES, Delma Pessanha. *Baixada Campista: memória social*. Rio de Janeiro, ed. damadá, s/d.
- SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURÍSTICO O setor sucroalcooleiro no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro (documento interno), 2003

- OLIVEIRA, Jesus Eclesio de. *Eu sou Quissamã*. Quissamã, Espaço Cultural José Carlos de Barcellos, 2000.
- OSCAR, João de. *Apontamentos para São João da Barra*. Teresópolis, Mini Gráfica ed., 1976.
- \_\_\_\_\_. *Escravidão e engenhos*: Campos, São João da Barra, Macaé, São Fidélis. Teresópolis, ed. achiamé, 1985.
- PAES, Sylvia Márcia. *A empresa açucareira no período colonial*. Pesquisadora da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, Museu Campos dos Goytacazes.
- \_\_\_\_\_. *Plano Pralon "Aformoseamento da cidade"* – 1º Colóquio dos Institutos Históricos Municipais do Estado do Rio de Janeiro. Novembro de 2000
- TURISRIO. *Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2001
- PORTAL DA ÚNICA. *União da Agroindústria Canavieira de São Paulo* (22.11.2003)
- RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades Indígenas*. Série Princípios. Editora Ática. 1994
- RAPOPORT, Amos. *Vivienda y Cultura*. Barcelona. Editorial Gustavo Gilli, 1972
- RUA, João. *Quissamã: em busca de novos caminhos*. Coordenação. Rio de Janeiro. UERJ, Departamento de Geografia, 2000.
- Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos, SEAF. *Atlas Fundiário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1991.
- SILVA, Moacir. *Kilometro zero: caminhos antigos, estradas modernas*. Rio de Janeiro: s.n., 1934
- SILVA, Osório Peixoto. *Os momentos decisivos da história dos Campos dos Goitacazes*. Rio de Janeiro, Serviço de Comunicação Social da Petrobrás, 1984.
- SILVA, Paulo Paranhos da. *São João da Barra: apogeu e crise do porto de açúcar do norte-fluminense*. Teresópolis, [s.n], 2000.
- VARGAS, Silvana Cristina Bandoli. *A cidade plataforma: memória e identidade em Macaé*. Niterói, UFF/Dissertação de Mestrado, 1997.

# REFERÊNCIAS CARTOGRÁFICAS

---

## **ARQUIVO NACIONAL, acervo pesquisado:**

F4 – MAP 618 (*contém traçado dos municípios separadamente*)

Carta corográfica da Província do Rio de Janeiro, mandada organizar por decreto da Assembléia Provincial de 30.10.1857 e pelo presidente da mesma província, o Exmo. Sr. Conso. Antônio Nicolau Tolentino / Encarregada aos engenheiros Pedro Alcântara Bellegarde e Conrado Jacob de Niemeyer. ESC. 1:10.000 – 1:300.000 – RJ: lit. Imp. De Ed. Rensburg, 1858 – 1861. 1mapa e 18 plantas imp. Em 4 fls; 71x93 cm.

4Q – MAP 92

Estado do Rio de Janeiro composto sobre os últimos mapas existentes e de acordo com as estatísticas e demarcações oficiais organizado por Hilário Massow e José Clemente Gomes. ESC. 1:500.000 – Leipzig, Alemanha. Estabelecimento Artístico e Geográfico de C. Opitz; impresso por H.F. Jutte; editores proprietários Lalmmert e Cia, 1892.

## **CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro, acervo pesquisado:**

Secretaria de Estado de Planejamento e Controle– CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – Mapeamento digital e convencional do Estado do Rio de Janeiro e da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul a do Estado do Rio de Janeiro Esc.: 1:100.000 – 1995.(folhas:SF-24-V-C-II;SF-23-Z-B-III;SF-24-H-I; SF-24-H-III; SF-24-Y-A/A1; SF-24-M-I;

Estado do Rio de Janeiro – Município de Macaé– Mapa Organizado em observância ao Decreto – Lei Nacional nº311, de 2 de março de 1938. Esc.:1:100.000 (SEMIC nº199A e B).

Estado do Rio de Janeiro – Município de Campos – Mapa Organizado em observância ao Decreto – Lei Nacional nº311, de 2 de março de 1938. Esc.: 1:250.000 (SEMIC 186)

Estado do Rio de Janeiro – Município de São João da Barra– Mapa Organizado em observância ao Decreto – Lei Nacional nº311, de 2 de março de 1938. Esc.: 1:100.000 (SEMIC nº227).

Mapa do Estado do Rio de Janeiro – CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – Esc.: 1:450.000 – 2001.

## **INEPAC – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro, acervo pesquisado:**

Secretaria de Planejamento da Presidência da República - Fundação IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia – Departamento de Cartografia – Região Sudeste do Brasil – Esc.: 1:250.000 – Campos (folha: SF-24-V-C) – 1977.

Secretaria de Planejamento da Presidência da República - Fundação IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia – Departamento de Cartografia – Região Sudeste do Brasil – Esc.: 1:250.000 – Macaé (folha: SF-24-Y-A) – 1977.

Carta Geográfica da Capitania do Rio de Janeiro dos Estados do Brasil - elevada pelo Sag.<sup>to</sup> Mor Manoel Vieira Leão, e copeada, e acrescentada em 1801.

**UFRRJ - Universidade Federal Rural Fluminense, Campus Dr. Leonel Miranda, acervo pesquisado:**

Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA/PLANALSUCAR - Cartas topográficas do Norte Fluminense, esc. 1:25.000, 1982. folhas: 032, 033, 044, 045, 055, 056, 057, 06, 067, 068, 069, 081, 082, 083, 097, 098, 099, 100, 101, 121, 122, 123, 125, 150.